

Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice

Item

Mensagem da Administração	03
Relatório da Administração	05
Balanço Social	46
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	48
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:	
Balanços Patrimoniais	54
Demonstrações dos Resultados	56
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	57
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	58
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	60
Demonstrações do Valor Adicionado	62
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	63
Diretoria, Conselhos e Contador	143
Orçamento de Capital	144
Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI 2025	145
Parecer do Conselho Fiscal	150
Declaração de Revisão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e do Parecer do Auditor Independente pelos Diretores	151

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A COPASA MG encerrou 2025 com resultados operacionais e econômico-financeiros consistentes, refletindo a continuidade da disciplina na execução do planejamento, a elevação da eficiência dos processos e a solidez necessária para sustentar o ciclo de investimentos previsto para os próximos anos. A receita líquida de água, esgoto e resíduos totalizou R\$7,42 bilhões, crescimento de 5,6% em relação a 2024, enquanto o EBITDA consolidado atingiu R\$2,95 bilhões, com margem de 39,8%. O lucro líquido somou R\$1,42 bilhão, evidenciando a resiliência da geração de resultados em um cenário operacional desafiador.

Os serviços de abastecimento de água permaneceram com cobertura superior a 99% na área atendida, e o índice global de coleta e tratamento de esgoto avançou para 80,1%, em linha com as metas de universalização previstas no marco regulatório. Esse desempenho resultou do avanço das obras de expansão, da modernização dos sistemas e de medidas estruturantes voltadas à segurança hídrica, apoiadas também pelo aprimoramento dos instrumentos de monitoramento quali-quantitativo dos mananciais e das condições climáticas, ampliando a resiliência hídrica em regiões críticas.

Nas atividades comerciais, ampliaram-se as iniciativas de aperfeiçoamento da leitura e da medição, da atualização cadastral e do controle do faturamento e da arrecadação. A continuidade da digitalização dos canais e a evolução dos fluxos automatizados de atendimento contribuíram para elevar a eficiência operacional e melhorar a experiência do cliente, reforçando a confiabilidade do ciclo de arrecadação e mantendo a inadimplência em patamares reduzidos.

No campo operacional, o índice de perdas na distribuição manteve trajetória de redução, impulsionado por ações estruturantes como a renovação acelerada de hidrômetros, a expansão da macromedição, o uso de tecnologias avançadas para detecção de vazamentos não visíveis e a modernização de redes e controles operacionais. Ademais, a partir de setembro de 2025, a mudança metodológica implementada pelo órgão regulador — com a inclusão do Consumo Autorizado Não Faturado (CANF) no cálculo — aprimorou a acurácia do indicador, reforçando a consistência e a transparência dos resultados.

A gestão energética evoluiu em 2025, com expansão da contratação no mercado livre, intensificação do uso de fontes incentivadas e ampliação do suprimento por geração fotovoltaica, aumentando a participação de fontes limpas e renováveis na matriz energética utilizada pela Companhia. Essas iniciativas reduziram custos, fortaleceram a previsibilidade de despesas e contribuíram para a mitigação de emissões.

No âmbito socioambiental, a Companhia deu continuidade às ações estruturadas de preservação das bacias hidrográficas, com destaque para o Programa Pró-Mananciais, que compreende proteção de nascentes, conservação de solo, educação ambiental e monitoramento quali-quantitativo. O Programa Universaliza Minas também avançou em 2025, ampliando o atendimento em localidades rurais e de baixo adensamento e reforçando o compromisso com a expansão do acesso ao saneamento em regiões vulneráveis.

Em saúde e segurança ocupacional, foram fortalecidas as práticas prevencionistas, ampliadas as capacitações e aprimoradas as ferramentas de gestão orientadas à mitigação de riscos, reforçando o compromisso com ambientes de trabalho adequados e seguros para empregados próprios e terceiros.

A governança corporativa permaneceu como eixo estruturante da gestão, com avanços nos instrumentos de integridade, nos controles internos e nas práticas de conformidade. A certificação ISO 37.301, obtida em 2025, evidencia a maturidade do sistema de *compliance* e reforça o compromisso da COPASA MG com padrões

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

elevados de governança, ética e transparência. A agenda ESG também avançou, com iniciativas integradas em diversidade, sustentabilidade e engajamento comunitário, consolidando a evolução contínua registrada nos últimos anos.

O Projeto Estratégico Gestão Competitiva avançou de forma consistente em 2025, com iniciativas voltadas ao aprimoramento dos processos corporativos, à modernização dos modelos de gestão e ao fortalecimento da governança operacional. As frentes integradas de Gestão de Investimentos, Organização e Pessoas e Análise Avançada de Dados contribuíram para melhorar fluxos decisórios, ampliar a padronização, evoluir o uso de *analytics* aplicados ao planejamento e ao monitoramento operacional e reforçar a eficiência na execução dos projetos. Essas ações fortalecem a competitividade da Companhia, apoiam o cumprimento das metas regulatórias e ampliam a capacidade de entrega dos resultados esperados para os próximos ciclos.

Em 2025, os investimentos da Companhia bateram novo recorde e atingiram R\$2,9 bilhões, valor 32% superior ao realizado em 2024, refletindo a aceleração do portfólio voltado à expansão e modernização dos sistemas de água e esgoto, à segurança hídrica, à redução de perdas e à automação. Para o horizonte seguinte, o Programa Plurianual 2026–2030 prevê aportes de aproximadamente R\$21 bilhões, priorizando universalização, combate às perdas, *retrofit* de ETEs e eficiência operacional.

No mercado de capitais, a Companhia manteve sua participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e teve anunciada sua inclusão no Ibovespa, principal índice da B3, com vigência a partir de janeiro de 2026, ampliando a visibilidade institucional e fortalecendo a base de investidores. Em 2025, as ações da COPASA MG registraram valorização de 125%, frente a 34% do Ibovespa no período, refletindo a percepção de confiança do mercado em relação à Companhia.

Em abril de 2025, a Fitch Ratings elevou o rating nacional de longo prazo da COPASA MG para AAA(bra), com perspectiva estável, reconhecendo a resiliência da demanda, o perfil financeiro robusto e a capacidade de sustentar resultados mesmo em um ciclo de investimentos mais intenso. Em julho, a Moody's Local Brasil reafirmou o rating AAA.br, também com perspectiva estável.

A 3ª Revisão Tarifária Periódica, concluída pela Arsae-MG, introduziu aprimoramentos importantes para o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços. Entre os principais avanços, destacam-se: (i) alteração do WACC regulatório para base pré-impostos; (ii) implantação da metodologia de reconhecimento anual dos investimentos; e (iii) aperfeiçoamento dos componentes de eficiência e dos mecanismos de recomposição da receita. O Efeito Tarifário Médio de 6,56%, decorrente da revisão, passou a vigorar a partir de janeiro de 2026. Esses aprimoramentos regulatórios reforçam a previsibilidade e contribuem para a sustentabilidade do plano de investimentos, para a evolução da qualidade dos serviços e para a viabilização das metas de universalização.

A Administração permanece atenta às transformações do setor, à evolução do marco regulatório e às expectativas de clientes, municípios, órgãos reguladores e investidores. Nesse contexto, a COPASA MG reafirma seu compromisso com a prestação de serviços essenciais de forma eficiente, responsável e alinhada às necessidades da população de Minas Gerais.

A Companhia agradece a colaboração dos empregados, clientes, fornecedores, acionistas, municípios, órgãos reguladores e demais partes interessadas. Os resultados alcançados em 2025 refletem o empenho coletivo e o compromisso da COPASA MG com a excelência operacional, a sustentabilidade e a continuidade da prestação de serviços de saneamento de qualidade em Minas Gerais.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração

1. A Companhia

1.1. Perfil da Companhia

A COPASA MG é uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Minas Gerais, com ações negociadas desde fevereiro de 2006 no Novo Mercado da B3, segmento que reúne as empresas com os mais elevados padrões de governança corporativa (CSMG3). A Companhia tem como finalidade planejar, executar, ampliar, remodelar e operar serviços públicos de saneamento básico, incluindo abastecimento de água, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos.

A COPASA MG e suas subsidiárias integrais — Copasa Patos Saneamento S.A. (Patos Saneamento) e COPANOR — detêm concessões em 75% dos municípios de Minas Gerais, atendendo cerca de 11,9 milhões de habitantes com serviços de abastecimento de água, dos quais 8,8 milhões também são atendidos com serviços de esgotamento sanitário.

1.2. Concessões Detidas

Em dezembro de 2025, a Companhia (Consolidado) possuía 636 concessões para prestação de serviços de água e 309 concessões para prestação de serviços de esgotamento sanitário, conforme tabela a seguir:

Concessões ^{1,2}	12/2025			12/2024		
	Total	Controladora ³	COPANOR	Total	Controladora ³	COPANOR
Água						
Concessões	636	587	49	637	588	49
Em Operação	633	584	49	633	584	49
Esgoto						
Concessões	309	253	56	308	252	56
Em Operação	273	231	42	273	231	42

(1) Considera-se apenas 1 (uma) concessão ou operação por município, independentemente de haver mais de um contrato, nos casos de atendimento de COPASA MG e COPANOR no mesmo município, ou de se tratar de um contrato que abranja somente distritos e localidades.

(2) Inclui as concessões vencidas com 58 municípios e a concessão com 1 (um) município cujo contrato foi declarado judicialmente nulo.

(3) A concessão de água e esgoto de Patos de Minas, operada por meio da Patos Saneamento, está sendo considerada na Controladora.

Nos últimos 12 meses, registraram-se as seguintes movimentações nas concessões da Companhia: (i) encerramento do contrato de prestação de serviços de abastecimento de água em Santana do Manhuaçu (8 mil habitantes); (ii) inclusão da concessão de serviços de esgotamento sanitário em Senador Modestino Gonçalves (3 mil habitantes); e (iii) início da operação de serviços de abastecimento de água em Gameleiras (3,5 mil habitantes).

A seguir, relação das 10 principais concessões vigentes em 31/12/2025, que representavam, em conjunto, cerca de 49% da receita líquida de água e esgoto da Companhia, bem como os respectivos vencimentos:

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relação das 10 Maiores Concessões Vigentes	Vencimento
Belo Horizonte	11/2032
Contagem	02/2073
Betim	12/2042
Montes Claros	07/2048
Ribeirão das Neves	05/2034
Divinópolis	06/2041
Patos de Minas	12/2038
Santa Luzia	02/2050
Pouso Alegre	08/2046
Varginha	06/2047

Em relação ao município de Belo Horizonte, conforme detalhado no item 2, foi firmado, em dezembro de 2025, Instrumento de Acordo com o Município, contemplando, entre outros aspectos, a prorrogação do prazo da concessão para 02/2073.

Em dezembro de 2025, 83% das receitas de água e esgoto da Companhia eram provenientes de concessões cujos prazos de vencimento ocorrem após dezembro de 2031. Encontram-se vencidas as concessões referentes a 58 municípios e judicialmente nulo o contrato de 1 (um) município, que representam, conjuntamente, cerca de 5,1% das receitas de água e esgoto.

Em observância ao princípio da continuidade dos serviços públicos essenciais, a Companhia mantém a prestação e o faturamento regulares dos serviços, tanto nos municípios com concessões vencidas quanto naquele em que houve a declaração de nulidade contratual.

1.3. Índices de Cobertura

Em 2025, o índice de cobertura do serviço de água da COPASA MG, em sua área de abrangência, está acima de 99%, como verificado também em anos anteriores, sendo superior, portanto, ao requerido pelo Novo Marco do Setor de Saneamento, o que demonstra que a Companhia já atingiu a universalização antes do prazo preconizado, que é 2033.

Quanto ao esgotamento sanitário, a Companhia apresentou, em 2025, índice de cobertura global para esgoto coletado e tratado de 80,1%, 2,8 p.p. (pontos percentuais) acima do verificado em 2024 (77,3%).

Os índices de cobertura de água e de esgoto da Companhia são muito superiores aos verificados para a média nacional. Segundo os dados divulgados, em dezembro de 2025, pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, para o ano de referência de 2024, o índice de atendimento dos domicílios totais com rede de água, em nível nacional, atingiu 80,7%. Se considerada somente área urbana, este percentual é de 88,3%. O percentual de atendimento aos domicílios totais com rede coletora de esgoto é de apenas 55,4% na média nacional e 60,9% na área urbana, enquanto o tratamento de esgoto em relação ao esgoto coletado é de 85,2% na média nacional, o que demonstra a superioridade dos indicadores da COPASA MG.

Objetivando universalizar seus serviços nas zonas rurais e zonas urbanas de baixo adensamento, a Companhia lançou, em maio de 2023, o programa Universaliza Minas, que reúne diversos projetos de pequena dimensão e de baixa complexidade técnica.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por meio do Programa Universaliza Minas, foram beneficiadas 80 mil famílias, em 95 municípios, com investimentos superiores a R\$100 milhões em água e esgoto para localidades rurais, em especial nas regiões norte e nordeste do Estado.

2. Processo de Desestatização

Dentro do processo de mudanças observadas no setor de saneamento básico nos últimos anos, impulsionadas pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico e com vistas ao atingimento das metas de universalização dos serviços de água e esgoto até 2033, o Governo do Estado de Minas Gerais iniciou o processo de desestatização da Companhia.

Em novembro de 2024, a COPASA MG recebeu de seu acionista controlador, o Estado de Minas Gerais, ofício informando que protocolou na Assembleia Legislativa de Minas Gerais projeto de lei contemplando medidas propostas para a desestatização da Companhia.

Em novembro de 2025, após a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovar a Proposta de Emenda à Constituição Estadual nº 24/2023, que dispensa a exigência de referendo popular para a desestatização da Companhia, o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais encaminhou ofício à COPASA MG recomendando-a a (i) realizar todas as análises de pré-viabilidade da desestatização, bem como estudos de modelagem da operação e de *valuation*; (ii) atuar como responsável pela contratação de consultores e assessores que viriam a apoiar o Governo do Estado de Minas Gerais na estruturação, coordenação e eventual execução do processo de desestatização; e (iii) prestar todas as informações necessárias aos *stakeholders* envolvidos, sobretudo às prefeituras na área de concessão da COPASA MG. Nesse contexto, os custos decorrentes das contratações especializadas e dos estudos realizados, quando efetuados com a devida validação do acionista controlador, serão integrados à modelagem econômico-financeira da operação, caso a desestatização se concretize, observando, contudo, eventual atribuição proporcional de custos e despesas decorrentes de eventual oferta pública, sendo preservado os legítimos interesses tanto do acionista majoritário como dos seus múltiplos acionistas minoritários. Na hipótese de a operação não se realizar por decisão final do Acionista Controlador, tais custos serão reembolsados à Companhia, mediante prévia avaliação e validação.

Ainda em novembro de 2025, a Companhia aprovou a contratação de consultores e assessores para organização, coordenação e execução de estudos relativos à avaliação de alternativas para a estrutura societária da Companhia, bem como para a estruturação e eventual execução do processo de privatização.

Também no mês de novembro de 2025, a COPASA MG iniciou o envio de notificações aos municípios por ela atendidos, explicando que (i) caso o processo de desestatização venha a ser implementado, os instrumentos atualmente vigentes poderão ser convertidos em novos contratos de concessão, observando as diretrizes do Novo Marco do Saneamento Básico; (ii) a importância da equalização das datas de término dos contratos em uma mesma data de referência, o ano de 2073; e (iii) a possibilidade de ampliação dos atuais contratos para que passem a contemplar, também, os serviços de esgotamento sanitário, nos municípios atendidos apenas com os serviços de abastecimento de água.

No âmbito desse processo, em 5 de dezembro de 2025, foi firmado com o Município de Belo Horizonte um Instrumento de Acordo visando à futura celebração de Termo Aditivo aos Instrumentos de prestação dos serviços de saneamento, que tem como objetivo, principalmente, consolidar e dar continuidade à prestação dos serviços e

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o reequilíbrio econômico-financeiro da sua prestação, à luz da Lei Federal n.º 11.445/2007 e suas alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.026/2020. Considerando este contexto e os novos compromissos assumidos, o Instrumento de Acordo reconhece a necessidade de extensão de prazo do instrumento que ampara a prestação dos serviços no Município para fevereiro de 2073, visando à modicidade da tarifa única e à uniformização dos prazos contratuais no âmbito do Sistema COPASA.

Dando continuidade ao processo, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou, em 17/12/2025, o Projeto de Lei n.º 4.380/2025, que contempla as medidas propostas para promover a desestatização da COPASA MG, convertendo-se, em 22/12/2025, na Lei Estadual n.º 25.664/2025, a qual foi sancionada pelo Governador.

O Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, conjuntamente com a Companhia, está dando andamento às medidas estruturantes e de modelagem do processo de desestatização, mantendo o compromisso de diálogo constante e transparente com todos os *stakeholders*, em especial os municípios, o mercado e a sociedade em geral.

3. Contexto Macroeconômico e Regulatório

A expectativa do mercado é que o PIB apresente crescimento de 2,26% em 2025, enquanto a inflação acumulada pelo IPCA no ano alcançou 4,26%, dentro do intervalo de tolerância do Banco Central. Já a taxa Selic permanece em 15% ao ano, o maior patamar em quase 20 anos.

No aspecto tributário, foi sancionada a Lei Complementar (LC) n.º 214/2025, instituída pela Emenda Constitucional (EC) n.º 132/2023, popularmente denominada Lei da Reforma Tributária do Consumo, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O objetivo é simplificar o sistema tributário nacional por meio da substituição dos 5 (cinco) principais tributos incidentes sobre o consumo (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) por 1 (um) Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pelo IBS e pela CBS, além do IS, de natureza extrafiscal e regulatória, voltado ao desestímulo do consumo de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. O novo sistema tributário teve início em janeiro de 2026, com período de transição de 7 (sete) anos, para calibração das alíquotas.

O impacto para o setor de saneamento básico será significativo, uma vez que, dos tributos substituídos pela reforma tributária, o setor atualmente contribui apenas para o PIS/COFINS, cuja alíquota nominal é de 9,25%. Considerando a não cumulatividade, a alíquota efetiva para a COPASA MG, atualmente, é da ordem de 6,54%.

A alíquota dos novos tributos será definida por lei específica do respectivo ente federativo. Entretanto, conforme estimativa divulgada pelo Ministério da Fazenda, a alíquota padrão, incluindo o setor de saneamento básico, deverá ser de aproximadamente 28% em 2033, o que implicará em elevação substancial da carga tributária com a nova legislação. A cobrança iniciará em 2026, com elevação gradual até alcançar a alíquota plena em 2033.

A Companhia vem desenvolvendo estudos para avaliar o impacto econômico-financeiro de tais mudanças, considerando o ambiente regulatório a que está submetida. Além disso, prepara-se para a implementação e operacionalização dos ajustes nos sistemas de gestão empresarial, visando ao atendimento das exigências previstas.

No que se refere às condições climáticas em Minas Gerais, de acordo com o INMET, o clima no Estado em 2025 foi caracterizado por extremos, com variações significativas entre veranicos (períodos secos), chuvas intensas e ondas de frio intenso. O ano apresentou verões de chuvas abaixo da climatologia em certas regiões, intercalados

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com episódios de granizo e temporais. Em resumo, 2025 foi um ano de fortes contrastes, com o calor prevalecendo, mas com frentes frias polarizadas em meados do ano e chuvas mal distribuídas.

No âmbito regulatório, a 3ª (terceira) Revisão Tarifária Periódica (ciclo 2026–2029) representa um avanço importante no ambiente regulatório da Copasa, estabelecendo bases mais previsíveis, transparentes e alinhadas às melhores práticas do setor. Conduzida pela Arsae-MG, a revisão foi orientada pelos princípios de equilíbrio econômico-financeiro, modicidade e eficiência, incorporando aprimoramentos que reforçam a sustentabilidade da Companhia e a estabilidade do processo regulatório, favorecendo e incentivando a universalização dos serviços. Nesse contexto, consolida-se um conjunto de incentivos, parâmetros e mecanismos que estruturam a recomposição da receita requerida, a definição das tarifas-base, o tratamento dos custos operacionais e de capital e a aplicação dos instrumentos de incentivo, fortalecendo o arcabouço regulatório para a expansão e a qualidade dos serviços ao longo do ciclo.

Entre os aprimoramentos introduzidos, 3 (três) tópicos se destacam pela relevância estratégica:

- WACC pré-impostos: atualização da metodologia de remuneração do capital, com a adoção do WACC real pré-impostos de 13,70%, substituindo o modelo anterior baseado no WACC pós-impostos e aproximando o marco regulatório das práticas de mercado.
- Reconhecimento anual dos investimentos: mecanismo que calcula e incorpora anualmente na tarifa a diferença entre a remuneração e a amortização devidas da base de ativos e o montante efetivamente entregue pelas tarifas, estimulando o avanço rumo à universalização dos serviços.
- Compartilhamento parcial dos ganhos de eficiência: aplicação de 25% do fator *catch-up*, equivalente a uma glosa de 0,143% dos custos operacionais, acompanhada da sinalização de adoção, nas revisões subsequentes, da metodologia de custos operacionais eficientes, com compartilhamento gradativo dos ganhos até atingir 90% nas futuras revisões tarifárias.

No âmbito da estrutura tarifária, foram aprimoradas as regras da tarifa social, com a criação das categorias Social I e Social II, além da inclusão de entidades filantrópicas e hospitais públicos, sem impacto sobre a receita requerida. Também foi reforçada a proporcionalidade entre água, esgotamento dinâmico e esgotamento estático, tornando o modelo mais justo e alinhado às metas de universalização.

O processo definiu um Efeito Tarifário Médio (ETM) de 6,56%, que será percebido pelos usuários a partir de 22/01/2026.

4. Projeto Estratégico Gestão Competitiva

O Novo Marco do Saneamento Básico trouxe desafios relevantes ao setor, especialmente às companhias estatais, ao exigir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário até 2033, o cumprimento de metas de redução de perdas e de qualidade dos serviços prestados, além da necessidade de participação em licitações decorrentes do encerramento de contratos ou da expansão de mercado. Esse cenário demanda a revisão de processos que permitam alcançar esses objetivos e assegurar a sustentabilidade da COPASA MG, o que depende da elevação dos níveis de performance e competitividade da Companhia.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nesse contexto, a COPASA MG lançou o Programa Estratégico Gestão Competitiva, uma iniciativa estruturante voltada ao fortalecimento da eficiência, da efetividade operacional e da competitividade no longo prazo, resultando na criação de uma Agenda de Geração de Valor. Iniciado em agosto de 2024, o Programa encontra-se em fase de implantação das alavancas de eficiência e reúne um portfólio integrado de iniciativas de transformação organizacional, operacional e de gestão, com foco na modernização de processos, no aumento da produtividade, no aprimoramento da governança e na criação de condições para geração sustentável de valor para acionistas, clientes e sociedade.

Para viabilizar esses objetivos, a seguir, são apresentadas as principais iniciativas do Programa:

- **Redesenho da Estrutura Organizacional:** Iniciativa dedicada à revisão e modernização da estrutura organizacional da COPASA MG, com foco na simplificação hierárquica, clarificação de papéis e responsabilidades, alinhamento às prioridades estratégicas e aumento da eficiência organizacional. Inclui a padronização de estruturas, centralização de funções de suporte e fortalecimento de áreas-chave para geração de valor.
- **Novo Modelo de Gestão de CAPEX:** implantação de um novo modelo de planejamento, priorização e acompanhamento dos investimentos, com visão plurianual, governança reforçada e maior integração entre estratégia, planejamento e execução. A iniciativa incorpora metodologia estruturada para definição de prioridades e gestão do ciclo completo dos investimentos.
- **Advanced Analytics em Gestão de Fraudes:** uso de análises avançadas e modelos estatísticos para aprimorar a identificação, priorização e tratamento de fraudes, complementando os processos tradicionais de fiscalização. A iniciativa estrutura uma abordagem contínua para o uso de *analytics* em temas críticos da cadeia de valor.
- **Novo Modelo Operacional da Diretoria de Operações:** revisão profunda dos processos, estruturas e formas de atuação da Diretoria de Operações, com padronização de modelos, clarificação de interfaces, dimensionamento adequado das equipes e implementação de um plano estruturado de automação de ativos.
- **Centro de Serviços Compartilhados (CSC):** criação de um Centro de Serviços Compartilhados para centralização de atividades administrativas e transacionais, com definição de níveis de serviço, indicadores de desempenho e processos padronizados, respaldados por benchmarking e melhores práticas de mercado. O objetivo é ampliar a padronização, melhorar o nível de serviço às áreas e liberar as áreas de negócio para foco nas atividades-fim, com ganhos de escala.
- **Strategic Sourcing em Contratos de Serviços:** aplicação de práticas estruturadas de *strategic sourcing* para otimização da contratação de serviços, incluindo revisão de estratégias de compra, gestão da demanda, especificações técnicas e estabelecimento de SLAs, além da capacitação das equipes envolvidas. Busca-se promover clareza sobre oportunidades de eficiência em compras, o valor em jogo e fortalecer as capacidades internas da área de suprimentos.
- **Orçamento Base Zero – OBZ Digital:** a iniciativa prevê a implantação da nova modelagem de Planejamento Orçamento Base Zero (OBZ Digital), com foco no aumento da transparência orçamentária, na redução sustentável da base de custos da COPASA MG, na equalização entre produtividade e preços para serviços contratados e na ampliação da competitividade da empresa frente aos seus pares no setor. Inclui ainda a implantação de ferramenta estruturada de planejamento e gestão orçamentária, para ampliar a clareza e o entendimento orçamentário em toda a organização.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• **Planejamento Estratégico 2026–2030:** iniciativa voltada à revisão do Planejamento Estratégico da COPASA MG para o ciclo 2026–2030, com novas diretrizes, prioridades e ambições de longo prazo. O trabalho integra visão estratégica, desafios regulatórios e operacionais, sustentabilidade e direcionadores de valor, assegurando coerência entre a estratégia corporativa, os investimentos e a capacidade de execução.

5. Relacionamento com o Cliente

Em linha com o propósito da Copasa, a promoção de experiências cada vez mais positivas para o cliente é evidenciada pelo aprimoramento contínuo de processos e pelas inovações na prestação de serviços.

Para atender às demandas dos clientes, os canais de relacionamento — telefônico, presencial e digitais — possibilitam atendimento 24 horas por dia. Em 2025, cerca de 12,6 milhões de atendimentos foram realizados, dos quais 84% por meio de canais digitais, evidenciando o alinhamento da Companhia com as expectativas dos clientes quanto à facilidade, praticidade e comodidade. Implementada em 2025, a nova solução dos canais *WhatsApp* e *Webchat* contempla o uso de Inteligência Artificial, amplia os serviços de autoatendimento e oferece novas funcionalidades em fase final de testes.

Encontra-se em andamento o projeto de revitalização das estruturas físicas das agências de atendimento presencial no Estado. Diversas unidades foram reformadas ainda em 2025, proporcionando uma experiência acolhedora e agradável aos clientes, com acessibilidade, conforto e segurança.

Inaugurada em 2025, a denominada Agência Central, projetada para atender à demanda da capital mineira, unifica e substitui o atendimento presencial de agências de 3 (três) bairros e possui amplo espaço climatizado, recepção e banheiros adaptados conforme normas da ABNT, postos de atendimento ampliados, acessibilidade, equipe de triagem de demandas e totens de autoatendimento. O design moderno e artístico foi planejado para proporcionar maior rapidez, conforto e melhor experiência sensorial durante o atendimento ao cliente.

Iniciativa pioneira implementada em 2025, o Simplifica racionaliza etapas, reduz e gerencia prazos e facilita a ligação de água e esgoto de novos empreendimentos particulares. O Portal do Empreendedor (empreendedor.copasa.com.br), criado para acesso e comunicação entre empreendedores e equipes internas, reúne de modo inteligente informações, processos e documentos, além de viabilizar o acesso ao sistema Interliga. O processo e suas melhorias foram apresentados a indústrias, imobiliárias e empresas de loteamento urbano do Estado, com apoio e parceria da FIEMG, Sinduscon-MG, AELO-MG e CMI/Secovi-MG.

A COPASA MG acompanha a percepção dos clientes por meio de pesquisas realizadas ao longo da jornada de relacionamento (pós-atendimento e pós-serviço), além de pesquisa de satisfação geral com a base de clientes ativos. O objetivo é medir a satisfação, identificar necessidades e expectativas, verificar a percepção da imagem institucional e avaliar o nível de conhecimento dos produtos e serviços, bem como a fidelização dos clientes (*Net Promoter Score* — *NPS*). Os resultados da pesquisa de satisfação compõem o **Índice de Satisfação do Cliente**, indicador estratégico de meta aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, apurado nas dimensões água, esgoto, serviços e atendimento. Em 2025, o indicador atingiu seu melhor resultado: **76,9%** de clientes satisfeitos.

A COPASA MG foi reconhecida em 2025 com a certificação “O Cliente Recomenda”, na categoria Utilities – Água e Saneamento, no *Experience Awards*, que certifica empresas com melhores NPS em seus segmentos com base na opinião direta dos consumidores. Foram computadas 35,5 mil avaliações e certificadas somente 17

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

empresas, entre elas a COPASA MG, com certificado concedido exclusivamente às empresas que alcançam NPS igual ou superior à média da categoria.

Os resultados positivos no relacionamento com o cliente são fruto do empenho e dedicação da Copasa, que busca diariamente aprimorar os serviços e colocar o cliente no centro do negócio. Para 2026, a expectativa é avançar ainda mais na interação com os clientes, com transparência e confiança da sociedade.

5.1. Estratégias Comerciais

Em 2025, a Companhia manteve a trajetória de evolução iniciada em anos anteriores, com foco na melhoria contínua dos processos comerciais, na modernização tecnológica e no estreitamento da relação com os clientes, garantindo maior eficiência operacional e sustentabilidade econômica. Nesse sentido, destacam-se as seguintes iniciativas:

- **Vem pra Rede Água e Esgoto:** em conformidade com a regulamentação em vigor (Lei Federal nº 11.445/2007, Lei Estadual nº 13.317/1999 e Resolução Arsae-MG nº 131/2019), a Companhia deu continuidade à campanha educativa e informativa para conscientização sobre a obrigatoriedade e os benefícios da conexão às redes públicas de saneamento.

Em 2025, foi concluída a automatização da geração de ordens de serviço para notificação de clientes e municípios, garantindo maior agilidade e precisão. O processo de inclusão das ligações de esgoto foi totalmente automatizado, assegurando atualização cadastral, redução de perdas e incremento de receitas. Essa solução segue operando com eficiência e consolida ganhos obtidos no ano anterior.

Foi implantado o processo de notificação do cliente pelo sistema E-carta, tornando-o mais ágil e seguro e envolvendo: seleção e cadastro de imóveis; geração e envio automático dos lotes aos Correios via *FTP*; leitura diária dos retornos (*EDI*) e registro nos sistemas da Companhia; baixa de ordens de serviço e criação de serviços complementares; armazenamento dos comprovantes; monitoramento dos prazos de 90 dias para envio dos lotes às prefeituras por e-mail.

- **Leitura e qualidade de medição:** medidas foram adotadas para melhorar, ainda mais, a confiabilidade na leitura dos hidrômetros, incluindo revisão de procedimentos, adoção de novas tecnologias de monitoramento, capacitação das equipes e auditorias periódicas, com:

- Renovação e ampliação do parque de equipamentos de impressão de faturas; e
- Criação de uma equipe dedicada a auditorias e retificações.

5.2. Jornada de negociação de débitos

Com o objetivo de aperfeiçoar as ações de negociação de débitos e reduzir a inadimplência, a Companhia implementou as seguintes medidas:

- **Aperfeiçoamento da cobrança administrativa,** com utilização de múltiplos canais de contato (correspondência, SMS, ligações telefônicas e atendimentos exclusivos), executados também por empresa contratada.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Adoção de ações estratégicas de cobrança segmentadas**, baseadas em análises de classe social, região, perfil de consumo e datas especiais, inclui o envio direcionado de e-mails de lembrete e cobrança, além de ajustes de comunicação conforme o público-alvo.
- **Ampliação da cobrança judicial para débitos antigos**, tendo como foco a recuperação de créditos vencidos há mais de 270 dias.
- **Foco contínuo nos maiores devedores**, com monitoramento aprimorado, reuniões mensais com as regionais e definição dos principais alvos de cobrança.
- **Envio de clientes específicos para negativação e protesto**, por meio de restrição de crédito (Serasa) e protesto de débitos.

5.3. Ampliação e estruturação do Núcleo de Inteligência Comercial (NIC):

O NIC é responsável por acompanhar a execução do orçamento do ano vigente, elaborar propostas e projetar o orçamento para o exercício seguinte. Atua como centro de dados, desenvolvendo *dashboards* padronizados para monitoramento de indicadores comerciais e operacionais, incluindo inadimplência.

Além disso, identifica oportunidades de melhoria e apresenta propostas de adequações, soluções e automatizações, bem como conduz novos projetos, utilizando recursos de Inteligência Artificial.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo NIC, destacam-se:

- **Monitoramento semanal dos indicadores e metas comerciais**, incluindo faturamento, arrecadação e inadimplência;
- **Otimização das equipes de leitura**, ajustando polarizações para ganho de eficiência;
- **Integração de dados internos com informações do Instituto Mineiro de Gestão das Águas**, identificando oportunidades de instalação de hidrômetros em fontes alternativas;
- **Ampliação da cobertura de esgoto**, por meio de cruzamentos *GIS* com o cadastro técnico;
- **Gestão estratégica de hidrômetros**, com análise e indicação de substituições em pontos de maior impacto;
- **Desenvolvimento do PMOE – Analytics**, com foco em detecção e combate a fraudes;
- **Produção de dashboards e condução de reuniões estratégicas** para apoiar a tomada de decisão.

5.4. Arrecadação

No ano de 2025, a equipe de Arrecadação intensificou seus esforços para modernizar os processos internos, trazendo automação de atividades de rotina e ampliando as opções de pagamento digital oferecidas aos clientes.

Em abril de 2025, por meio do projeto COPASA HUB, foi firmada parceria com a empresa PAGAR, que, em agosto, disponibilizou no aplicativo e nas contas enviadas por e-mail o botão “PAGAR”, utilizando o meio de arrecadação *Open Finance*. Essa inovação trouxe mais praticidade e conveniência para os usuários.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ainda em agosto, foi implantado o PIX por rajada, solução que permite receber do banco contratado informações de pagamentos via PIX em intervalos de 15 minutos. À medida que os dados são recebidos, o sistema processa automaticamente as baixas, garantindo mais agilidade e confiabilidade no fluxo de arrecadação.

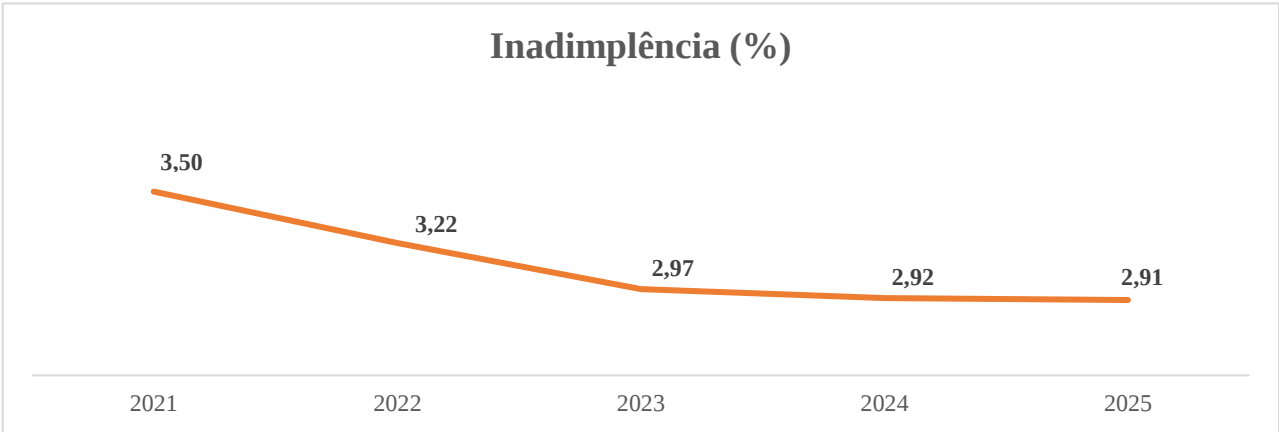
Com o objetivo de ampliar a adesão ao PIX — modalidade reconhecida como uma das formas de pagamento mais rápidas, fáceis e seguras —, foi lançada em outubro a Campanha Conta Premiada COPASA. A iniciativa conta com mais de 50 mil clientes cadastrados e 60 ganhadores apurados, reforçando o engajamento e incentivando o uso do PIX.

Essas iniciativas refletem o compromisso com a inovação contínua, garantindo eficiência nos processos internos e proporcionando aos clientes mais comodidade, segurança e modernidade no pagamento de suas faturas.

5.5. Índice de Inadimplência

O índice de inadimplência — que mede a proporção entre o saldo de contas a receber vencidas entre 90 e 359 dias e o total faturado nos últimos 12 meses — manteve a trajetória de redução observada nos últimos anos.

O indicador passou de 2,92% em dezembro de 2024 para 2,91% em dezembro de 2025, reforçando a continuidade da melhora e a efetividade das ações de gestão da inadimplência.



6. Programa de Investimentos e Captação de Recursos

6.1. Investimentos Realizados

Os valores investidos em 2025, no âmbito da Controladora, totalizaram R\$2,9 bilhões, incluindo capitalizações de juros, gastos de pessoal, materiais e outros. Tal montante, detalhado na tabela a seguir, representa um incremento de 32% em relação a 2024.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investimentos Realizados (R\$ milhões)	2021	2022	2023	2024	2025
Água	537,1	579,4	680	1.014,20	1.410,60
Esgoto	317,5	449,3	671	801,4	906,0
Desenvolvimento Empresarial e Operacional	52,3	100,8	78,5	70,9	134,5
Subtotal	906,9	1.129,50	1.429,50	1.886,50	2.451,1
Capitalizações	95,8	176,1	198,5	282,5	418,9
Total – Controladora	1.002,70	1.305,60	1.628,00	2.169,00	2.870,0
Patos Saneamento e COPANOR ⁽¹⁾	44,5	39,6	31,5	53,9	53,5
Total – Consolidado	1.047,20	1.345,20	1.659,50	2.222,90	2.923,5

(1) Incluindo Capitalizações

6.1.1. Sistemas de Abastecimento de Água

- implantação, ampliação, melhorias e atendimento a compromissos contratuais referentes aos sistemas de abastecimento de água, com destaque para o Sistema Rio Manso e para os municípios de Barroso, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Conceição do Mato Dentro, Contagem, Curvelo, Divinópolis, Extrema, Inhapim, Juatuba, Lagoa Santa, Montes Claros, Mutum, Nova Lima, Nova Resende, Patos de Minas, Pedra Azul, Pouso Alegre, Riacho dos Machados, Ribeirão das Neves, Teófilo Otoni, Três Marias, Ubá, Urucânia, Virgem da Lapa, entre outros;
- ações visando à efficientização da hidrometração e à redução de perda, com destaque para a aquisição de macro e micromedidores de vazão;
- aquisição de equipamentos operacionais para modernização e otimização do sistema de abastecimento de água em diversos municípios operados;
- reposição de ativos de água em diversos municípios operados; e
- execução de obras para implantação de Unidades de Tratamento de Resíduos - UTRs em Estações de Tratamento de Água – ETA dos municípios de Arcos, Betim, Divinópolis, Ibirité, Iturama, Paracatu, dentre outros.

6.1.2. Sistemas de Esgotamento Sanitário

- implantação, ampliação, melhorias e atendimento a compromissos contratuais referentes aos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de Além Paraíba, Ataleia, Belo Horizonte, Betim, Bom Jesus da Penha, Botelhos, Buritis, Cambuquira, Campina Verde, Caratinga, Conceição do Mato Dentro, Confins, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Coronel Fabriciano, Diamantina, Divinópolis, Extrema, Guaxupé, Ibirité, Igarapé, Ipuiúna, Itabirinha, Iturama, Janaúba, Januária, Juatuba, Lagoa Santa, Malacacheta, Montes Claros, Patos de Minas, Pouso Alegre, Resende Costa, Rio Pomba, Sabará, Santa Luzia, São Gotardo, São João Nepomuceno, Sarzedo, Três Corações, Turmalina, Ubá, entre outros;
- reposição de ativos de esgoto em diversos municípios operados; e
- aquisição de equipamentos operacionais para modernização e otimização do sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios operados.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.3. Desenvolvimento Empresarial e Operacional

- investimentos em programas para modernização da infraestrutura de informática, de unidades operacionais e eficiência energética; e
- investimentos em programas para pesquisa, monitoramento e proteção de recursos hídricos.

6.2. Programa de Investimentos – 2026 a 2030

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 11/12/2025, o Programa Plurianual de Investimentos projetado, referente à Controladora, para o período de 2026 a 2030, conforme detalhado na tabela a seguir:

Ano	2026	2027	2028	2029	2030
Valores em R\$ milhões ¹	3.100	3.900	4.800	4.700	4.500

(1) Os investimentos acima não incluem as capitalizações.

O patamar de aportes previstos no Programa de Investimentos visa, sobretudo, à universalização dos serviços de esgotamento sanitário, à segurança hídrica, ao combate a perdas e ao *retrofit* das estações de tratamento de esgoto, mas também à ampliação dos sistemas de abastecimento de água, à extensão de redes, ao desenvolvimento empresarial, ao atendimento de metas regulatórias e de eficiência, ao compromissos de concessão assumidos, à reposição de ativos depreciados, alinhados à consecução do objeto social e da missão da Companhia, garantindo a sustentabilidade e perenidade da Companhia.

6.3. Captação de Recursos

Para a realização do Programa de Investimentos, a Companhia pretende utilizar recursos oriundos de sua geração de caixa, bem como recursos captados no mercado por meio de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures.

Referente a recursos contratados e não liberados até o encerramento do exercício de 2025, a Companhia possuía saldo de R\$725 milhões, conforme tabela a seguir. O registro contábil da dívida será realizado quando da efetiva entrada desses recursos na Companhia.

Linha de Financiamento	Saldo a Liberar (R\$ milhões)
Caixa Econômica Federal	92,6
KfW ¹	82,0
AFD ¹	549,9
Saldo Total a Liberar	724,5

(1) As referidas linhas de financiamento foram contratadas em Euro, sendo que os saldos foram convertidos para Reais (R\$) no encerramento de dezembro de 2025 (€1,0 equivalente a R\$6,4692).

7. Desempenho Operacional

7.1. Dados Operacionais

7.1.1. Água

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A COPASA MG e suas subsidiárias integrais Patos Saneamento e COPANOR encerraram 2025 com 5,80 milhões de economias de água, crescimento de 1,7% em relação a 2024 e uma extensão de rede de 69,5 mil km — incremento de 2,3% no período de análise.

A seguir, são apresentados os principais dados operacionais e a evolução nos períodos comparativos:

Dados Operacionais – Água Consolidado ⁽¹⁾	2021	2022	2023	2024	2025	2025 X 2024
Ligações (1.000 unidades)	4.592	4.636	4.681	4.724	4.805	1,72%
Economias (1.000 unidades)	5.531	5.589	5.644	5.698	5.792	1,65%
População Atendida (1.000 habitantes)	11.833	11.848	11.789	11.803	11.900	0,82%
Volume Distribuído (1.000 m³)	1.056.135	1.067.482	1.111.985	1.150.278	1.169.190	1,64%
Volume Medido (1.000 m³)	628.709	642.673	676.127	691.974	697.609	0,81%
Extensão de Rede (km)	63.316	64.737	65.946	67.979	69.548	2,31%

(1) Os dados referem-se à Controladora e às subsidiárias integrais Patos Saneamento e COPANOR.

7.1.2. Esgoto

Com relação aos serviços de esgotamento sanitário, a COPASA MG e suas subsidiárias integrais Patos Saneamento e COPANOR possuíam, conjuntamente, ao final de 2025, 4,28 milhões de economias de esgoto, representando crescimento de 3,2% em relação ao ano anterior, e extensão de rede de 35,1 mil km — 2,6% superior ao registrado em 2024, conforme tabela a seguir:

Dados Operacionais - Esgoto Consolidado ⁽¹⁾	2021	2022	2023	2024	2025	2025 X 2024
Ligações (1.000 unidades)	3.064	3.122	3.194	3.247	3.329	2,53%
Economias (1.000 unidades)	3.888	3.963	4.052	4.144	4.275	3,17%
População Atendida (1.000 habitantes)	8.447	8.538	8.603	8.695	8.823	1,47%
Volume Medido (1.000 m³)	428.813	441.383	463.808	476.513	483.537	1,47%
Volume Tratado (1.000 m³) ⁽²⁾	339.981	310.984	363.959	356.952	356.368	-0,16%
Extensão de Rede (km)	32.376	33.440	33.666	34.200	35.090	2,60%

(1) Os dados referem-se à Controladora e às subsidiárias integrais Patos Saneamento e COPANOR.

(2) O volume tratado refere-se apenas à Controladora.

7.1.3. Outras métricas referentes ao desempenho comercial e operacional

Indicadores Operacionais COPASA MG	Unidades	2021	2022	2023	2024	2025	2025 X 2024
Índice de Hidrometração (economias faturadas)	%	>99,0	>99	>99	>99	>99	0,0 p.p.
Índice de Perdas na Distribuição ⁽¹⁾	%	40,1	39,4	38,6	38,1	32,4	-5,7 p.p.
Índice de Perdas na Distribuição ⁽²⁾	(L/ligxdia)	256,4	251,3	252,2	253,2	238,6	-5,8%

(1) Diferença entre o volume distribuído e o volume medido, dividida pelo volume distribuído, dos últimos 12 meses.

(2) Diferença entre o volume distribuído e o volume medido, dividida pelo número de ligações atendidas e pelo número de dias do período.

O índice de hidrometração, que demonstra o percentual das economias faturadas da Companhia cujo consumo é hidrometrado, manteve-se acima de 99%, patamar similar ao dos exercícios anteriores.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Já o índice de perdas na distribuição evidenciou continuidade de queda, resultado das ações estruturantes adotadas, com destaque para a substituição de 730 mil hidrômetros, instalação de macromedidores, uso de tecnologias via satélite, algoritmos específicos e equipamentos como georadares, geofones, hastes e câmeras na pesquisa de vazamentos não visíveis, substituição de 110 km de redes na RMBH, como parte do projeto de renovação de 350 km de tubulações já contratado. Além disso, houve alteração da fórmula do indicador pelo órgão regulador, com a inclusão da variável Consumo Autorizado Não Faturado (CANF), composta pelos volumes operacionais, emergenciais e sociais. A partir de setembro de 2025, esses volumes passaram a ser deduzidos das perdas, aprimorando a acurácia do cálculo.

7.2. Programas e medidas de inovação e sustentabilidade

7.2.1. Automação e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

7.2.1.1. Projeto de Automação

A COPASA MG instituiu, em 2021, projeto de expansão da automação de suas unidades operacionais. Em 2025, a Companhia deu continuidade à implantação da 1ª (primeira) etapa do projeto e iniciou a preparação para a segunda etapa, com nova licitação destinada à implantação da automação (execução com fornecimento total de materiais e equipamentos).

Durante 2025, foram implantados monitoramento ou automação em 1.283 unidades operacionais, contemplando medições de variáveis operacionais relevantes, como nível de reservatórios, status de bombas, vazão, pressão e qualidade de água, disponibilizando os dados remotos para um SCADA¹ central (COPASIS – Sistema Integrado de Supervisão da COPASA MG) nos Centros de Controle Regionais da COPASA MG, com sinóticos e indicadores de funcionalidade dos sistemas e também para os smartphones dos operadores, encarregados, técnicos, engenheiros e gerentes dos sistemas envolvidos. Desde 2021, o projeto proporcionou o monitoramento de 3.650 unidades, distribuídas em 371 localidades.

7.2.1.2. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Relativamente à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I, a COPASA MG conduz um conjunto de iniciativas de desenvolvimento tecnológico e inovação, abrangendo parcerias com universidades e empresas em busca de soluções inovadoras para os desafios da Companhia.

Em 2025, houve continuidade de importantes parcerias com a UFMG, como a Aliança Estratégica com foco em esgoto, com participação do Centro de Referência em ETEs Sustentáveis, que abrange uma série de projetos de pesquisa, capacitação e consultoria, visando à universalização do tratamento de esgoto e à transição para economia circular e o projeto Copasa 4.0, que busca adaptar soluções da Indústria 4.0 para o saneamento, promovendo a redução dos custos na produção de sensores inteligentes para os processos envolvidos no tratamento de água e esgoto. A Companhia ampliou sua atuação com universidades de fora do Estado, estabelecendo parcerias com a UFPE e a UnB durante 2025.

Adicionalmente, no âmbito do Copasa Hub, foram publicados 2 (dois) novos editais do Contrato Público de Solução Inovadora – CPSI, voltados à gestão de faturas de energia e ao desenvolvimento de treinamentos imersivos, cujos contratos serão firmados em 2026. Também foi lançado o edital do projeto de PD&I para

¹ SCADA é o acrônimo para *Supervisory Control and Data Acquisition*, que na tradução para o português significa Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados. O SCADA é um sistema que utiliza um *software* para monitorar, supervisionar e controlar as variáveis e os dispositivos de um processo.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

avaliação da vulnerabilidade climática dos ativos da Companhia. Ademais, a Copasa vem avançando na implantação de gêmeos digitais para suas redes de água e plantas, por meio de parceria com a *Bentley*.

7.2.2. Gestão da energia elétrica

Visando à redução dos custos, bem como ao alinhamento com o seu compromisso com a sustentabilidade e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS do Pacto Global da ONU, a Companhia vem implementando uma série de iniciativas relativas à gestão de seu consumo de energia elétrica. Vale ressaltar que, até 2021, praticamente a totalidade do consumo de energia elétrica era oriunda de contratação no mercado cativo. A seguir, as ações mais relevantes:

- **Contratação de energia no mercado livre:** aquisição de energia incentivada (gerada a partir de usinas que utilizam fontes renováveis, como energia solar, eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas – PCH) para as unidades de alta e média tensão com início de fornecimento em 2023. Essa modalidade de contratação atingiu 38% da energia consumida pela Companhia em 12/2023 e 51% em 12/2025, representando uma economia de aproximadamente R\$222 milhões nesses 3 (três) anos.
- **Migração para o mercado varejista:** iniciada em março de 2025, envolvendo instalações de média tensão, que ainda estavam no mercado cativo, para o mercado varejista de energia. Em 12/2025 já foram migradas 85 instalações e a previsão é de que 100% do consumo de energia das unidades passíveis de migração estejam no mercado varejista até o final de 2026, o equivalente a 29% do consumo total da Companhia. Em 2025, esta migração representou uma economia da ordem de R\$8 milhões.
- **Energia fotovoltaica:** desenvolvimento do projeto para implantação de usinas solares fotovoltaicas destinadas à compensação remota de energia das unidades atendidas em baixa tensão, com o objetivo de reduzir custos de energia elétrica e emissões de gases de efeito estufa. Enquanto se estrutura o projeto das usinas solares, a Companhia está suprindo a energia de suas instalações de baixa tensão por meio de fazendas solares. Atualmente, cerca de 19% do consumo da COPASA MG é suprido por energia fotovoltaica por meio de geração distribuída, o que representou economia da ordem de R\$28,7 milhões em 2025.
- **Eficiência energética:** redução do consumo de energia elétrica por meio da substituição de equipamentos obsoletos por outros de maior eficiência e pelo emprego de novas tecnologias que racionalizem o uso da energia nas instalações. Estão sendo finalizadas ações de eficiência energética, que permitirão economia de energia em 13 unidades consumidoras.
- **Gestão de energia:** a partir da instituição, em 2024, da Política de Gestão de Energia, está em elaboração o Programa de Eficiência Energética, visando contribuir de forma efetiva para o uso adequado da energia na Companhia e orientando as ações para otimizar a demanda energética e reduzir o desperdício de água, energia, emissão de gases de efeito estufa e despesa com energia elétrica.

7.2.3. Ações voltadas à redução de perdas

A Companhia vem buscando reduzir seus indicadores de perdas, agindo tanto sobre as perdas aparentes, quanto sobre as físicas.

Dentro desse esforço, destacam-se a continuidade dos investimentos significativos na renovação dos hidrômetros no ano, com substituição de aproximadamente 730 mil unidades (15,6% de seu parque de hidrômetros), em 2025, incluindo aplicação de hidrômetros inteligentes. Essa substituição reduziu a idade média do parque de hidrômetros

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da Companhia para 3,25 anos, contribuindo para melhoria da qualidade da medição de água, com a aplicação de novas tecnologias, resultando, consequentemente, na redução das perdas aparentes inerentes à imprecisão de medição e na elevação dos volumes faturados.

Adicionalmente, em relação às ações visando à redução das perdas físicas, a Companhia vem desenvolvendo importantes projetos, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a utilização de tecnologias para identificação de vazamentos e redução desses em suas redes de distribuição, cabendo-se destacar:

- Utilização de tecnologias por meio de satélites com utilização de algoritmos específicos para identificação dos vazamentos que ainda não afloraram;
- Tecnologias que utilizam inteligência artificial para identificação de vazamentos não visíveis em redes e ramais;
- Uso de equipamentos como: georadares para localização das redes/ ramais, geofones eletrônicos, hastes de escutas eletrônicas e câmeras para a pesquisa de vazamentos não visíveis em redes e ramais;
- Contratação para substituição de 351 km de redes na Região Metropolitana de Belo Horizonte por tubulação em PEAD, utilizando método não destrutivo. A solução garante menor impacto na execução, maior agilidade e redução de transtornos aos clientes. Além disso, o novo sistema assegura estanqueidade, pois todas as conexões são soldadas, eliminando pontos potenciais de vazamento; e
- Contratação de obras e serviços, na modalidade de desempenho, para redução de perdas de água em 11 áreas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que representam 50% da região e concentram os maiores índices de perdas.

8. Gestão Econômico-Financeira

8.1. Desempenho Financeiro

Receita líquida

A Companhia apresenta, a seguir, a evolução de sua receita líquida consolidada (desconsiderando a receita de construção), nos últimos 5 (cinco) anos:

Receita líquida consolidada (R\$ mil)	2021	2022	2023	2024	2025	2025 x 2024
Receita líquida - água	3.386.850	3.597.633	4.348.842	4.643.923	4.891.211	5,32%
Receita líquida – esgoto	1.834.053	1.819.049	2.238.602	2.381.485	2.526.242	6,08%
Receita líquida - resíduos sólidos	2.265	2.099	4.858	4.906	5.064	3,22%
Receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos	5.223.168	5.418.781	6.592.302	7.030.314	7.422.517	5,58%

A receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos apresentou elevação de 5,6%, comparando 2025 com 2024, em função principalmente de:

- os impactos do reajuste tarifário aplicado em 01/01/2025, no âmbito da Controladora, com Efeito Tarifário Médio (ETM) de 6,42%, autorizado pela Arsac-MG; e

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- o aumento de 0,8% no volume medido de água e de 1,5% no volume faturado de esgoto.

Custos e despesas

Os custos e despesas, excluindo custos de construção, totalizaram R\$ 4,27 bilhões em 2025, contra R\$ 4,08 bilhões em 2024, o que representa uma elevação de 4,70%, conforme tabela a seguir:

Custos e Despesas	2021	2022	2023	2024	2025	2025 x 2024
Custos Administráveis	2.756.244	2.771.186	3.149.816	3.237.566	3.407.053	5,24%
Pessoal	1.511.145	1.516.654	1.656.911	1.657.890	1.721.790	3,85%
Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	152.171	-	115.067	(2.108)	-	-
Serviços de Terceiros	480.809	612.649	702.092	846.629	921.988	8,90%
PPP do Rio Manso	86.058	96.779	91.288	94.101	96.426	2,47%
Materiais	72.904	83.387	76.774	72.642	59.099	-18,64%
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	226.153	206.215	185.496	214.862	214.107	-0,35%
Repasse Tarifário a Municípios	172.156	194.885	263.398	287.935	315.368	9,53%
Custos Operacionais Diversos	54.848	60.617	58.790	65.615	78.275	19,29%
Custos não Administráveis	650.978	647.851	726.061	838.460	860.657	2,65%
Energia Elétrica	572.610	534.450	592.219	633.034	661.306	4,47%
Telecomunicações	14.370	17.454	20.060	20.577	19.752	-4,01%
Materiais de Tratamento e de Laboratório	89.606	124.675	140.126	141.099	143.271	1,54%
Combustíveis e Lubrificantes	33.184	41.005	39.118	44.704	37.407	-16,32%
Créditos Tributários	(58.792)	(69.733)	(65.462)	(954)	(1.079)	13,10%
Custos de Capital	748.652	730.133	789.571	801.005	946.439	18,16%
Depreciações e Amortizações	748.652	730.133	789.571	801.005	946.439	18,16%
Total dos Custos e Despesas	4.155.874	4.149.170	4.665.448	4.877.031	5.214.149	6,91%
Total dos Custos e Despesas (sem Depreciações e Amortizações)	3.407.222	3.419.037	3.875.877	4.076.026	4.267.710	4,70%

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens dos custos e despesas que apresentaram as variações mais significativas:

- Pessoal:** o aumento de 3,9%, na comparação entre 2025 e 2024, refletiu os efeitos do Acordo Coletivo de Trabalho de novembro de 2024 (INPC de 4,62%) e maior utilização do Programa de Saúde, parcialmente compensados pela redução de cerca de 2% no quadro de empregados e menor volume de horas extras.
- Serviços de terceiros:** o aumento de 8,9%, na comparação entre 2025 e 2024, decorreu da elevação dos gastos com consultorias para execução de projetos estratégicos e não recorrentes, serviços de tecnologia da informação e serviços de caminhão pipa destinados a demandas emergenciais e contratuais.
- Energia elétrica:** o aumento de 4,5%, na comparação entre 2025 e 2024, decorreu principalmente dos reajustes tarifários e da aplicação das bandeiras tarifárias, parcialmente compensados pela mudança na matriz energética da Companhia.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **PPP do Rio Manso:** o aumento de 2,5%, na comparação entre 2025 e 2024, deve-se principalmente ao menor custo anual da parcela de energia elétrica após a migração parcial para o mercado livre, mitigando o reajuste contratual de 5,1% (IPCA) aplicado em abril de 2025.
- **Materiais:** a redução de 18,6%, na comparação entre 2025 e 2024, foi influenciada pela queda nos gastos com materiais de conservação e manutenção de sistemas operacionais e com peças, acessórios e componentes para veículos, decorrente da redução da frota própria.
- **Repasse Tarifário a Municípios:** o aumento de 9,5%, na comparação entre 2025 e 2024, deveu-se à elevação da receita líquida e ao maior número de fundos municipais habilitados, além do impacto do aditamento do contrato com Divinópolis, que reduziu aproximadamente R\$2,0 milhões dos valores repassados em 2025.
- **Custos Operacionais Diversos:** o aumento de 19,3%, na comparação entre 2025 e 2024, decorreu de novos contratos e do aditivo aplicado ao contrato de produção de eventos, além do aumento nas rubricas conduções e viagens e do autoconsumo de água.
- **Depreciações e Amortizações:** o aumento de 18,2%, na comparação entre 2025 e 2024, ocorreu em função das incorporações ao imobilizado e ao intangível, ampliando a base de ativos depreciáveis e amortizáveis.
- **Combustíveis e Lubrificantes:** a redução de 16,3%, na comparação entre 2025 e 2024, deveu-se principalmente à diminuição da frota, contribuindo para menor consumo de combustíveis, além da capitalização dos gastos relativos a obras em andamento.

Outras receitas (despesas) operacionais e resultado financeiro

Outras receitas (despesas) operacionais e resultado financeiros (R\$ mil)	2021	2022	2023	2024	2025	2025 x 2024
Outras receitas operacionais	179.185	136.868	67.703	43.530	77.677	78,44%
Outras despesas operacionais	(399.723)	(154.143)	(205.363)	(202.272)	(278.986)	37,93%
Resultado financeiro	(192.307)	(206.382)	(2.922)	(321.535)	(257.914)	-19,79%
Resultado	(412.845)	(223.657)	(140.582)	(480.277)	(459.223)	-4,38%

EBITDA e lucro líquido

O EBITDA é uma medição não contábil adotada pela COPASA MG, calculada de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, consistindo, conforme tabela a seguir, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas políticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Essas métricas não possuem significado padronizado e podem não ser comparáveis a indicadores com títulos semelhantes divulgados por outras companhias. A Companhia apresenta o EBITDA e a Margem EBITDA porque os utiliza para avaliar seu desempenho. Contudo, essas métricas não devem ser consideradas isoladamente nem como substitutos do resultado líquido ou operacional, tampouco como indicadores de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, tabela demonstrando a conciliação do Lucro Líquido ao EBITDA consolidado para os períodos comparativos, bem como a Margem EBITDA.

EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	2021	2022	2023	2024	2025	2025 x 2024
Lucro Líquido do Exercício	537.587	843.362	1.379.346	1.316.920	1.415.744	7,50%
(+) Tributos sobre o Lucro	116.862	202.592	406.926	356.085	333.401	-6,37%
(+) Resultado Financeiro	192.307	206.382	2.922	321.536	257.914	-19,79%
(+) Depreciações e Amortizações	748.652	730.133	789.571	801.005	946.439	18,16%
EBITDA	1.595.408	1.982.469	2.578.765	2.795.546	2.953.498	5,65%
Margem EBITDA	29,5%	35,7%	38,7%	39,8%	39,8%	-
Ajustes - Itens Não Recorrentes						
(+) Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	152.171		115.067	(2.108)		
(+) Devolução - Arsae-MG	82.639					
(+) Incremento da Provisão - Processo Trabalhista	110.324					
(-) Reversão de Provisão Referente a Processo Trabalhista			(51.486)			
(+) Indenização por Inadimplência Contratual			33.853			
(=) EBITDA Ajustado	1.940.542	1.982.469	2.676.199	2.793.438	2.953.498	5,73%
Margem EBITDA (Ajustada)	35,9%	35,7%	40,2%	39,8%	39,8%	-

8.2. Remuneração aos Acionistas

O Conselho de Administração definiu, para o exercício de 2025, o percentual de dividendos regulares correspondente a 50% do lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei Federal nº 6.404/1976, sob a forma de juros sobre o capital próprio – JCP e/ou dividendos.

Para o exercício de 2025, foram declarados R\$653,3 milhões a título de dividendos regulares, dos quais R\$514,6 milhões já foram pagos enquanto o montante de R\$138,7 milhões terá sua data de pagamento definida na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2026, conforme detalhado na Nota Explicativa 21 destas DFs.

Adicionalmente, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 11/12/2025, aprovou a declaração de R\$200,0 milhões como remuneração extraordinária, utilizando parte do saldo da conta de Reservas de Retenção de Lucros existente no balanço do exercício encerrado em 31/12/2024, sendo R\$140,3 milhões a título de dividendos extraordinários e R\$59,7 milhões na forma de JCP extemporâneos do exercício de 2020.

8.3. Endividamento e Ratings

8.3.1. Endividamento

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures atingiu R\$7,6 bilhões, e a dívida líquida passou para R\$6,9 bilhões em dezembro de 2025. A seguir, apresenta-se a tabela com o endividamento da Companhia nos últimos 5 (cinco) anos.

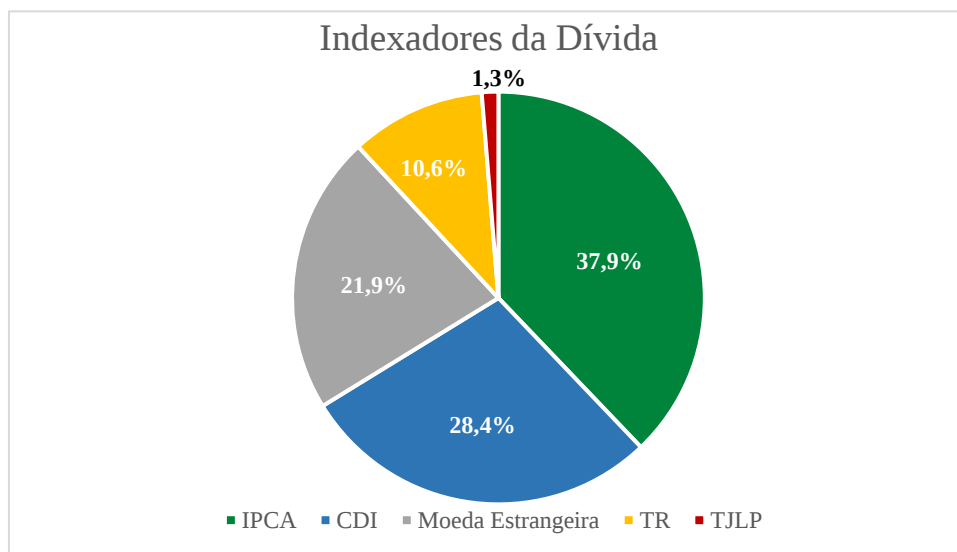
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Endividamento (Dados Consolidados (R\$ milhões)	2021	2022	2023	2024	2025	2025 X 2024
(+) Empréstimos e Financiamentos	1.068,3	976,9	1.429,1	1.964,9	2.366,0	20,4%
(+) Debêntures	2.917,0	3.163,0	3.314,4	4.148,3	5.216,0	25,7%
(=) Total Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.985,3	4.139,9	4.743,5	6.113,2	7.582,0	24,0%
(+) Passivo de Arrendamento Mercantil	-	105,9	92,3	79,4	97,0	22,2%
(+) Passivo de Derivativos	-	-	-	-	3,9	N/A
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários.	1.309,7	1.122,3	1.031,4	820,1	815,0	-0,6%
(=) Dívida Líquida	2.675,6	3.123,5	3.804,4	5.372,5	6.867,9	27,8%

O gráfico abaixo apresenta a composição da dívida da COPASA MG, conforme cada um de seus indexadores, em dezembro de 2025:



Em relação à dívida em moeda nacional, a Companhia tem buscado maior exposição a dívidas atreladas ao IPCA, o que tem refletido nos indexadores. Em 12/2025, o IPCA (37,9%) e o CDI (28,4%) eram os indexadores mais representativos na dívida da Companhia.

A dívida em moeda estrangeira refere-se a contratos formalizados junto ao banco alemão KfW, ao Banco Europeu de Investimento (BEI) e à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), sendo que o saldo em 31/12/2025 era de aproximadamente €257 milhões (correspondentes a R\$1,67 bilhão, considerando a cotação do euro em 31/12/2025).

Esse montante representa cerca de 21,9% do total dos empréstimos e financiamentos em dezembro de 2025 (20,2% em dezembro de 2024), sendo que essa elevação se deu em função, sobretudo, das liberações de recursos realizadas nos últimos 12 meses, no âmbito dos contratos de financiamentos formalizados junto ao KfW e à AFD.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vale mencionar que praticamente a totalidade da dívida em moeda estrangeira possui hedge, tendo sido concluída, em 07/01/2026, a contratação desse instrumento de proteção para todo o saldo vinculado à AFD.

8.3.2. Ratings

Em 17/04/2025, a Agência de *rating* Fitch publicou [relatório](#) elevando os *ratings* Nacional de Longo Prazo da Companhia e de suas emissões de debêntures quirografárias de AA+(bra) para AAA(bra), atribuindo perspectiva do *rating* corporativo como Estável.

Em 01/07/2025, a Agência de *rating* Moody's publicou [relatório](#) afirmando o *rating* Corporativo em AAA.br. A perspectiva do *rating* corporativo permaneceu estável.

A seguir, tabela com o resumo dos *ratings*:

Agência	Escala Nacional	Perspectiva	Data
Fitch Ratings	AAA(bra)	Estável	17/04/2025
Moody's	AAA.br	Estável	01/07/2025

9. Composição Acionária e Desempenho das Ações

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 50,03% das ações, e entidade relacionada ao acionista controlador possuem 0,12% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se cerca de 49,56% das ações, e o restante, correspondente a aproximadamente 0,28%, refere-se a ações em tesouraria. Em dezembro de 2025, a base acionária era formada por aproximadamente 177 mil acionistas, de 30 países.

A tabela a seguir apresenta a distribuição do capital social em 31/12/2025:

Acionistas	Ações	(%)	Número de Acionistas
Estado de Minas Gerais	190.249.612	50,03%	1
Acionistas Nacionais (Minoritários)	123.964.426	32,60%	177.093
Acionistas Estrangeiros (Minoritários)	64.967.392	17,09%	277
Ações em Tesouraria	1.071.639	0,28%	1
Total	380.253.069	100,00%	177.372

A cotação unitária das ações da COPASA MG (B3: CSMG3), ajustada pelos proventos declarados, registrou valorização de 125,0% em 2025, alcançando R\$43,92 no fechamento do último pregão do referido exercício. No mesmo período, o Ibovespa apresentou alta de 34,0%.

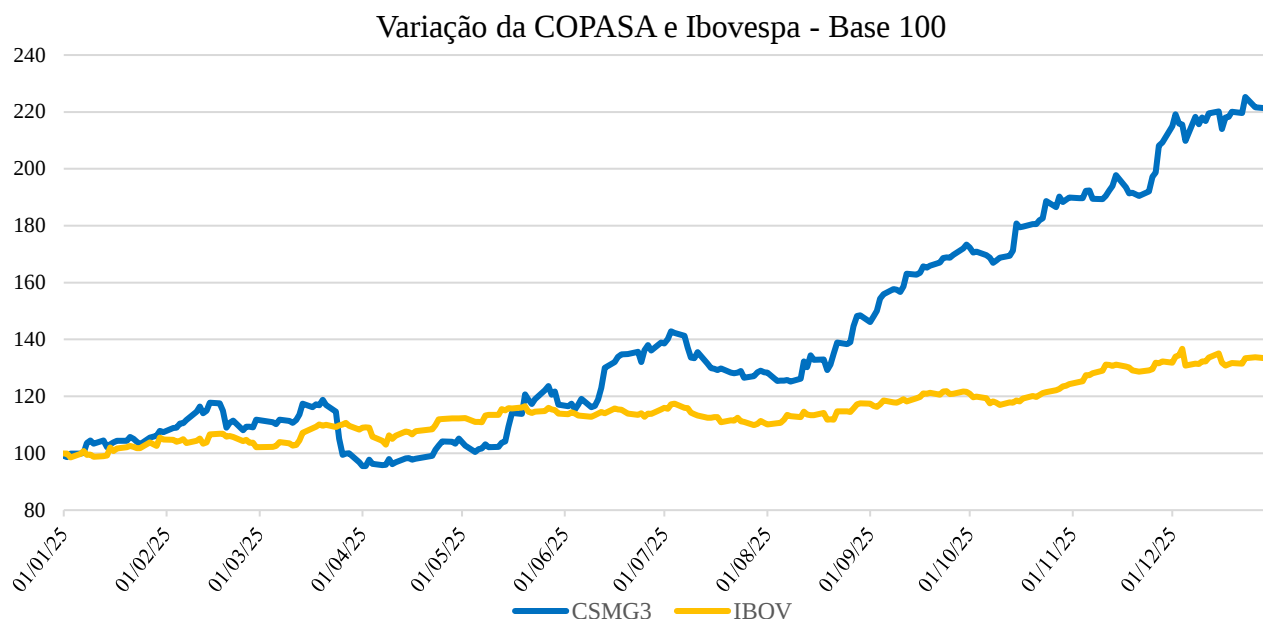
O volume médio diário negociado, em 2025, foi de R\$67,5 milhões (R\$34,4 milhões em 2024). O número médio de negócios diários, em 2025, foi de 8,4 mil.

A seguir, apresenta-se gráfico com o desempenho das ações da COPASA MG (CSMG3) *versus* o Ibovespa (IBOV) em 2025:

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



A Companhia integrava, no final de 2025, 11 índices da B3: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Índice Brasil 100 (IBRX 100), Índice Brasil Amplo (IBRA), Índice Dividendos (IDIV), Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX), Índice de Governança Corporativa Novo Mercado (IGNM), Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), Índice Small Cap (SMLL), Índice Utilidade Pública (UTIL) e Índice de Diversidade (IDVR).

Importante mencionar que, em 05/01/2026, as ações da COPASA MG passaram a integrar o IBOVESPA, principal índice da B3, com vigência até 30/04/2026. A entrada no índice representa reconhecimento da geração de valor da Companhia e contribui para ampliar a liquidez e a visibilidade de suas ações no mercado.

10. Estratégia de Sustentabilidade

A COPASA MG reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável em sua Declaração Estratégica, cujo propósito é cuidar da água e gerar valor para as pessoas. O Planejamento Estratégico da Companhia incorpora o objetivo de atuar em conformidade com padrões ambientais, sociais e de governança. Como signatária do Pacto Global da ONU, a COPASA MG alinha sua atuação à Agenda 2030 e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o ODS 6 – Água Limpa e Saneamento e para os 10 Princípios universais do Pacto.

Em 2025, a Companhia avançou na implementação de suas práticas sustentáveis, reforçando seu compromisso com a responsabilidade socioambiental e com a governança corporativa. Após estreitar na carteira 2023/2024 do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, manteve-se na carteira 2024/2025, evoluindo dez posições e consolidando-se como a empresa mais bem colocada do setor de saneamento no Índice.

A COPASA MG passou a integrar também a carteira 2026 do Índice Carbono Eficiente (ICO2 B3) e a carteira 2026 do Índice de Diversidade (IDIVERSA B3). No ICO2 B3, foi a única representante do setor de saneamento, destacando-se pela eficiência na gestão de emissões, pela transparência das informações e pela robustez de sua

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

governança climática. No IDIVERSA B3, a inclusão reflete a maturidade das suas políticas e práticas voltadas à diversidade e inclusão.

A presença simultânea nos 3 (três) índices evidencia a consistência da estratégia ESG da Companhia e seu alinhamento às melhores práticas de mercado. Em 2025, a COPASA MG também foi reconhecida com o 23º Troféu Seriema – Prêmio Crea de Meio Ambiente, pelo Programa Pró-Mananciais, em edição que registrou recorde de inscrições nacionais.

A seguir, são apresentadas as principais práticas e projetos relacionados à Agenda ESG da Companhia.

10.1. Meio Ambiente

A Companhia busca assegurar sua atuação em conformidade com os padrões ambientais, sociais e de governança, adotando como prioridade o cumprimento da legislação e a regularização ambiental de suas operações. Nesse contexto, cabe à COPASA MG obter os atos autorizativos necessários às intervenções ambientais e aos usos de recursos hídricos, além de conduzir o licenciamento ambiental de seus empreendimentos e atender às medidas mitigadoras, compensatórias e condicionantes definidas pelos órgãos competentes.

Em 2024, a Companhia implementou o Programa de Conformidade Ambiental, voltado ao aprimoramento da gestão, à integração de processos e ao fortalecimento da cultura de regularidade ambiental em suas unidades.

Foram instituídos indicadores e metas de desempenho ambiental para as principais unidades dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos, conforme apresentado a seguir.

Indicador	2024	2025
Índice de Regularização Ambiental de ETAs	53,7%	55,7%
Índice de Regularização Ambiental de ETEs	77,6%	78,6%

A Companhia possui 75% de sua capacidade instalada de produção de água para abastecimento público e 94% de sua capacidade instalada de tratamento de esgotos devidamente regularizadas ambientalmente.

Os principais programas e projetos da Companhia que objetivam garantir a qualidade e a quantidade de água dos mananciais utilizados para abastecimento público são:

- **Programa Pró-Mananciais:** criado em 2017, o programa tem como objetivo proteger e recuperar as microbacias hidrográficas e as áreas de recarga dos aquíferos utilizados nos sistemas de abastecimento operados pela COPASA MG, por meio de ações e parcerias voltadas à melhoria da qualidade e da quantidade das águas, favorecendo a sustentabilidade ambiental, econômica e social e promovendo a resiliência hídrica e climática nos territórios.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais números e resultados do Programa Pró-Mananciais são apresentados no quadro abaixo:

Programa Pró-Mananciais	2025	De 2017 a 2025
Municípios envolvidos	288	58 (em 2017)
Valor investido	R\$52,4 milhões	R\$188,5 milhões
Mudas plantadas	10,6 mil	693,5 mil
Metros de cercas para proteção de APPs	830,9 mil	3,9 milhões
Bacias de contenção de água de chuva	19,4 mil	60 mil
Adequação de estradas (metros)	1,3 milhão	4,5 milhões
Terraceamento (metros)	1,4 milhão	2,8 milhões
Construção de aceiros (metros quadrados)	491,9 mil	1,1 milhão

A atuação se dá por meio de parceria com destaque para as prefeituras municipais, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER MG), a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da UFMG (FUNDEP), por meio do Projeto Manuelzão, a *The Nature Conservancy* (TNC Brasil), o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha (CIMBAJE), Institutos Federais, Universidades, entre outras instituições.

O Pró-Mananciais acumula importantes reconhecimentos nos 2 (dois) últimos anos, sendo Finalista do Troféu Seriema – Prêmio CREA de Meio Ambiente (2º lugar) na categoria Elementos Naturais em 2024 e vencedor do Troféu Seriema – Prêmio CREA de Meio Ambiente, categoria Elementos Naturais, em 2025. **Manutenção de ambientes naturais em áreas protegidas:** a COPASA MG mantém cerca de 25 mil hectares destinados à preservação de mananciais, conciliando conservação e operação. Essas áreas incluem Áreas de Proteção Especial, Unidades de Conservação Estaduais e áreas próprias, como a RPPN Rio Manso, que preserva 9 mil hectares essenciais ao abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. As áreas possuem biodiversidade da Mata Atlântica e do Cerrado. As ações incluem vigilância, monitoramento de mananciais, aceiros, combate a incêndios, planos de manejo e educação ambiental.

▪ **Programa Chuá:** iniciativa que tem como objetivo ampliar a consciência ambiental da população em geral, especialmente das crianças e adolescentes, por meio de práticas educativas que valorizam o cuidado com o meio ambiente, a importância do saneamento, a cidadania e o uso responsável da água.

Alinhado ao propósito da COPASA MG, o Programa Chuá fortalece o compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua. A iniciativa também está em consonância com os princípios do Pacto Global e com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), contribuindo diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 6 – Água Potável e Saneamento, reforçando o papel da Copasa como agente de transformação social e ambiental por meio da educação e consolidando-se como uma iniciativa estratégica da Agenda ESG da Companhia.

Reconhecido por sua abrangência e impacto, o Programa Chuá foi apontado, em 2024, como uma das três principais iniciativas de alta capilaridade na Bacia do Rio das Velhas, segundo o Diagnóstico do Plano de Educação Ambiental da região.

Incorporando de forma integrada todas as ações de educação ambiental desenvolvidas pela Copasa, o Programa Chuá constitui a principal estratégia pedagógica da Companhia para promover a educação em saneamento, fortalecendo o diálogo com escolas, comunidades, instituições e diferentes públicos sobre a importância da água,

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de seu tratamento para consumo, do tratamento adequado do esgoto, dos mananciais e do cuidado com o meio ambiente.

Possuindo uma cesta diversificada de ações socioeducativas, o Chuá dialoga, por meio do Chuá Socioambiental e dos Centros de Educação Ambiental (CEAMs), com outra iniciativa estratégica da Companhia, o Programa Pró-Mananciais.

✓ Chuá Socioambiental

Consistindo em uma linha de educação ambiental não formal, o Chuá Socioambiental é um dos projetos do Programa Chuá, sendo desenvolvido em escolas de municípios de atuação do Programa Pró-Mananciais, com público-alvo formado por alunos do 5º ao 9º ano do ensino fundamental.

O seu objetivo principal é aproximar a Copasa do seu público escolar, por meio de atuação socioeducativa, intitulada Gincana Socioambiental, voltada para a valorização da proteção e recuperação de mananciais utilizados nos sistemas de abastecimento da COPASA MG

Desde 2017, o Chuá Socioambiental já investiu R\$2 milhões na promoção de atividades de educação ambiental nas escolas.

Cabe destacar que, por meio do convênio com o Projeto Manuelzão (Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da UFMG - FUNDEP), entre 2024 e 2025, foram realizadas ações educativas com 41 escolas em 26 municípios dentro da Bacia do Rio das Velhas, alcançando 6.745 alunos.

✓ Centros de Educação Ambiental (CEAMs)

Os Centros de Educação Ambiental (CEAMs) da COPASA MG são espaços criados para promover a sensibilização dos visitantes quanto ao cuidado e à preservação do meio ambiente, com foco na proteção e conhecimento em relação aos mananciais de abastecimento, às áreas protegidas e ao uso consciente dos recursos hídricos e na compreensão sobre a importância do tratamento adequado do esgoto, reconhecendo-o como parte essencial da saúde pública e como etapa fundamental para conservação e proteção dos cursos d'água.

Esses espaços recebem escolas, grupos comunitários e instituições, mediante agendamento prévio, oferecendo visitas monitoradas e atividades educativas que estimulam a cidadania, a sustentabilidade e o uso consciente da água.

A COPASA MG, em 2025, possuía 3 (três) CEAMs, que receberam, no ano, 118 visitas, com um total de 4.898 visitantes.

▪ Outras iniciativas destacadas:

✓ Monitoramento quali-quantitativo de mananciais superficiais e subterrâneos e rede pluviométrica: iniciativa que permite o acompanhamento das vazões e identificação dos mananciais com maior risco de falha, subsidiando o planejamento operacional dos sistemas de abastecimento de água. Para a identificação do impacto das variáveis climáticas e hidrológicas sobre as nossas captações, é realizado monitoramento quantitativo por meio de medições de vazão em mananciais superficiais, instalação e operação de estações de monitoramento fluviométrico convencionais e de estações pluviométricas. A rede setorial de monitoramento quantitativo está sendo ampliada, com a instalação de novas estações fluviométricas convencionais e automáticas com telemetria,

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

resultando em ampla rede para medir a precipitação nas bacias hidrográficas onde a Companhia possui captações de água.

- **Monitoramento de reservatórios de acumulação de água:** a COPASA MG possui 8 (oito) grandes reservatórios de acumulação de água exclusivos para abastecimento de água, cujos níveis são acompanhados diariamente, permitindo o planejamento operacional e avaliações de cenários, de forma a avaliar possíveis impactos no abastecimento de água.
- **Participação em Comitês de Bacia Federais, Estaduais e Colegiados para discussão das Políticas de Recursos Hídricos:** conforme a Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei Federal nº 9.433/1997, a água é um bem de domínio público, limitado, sua gestão é descentralizada e deve-se promover seu uso múltiplo, com a prioridade para consumo humano em situações de escassez. Dessa forma, a COPASA MG participa, diretamente, de 6 (seis) comitês de bacia federais e 32 comitês de bacia estaduais, inserindo-se em discussões relativas ao tema, junto com outros usuários do recurso hídrico, sociedade civil e representante do Estado, de forma a garantir a utilização da água de forma sustentável.
- **Segurança de Barragens:** estão incluídas na Política Nacional de Barragens – Lei Federal nº 12.334/2010, devido a suas características, categoria de risco e dano potencial associado, 18 (dezoito) barramentos; desde total, 8 (oito) unidades, originalmente próprias, possuem Planos de Segurança de Barragens implementados e inspeções de segurança de rotina, regular, especial, bem como a revisão periódica executada por equipe de segurança externa multidisciplinar. Quanto às demais barragens, que compreendem 8 (oito) estruturas oriundas do Termo de Cooperação Técnica, celebrado com o Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, em dezembro de 2024, e 2 (duas) barragens localizadas no município de Monte Azul - MG, a COPASA MG está providenciando a contratação dos estudos e serviços técnicos especializados necessários para elaboração do Planos de Segurança de Barragens, incluindo os Planos de Ação de Emergência.

10.2. Gestão Climática

Anualmente, é realizado o reporte das ações de mitigação e adaptação climáticas desenvolvidas nos nossos processos, dos riscos e oportunidades corporativos ligados às mudanças climáticas, das emissões anuais de GEE, dentre outras informações de sustentabilidade, na plataforma mundial do *Carbon Disclosure Project – CDP*, tendo a Companhia conquistado, em 2025, nota B no questionário de mudanças climáticas. Os resultados da gestão climática compõem também o Relatório de Sustentabilidade da COPASA MG.

Em alinhamento com as práticas de gestão sustentável previstas no Mapa Estratégico da Companhia, anualmente é elaborado o Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE), com base nas fontes provenientes das atividades da empresa. Em 2023, a Companhia passou integrar o Programa Brasileiro de *GHG Protocol* e atualizou a metodologia de contabilização de GEE com base nos métodos disponibilizados pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)* e pelo Programa Brasileiro *GHG Protocol*. Pelo segundo ano seguido, o IGEE da COPASA MG passou por verificação externa, o que garantiu à Companhia o Selo Ouro no Programa Brasileiro *GHG Protocol*.

Para elaboração do IGEE são levantadas as fontes diretas e indiretas de emissão de GEE. As emissões do escopo 1 advêm da operação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário, operação do aterro sanitário de

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Varginha/MG, consumo de combustíveis na frota de veículos e estacionários e equipamentos de ar-condicionado e extintores de incêndio.

As emissões do escopo 2 têm origem no consumo de energia elétrica, utilizada nos processos administrativos, sistemas de tratamento de água, sistemas de tratamento de esgoto sanitário e operação do aterro sanitário de Varginha/MG. A contabilização das emissões de escopo 2 segue a abordagem de escolha de compra (*market-based*) em virtude da aquisição de energia proveniente de fontes renováveis certificadas realizada pela COPASA MG desde 2024.

As emissões indiretas do escopo 3 são provenientes dos resíduos sólidos destinados a terceiros (categoria 5), das viagens aéreas nacionais e internacionais dos empregados a serviço da COPASA MG (categoria 6), do deslocamento de funcionários entre suas casas e seus locais de trabalho (categoria 7).

As emissões de CO₂ biogênico são provenientes da queima de biogás nas ETEs e no aterro sanitário de Varginha, da combustão de biocombustíveis nos veículos da frota, da combustão de biocombustíveis em equipamentos estacionários, dos plantios de árvores nativas controlados pela COPASA MG e das Áreas de Preservação Permanente (APP) de posse da Companhia.

No inventário de GEE da COPASA MG são contemplados os Escopos 1, 2 e 3, sendo que as emissões líquidas constantes no Inventário de GEE Ano Base 2024 são como discriminadas a seguir, uma vez que as emissões relativas ao Ano Base 2025 estavam em levantamento no momento de elaboração do presente Relatório:

Escopo 1: 698.455,49 tCO₂e².

Escopo 2: 20.552,39 tCO₂e.

Escopo 3: 85.513,21 tCO₂e.

Biogênicas: 136.893,10 tCO₂e.

Cabe mencionar ainda que, ao final de 2025, a Companhia lançou chamada pública de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) voltada a startups, empresas de base tecnológica, universidades e instituições de ciência e tecnologia (ICTs) para captar soluções inovadoras voltadas ao enfrentamento dos desafios das mudanças climáticas. A expectativa é o desenvolvimento de sistemas integrados de monitoramento, previsão e resposta a eventos extremos, planos de adaptação personalizados de curto, médio e longo prazo, políticas corporativas de gestão de riscos climáticos e ações de capacitação voltadas à internalização dessas práticas na Companhia.

10.2.1. Situação Hídrica

10.2.1.1. Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

- **Rio Manso, Vargem das Flores e Serra Azul (Sistema Paraopeba)**

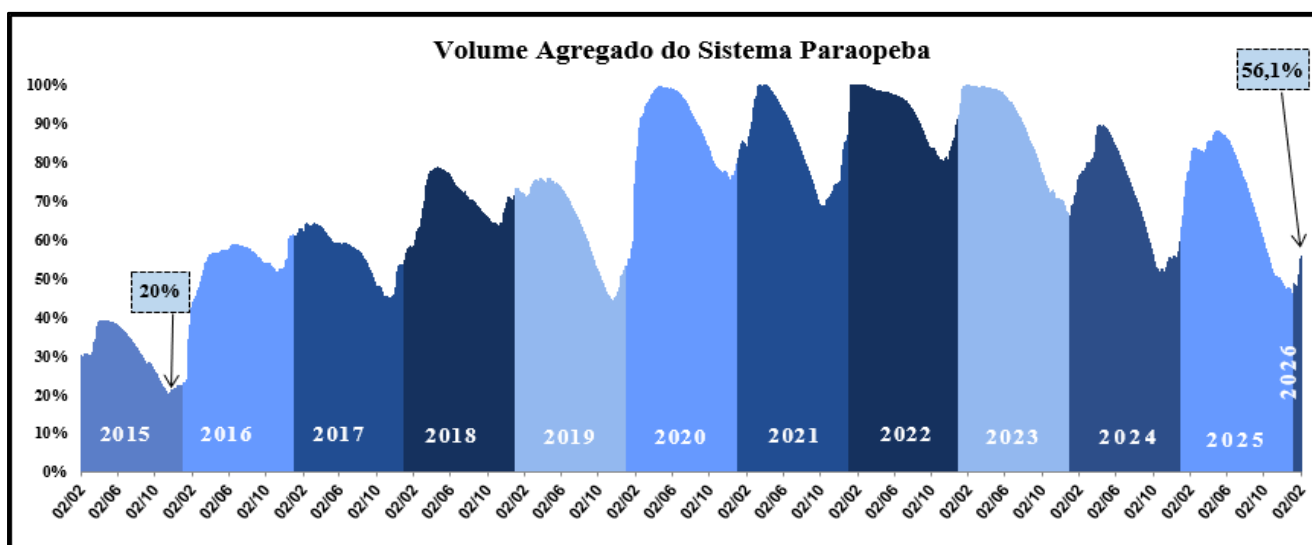
² Equivalência em toneladas de dióxido de carbono. Trata-se de uma medida internacionalmente aceita que expressa a quantidade de gases de efeito estufa em termos equivalentes da quantidade de dióxido de carbono (CO₂)

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esse Sistema é operado de forma integrada, garantindo maior flexibilidade operacional para a distribuição de água, de modo a equilibrar a demanda e a manter níveis seguros de operação. A seguir, a evolução dos níveis desses reservatórios do Sistema Paraopeba, que, conjuntamente, são responsáveis por 52% do volume distribuído da RMBH. Em 02/02/2026, os reservatórios se encontravam com 56,1% de sua capacidade, conforme demonstrado a seguir:



10.2.1.2. Interior do Estado de Minas Gerais

As atividades da Companhia no interior do Estado são pulverizadas em vários municípios e bacias hidrográficas distintas. De forma geral, a maioria das localidades onde a Companhia presta seus serviços possui fonte de produção de água local. Assim, eventual restrição hídrica no abastecimento impacta apenas localmente e de forma marginal as receitas totais da Companhia.

Visando a minimizar os impactos da situação hídrica, a Companhia recorre, quando necessário, a meios que contribuem para a regularização do abastecimento nas localidades afetadas, por meio da utilização de caminhões-pipa, perfurações de poços e investimentos em captações alternativas, conforme as opções disponíveis em cada região e o grau de criticidade da escassez em cada caso. Adicionalmente, são intensificadas as campanhas de conscientização quanto ao consumo racional da água. Vale ressaltar que, em 02/02/2026, não havia município em situação de racionamento.

10.3. Dimensão Social

10.3.1. Atuação Social da Companhia

A atuação social da Companhia é norteada por sua Política de Sustentabilidade, que tem como diretrizes relacionadas a essa temática:

- atuar com segurança e respeito à vida, combatendo o assédio moral, o assédio sexual, a corrupção, os atos ilícitos ou qualquer tipo de suborno, bem como qualquer prática de discriminação, o trabalho infantil e forçado ou compulsório, promovendo a saúde e segurança do empregado;
- desenvolver e reter talentos, promovendo treinamentos e/ou mentorias, oportunidades de crescimento e zelando pela retenção de conhecimento, pelo bem-estar no trabalho e por um clima organizacional construtivo;

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- identificar e avaliar tendências e riscos corporativos, relativos aos impactos socioambientais e ao relacionamento com a comunidade, com o objetivo de priorizar iniciativas para aperfeiçoar os impactos positivos e para mitigar ou eliminar os impactos negativos das operações da empresa nos ecossistemas da sociedade onde atua;
- promover a liberdade de associação sindical e o direito à negociação coletiva;
- promover a acessibilidade e assegurar os direitos das pessoas com deficiência;
- promover a valorização da diversidade, equidade e inclusão;
- desenvolver parcerias com agentes públicos e privados, visando à promoção do desenvolvimento sustentável;
- participar de conselhos, comitês ou similares, para debater o desenvolvimento sustentável local, regional, nacional ou global; e
- proporcionar o engajamento adequado das partes interessadas, especialmente na gestão dos impactos do negócio e das situações contingenciais, dialogando e mantendo canais de comunicação, promovendo o envolvimento e desenvolvimento da sociedade e das comunidades localizadas em áreas impactadas pelas atividades da empresa.

10.3.2. Programas sociais – acesso aos serviços de saneamento

- **Tarifa Residencial Social:** trata-se de um benefício concedido às famílias de baixa renda, oferecendo redução de até 50% no valor da conta de água e esgoto. Essa redução é calculada de acordo com o consumo mensal de cada família. Em 2025, o número mensal de economias beneficiadas com a Tarifa Residencial Social foi de 793 mil. Além disso, o benefício foi ampliado para incluir famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para 2026, está sendo implantada a Tarifa Social II, por meio da qual as famílias em situação de extrema pobreza serão beneficiadas com um desconto de 65% no valor mensal das contas de água e esgoto.

- **Programa de desconto progressivo para municípios adimplentes:** oferece um incentivo financeiro para os municípios que mantêm suas contas de água e esgoto em dia. Esse benefício é concedido sob a forma de desconto de até 50% nas tarifas desses serviços. Em 2025, esse programa resultou em uma economia total de aproximadamente R\$68,3 milhões para as prefeituras, beneficiando diretamente as comunidades. O programa foi reestruturado e prevê que o desconto seja iniciado em 10%, podendo chegar a 50%, conforme a regularidade dos pagamentos.
- **Programa de concessão de subvenções:** este programa foi reconhecido e regulamentado pela Arsae-MG em 2024, como parte integrante do custo tarifário. O critério de desconto foi alterado para considerar 50% do valor de água e esgoto. Em 2025, o valor da subvenção foi de R\$28,2 milhões, beneficiando 516 entidades.
- **Programa de doações para entidades filantrópicas:** permite que os clientes da Companhia façam doações por meio das faturas às entidades filantrópicas. Existem 2 (dois) modalidades: o **Programa de Apadrinhamento**, destinado às áreas de educação, segurança pública e assistência social, e o **Solidariedadeágua**, voltado para hospitais públicos ou filantrópicos. Em 2025, foram arrecadados R\$3,7 milhões, beneficiando 203 instituições participantes do Programa de Apadrinhamento, e R\$4,5 milhões com o Solidariedadeágua, destinados a 44 instituições.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10.3.3. Atuando em Benefício das Comunidades

O Programa Engajar para Transformar é uma iniciativa contínua, construída de forma coletiva, para soluções e estratégias em prol da universalização e sustentabilidade dos serviços de saneamento. O Programa está diretamente ligado ao compromisso “Relacionamento com o Cliente” da Agenda ESG da Companhia, tendo como foco a Licença Social para Operar, articulando com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, principalmente com o ODS 6. Em 2025, foram formalizados 32,8 mil termos de adesão aos serviços de saneamento da COPASA MG, o que proporcionou um faturamento incremental estimado em R\$19 milhões.

O Programa de voluntariado corporativo da COPASA MG promove a atuação estruturada e o engajamento dos empregados em iniciativas sociais alinhadas à estratégia corporativa, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e a geração de valor compartilhado no ambiente organizacional e nos territórios de atuação da Companhia.

No âmbito do compromisso de Equidade de Gênero, foi desenvolvido o Projeto Florescer Financeiro nos municípios de Divinópolis e São João do Paraíso, atendendo 47 mulheres. A iniciativa visa à capacitação em finanças pessoais de mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade social residentes em comunidades, por meio de uma metodologia híbrida, que combina encontros presenciais e atividades on-line, contribuindo para a autonomia financeira e o fortalecimento socioeconômico das participantes.

Destaca-se, ainda, a ação Reviva no Parque, realizada no Parque Ecológico da Pampulha, em Belo Horizonte, que integrou esforços da Estação de Tratamento de Águas Fluviais (ETAF) e do Programa Reviva Pampulha. Na ocasião, 34 voluntários promoveram ações de conscientização junto aos visitantes sobre a importância da proteção dos recursos hídricos, da adesão à rede coletora de esgoto e dos investimentos realizados pela Copasa para a recuperação da Lagoa da Pampulha, atendendo aos compromissos de Proteção das Águas e Relacionamento com o Cliente da Agenda ESG.

Entre as práticas de voluntariado corporativo, destaca-se o Confia em 6%, iniciativa que incentiva os empregados da Copasa MG a destinarem parte do imposto de renda devido ao Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), fortalecendo políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social. Em 2025, foram destinados R\$627 mil por meio do Programa.

De forma integrada, o Programa Voluntários da Copasa contribui para a geração de valor social, o fortalecimento do relacionamento com as comunidades e a consolidação da licença social para operar, ao mesmo tempo em que reforça a imagem institucional da Companhia e o engajamento de seus empregados com a estratégia de sustentabilidade. Em 2025, a Companhia deu continuidade a projetos relacionados à sua Agenda ESG, visando à redução das desigualdades de gênero. Tais projetos, financiados pela Agência Francesa de Desenvolvimento, com recursos a fundo perdido, foram desenvolvidos tanto para o público interno, quanto para o externo, tendo estes últimos foco em desenvolvimento social e geração de renda para mulheres.

Para a COPASA MG, os projetos culturais, esportivos e as doações são formas de divulgar a imagem de empresa moderna, competitiva e inovadora para toda a comunidade, demonstrando o cuidado de fomentar a riqueza das artes, da cultura, do entretenimento, do patrimônio cultural e o conhecimento intelectual e ambiental, todos voltados para a qualidade de vida dos mineiros.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

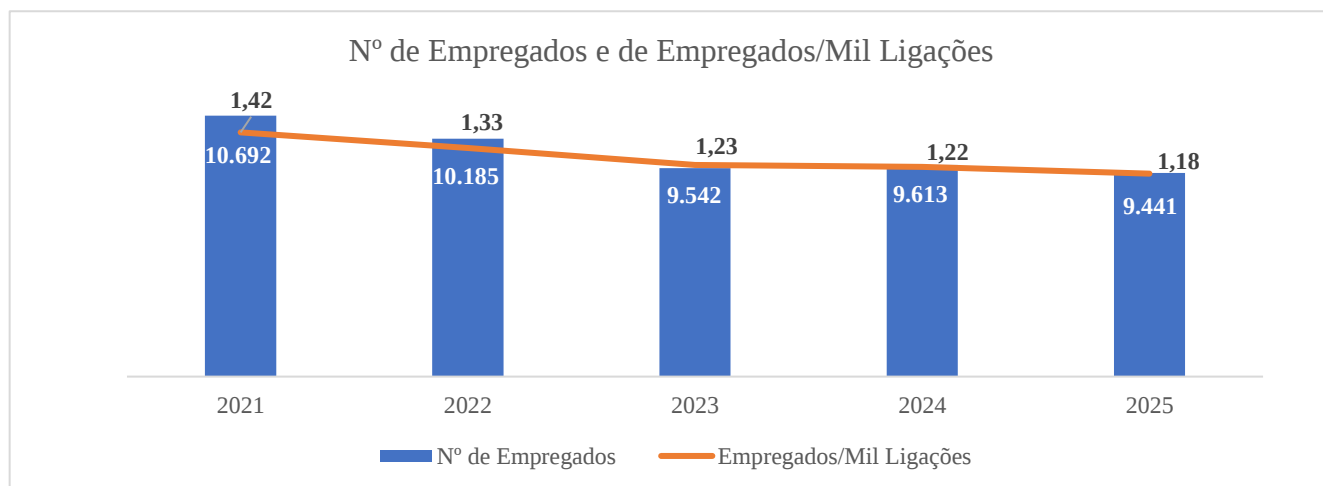
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os patrocínios incentivados por meio das Leis de Incentivo à Cultura, ao Esporte, e as doações aos Fundos do Idoso e da Infância e Adolescência e ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica refletem a combinação de responsabilidade social e benefícios fiscais, fortalecimento da imagem e engajamento social da Companhia, contribuindo para a promoção da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população mineira. Dentre esses vários patrocínios, citam-se:

- Museu de Sant'Ana – Plano Trienal de Manutenção 2024-2026: visa garantir a manutenção do espaço expositivo, do acervo público e do patrimônio artístico e cultural brasileiro, bem como dos trabalhos desenvolvidos pela instituição por meio de ações educativas e culturais. Instalado na antiga Cadeia Pública da cidade de Tiradentes, o Museu abriga mais de 300 imagens da santa protetora dos lares e da família, bem como dos mineradores.
- 28ª Mostra de Cinema de Tiradentes: a Mostra de Cinema de Tiradentes inaugura o calendário audiovisual brasileiro e é considerada o maior evento do cinema brasileiro como plataforma de lançamento da produção cinematográfica independente, tornando-se referência no segmento audiovisual.
- Basquete Paraolímpico Ano II: projeto de basquetebol em cadeiras de rodas para atividades aquáticas e contempla preparação física específica como coordenação cadeira-bola-mão, técnica de condução, arremesso e lançamentos de bola e táticas de jogo. O público-alvo é formado por indivíduos com deficiência física, com idade entre 19 e 59 anos de idade, de ambos os sexos.
- Atenção humanizada e multidisciplinar para idosos em tratamento oncológico – Instituto Mário Penna: tem como objetivo promover cuidado oncológico humanizado para a pessoa idosa frágil e/ou em processo de fragilização, garantindo reabilitação física e emocional, através do cuidado humanizado dos pacientes com perfil epidemiológico relacionado a neoplasias. O Instituto proporciona cerca de 10 mil atendimentos para 2 mil idosos/mês em tratamento oncológico, em estado de fragilidade física e emocional.

10.3.4. Capital Humano

A COPASA MG, em conjunto com a subsidiária Patos Saneamento, encerrou o ano de 2025 com 9.441 empregados, representando um decréscimo de 1,8% em relação ao ano anterior, conforme ilustrado no gráfico abaixo. Tal fato, acrescido da elevação no número de ligações de água e esgoto (2,4%), levou ao decréscimo no indicador “número de empregados por mil ligações”, que passou de 1,22, em dezembro de 2024, para 1,18, em dezembro de 2025.



Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) da COPASA MG tem por objetivo valorizar o conhecimento, a experiência, a vivência, a maturidade e os impactos dos profissionais nos resultados. O PCCS visa conceituar e estabelecer os critérios e instrumentos para enquadramento e operacionalização das movimentações dos empregados e está orientado para atrair, desenvolver e reter os talentos profissionais necessários à condução dos negócios, preservando a cultura, o alinhamento aos objetivos empresariais, a competitividade e a longevidade da Companhia.

A Trilha de Carreiras é uma ferramenta de gestão de recursos humanos que permite aos empregados planejar sua carreira dentro da empresa. Por meio dessa ferramenta, é possível identificar as especialidades que compõem as carreiras, as condições e os requisitos exigidos pelo PCCS para ocupar outras funções e as possibilidades de mobilidade na Empresa.

Outra ferramenta de gestão consolidada é a avaliação de desempenho por competências, em que foram avaliados 9.080 empregados no ciclo avaliativo de 2025.

Em 2025, as ações voltadas à educação corporativa, como cursos técnicos e de pós-graduação, externos e *in company*, cursos da plataforma de ensino a distância - Manancial do Saber, Programa de Mentoria Feminina, Programa de Mentoria Técnica, Programa de Saúde e Segurança do Trabalho, dentre outras participações em atividades de treinamento e desenvolvimento resultaram no número de aproximadamente 97 mil participações em treinamentos e um total de 633 mil horas de treinamento, uma média de 67 horas por empregado.

Dada a especificidade do conhecimento técnico exigido pelo setor de saneamento, a COPASA MG desenvolveu o Programa de Mentoria Técnica, que visa contribuir para a mitigação do risco de perda de capital intelectual e a garantir a excelência na prestação de serviços. Esse Programa tem, como mentores, empregados de elevado nível de conhecimento, e, como mentorados, pessoas com potencial, interesse e disponibilidade para o aprendizado. Para a realização do repasse, foram priorizados processos e atividades críticas, identificados pelas superintendências e alinhados aos principais riscos corporativos.

Na COPASA MG, a Saúde e Segurança do Trabalho é um tema material e, para além de uma obrigação legal, tornou-se um valor para a Companhia, reconhecido e patrocinado pela Alta Administração. O Sistema de Gestão de Saúde e Segurança abrange toda a força de trabalho e visa proteger a integridade, a saúde e a capacidade de trabalho dos empregados.

Em 2025, foi dada continuidade ao Projeto de Evolução da Cultura de Saúde e Segurança, implementado no ano anterior em parceria com consultoria de referência mundial no assunto. Ao longo do ano foram mantidas práticas preventivistas com os respectivos indicadores proativos. Como exemplo, cita-se a Caminhada do Líder (Observação Comportamental), que consiste em visitas periódicas, por parte dos líderes, para sensibilizar os empregados e mitigar os desvios comportamentais, em 2025, foram realizadas mais de 33 mil caminhadas.

Ainda ao longo de 2025, a equipe de segurança do trabalho da Copasa realizou 5.992 inspeções em equipes próprias e contratadas, abrangendo frentes de serviço e unidades operacionais. Nesse mesmo período, foram ministrados 244 treinamentos voltados às normas de Saúde e Segurança, contemplando tanto empregados da Companhia quanto trabalhadores de empresas terceirizadas.

Um avanço significativo alcançado em abril de 2025 foi a revisão do Programa Acidente Zero, que passou a contar com um novo pilar norteador: Tolerância Zero a Desvios relacionados à Saúde e Segurança do Trabalho. Como desdobramento dessa inclusão, foi revisado o Protocolo de Reconhecimento e Consequências em Saúde e

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segurança. O documento foi atualizado para contemplar medidas disciplinares mais rigorosas. Um dos resultados mais expressivos e mensuráveis da implantação da gestão de consequências foi a redução drástica no número de ações pendentes de resolução, provenientes de não conformidades gravíssimas, que se reduziu de 435, no início de 2025, para 18 ao seu final, todas estas com o devido encaminhamento.

Em outubro de 2025, foi criado o Centro de Operação em Segurança (COSEG), com o objetivo de direcionar as inspeções dos técnicos de segurança para obras de maior complexidade e, consequentemente, risco de acidentes de maior gravidade. A iniciativa buscou garantir uma atuação mais assertiva na fiscalização das equipes próprias e terceirizadas, assegurando o cumprimento da legislação trabalhista, bem como das normas e procedimentos internos da Companhia relacionados à Saúde e Segurança.

Em comparação com o ano anterior, a acidentalidade relativa a empregados próprios decresceu 15,67%. Para além dos números e da abordagem técnica do assunto, a filosofia “zero acidentes” é sobre compromisso e propósito. Trata-se da crença de que todo e qualquer acidente pode ser evitado, o que mobiliza a força de trabalho para um objetivo em comum.

Quanto à promoção da diversidade e inclusão, a Companhia reforçou suas práticas de incentivo à inclusão e à diversidade, com a inserção dos temas diversidade e práticas de incentivo à inclusão nas ações voltadas para o desenvolvimento de lideranças e a adoção de cotas para o público sênior e para pessoas com deficiência em seu Programa de Estágio. Vale ressaltar que a Companhia possui Política de Diversidade e Inclusão, instituída em 2023.

Em 2025, a COPASA implementou um abrangente Programa de Capacitação em Diversidade e Inclusão, contemplando palestras e treinamentos voltados ao letramento e às formações de multiplicadores. A iniciativa resultou na participação de aproximadamente 1.500 empregados, reforçando o compromisso da empresa com a promoção de um ambiente corporativo inclusivo e plural.

A COPASA MG está imbuída do propósito de promover a equidade de gênero em seus quadros profissionais, como forma de atrair e melhor aproveitar seus talentos. Dentro desse espírito, a Companhia promoveu, em 2025, a 4ª (quarta) edição do Programa de Mentoria Feminina, que busca encorajar o desenvolvimento de empregadas interessadas em potencializar suas competências, mediante o acompanhamento por profissionais, também mulheres, mais experientes, na posição de mentoras.

10.3.4.1. Indicadores de Equidade e de Diversidade – Lei Federal nº 6.404/1976, conforme alterações incluídas pela Lei Federal nº 15.177/2025

A Lei Federal nº 6.404/1976, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 15.177/2025, passou a determinar que o Relatório da Administração inclua a política de equidade adotada pelas Companhias, bem como contenha indicadores de equidade e diversidade, conforme excerto reproduzido abaixo:

“Art. 133. Os administradores devem comunicar, até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembleia-geral ordinária, por anúncios publicados na forma prevista no artigo 124, que se acham à disposição dos acionistas:

I - o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;

(...)

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

§ 6º O relatório previsto no inciso I do caput deste artigo incluirá a política de equidade adotada pela companhia e deverá conter, entre outras informações relevantes: (Incluído pela Lei nº 15.177, de 2025)

I – a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia; (Incluído pela Lei nº 15.177, de 2025)

II – a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia; (Incluído pela Lei nº 15.177, de 2025)

III – o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia; (Incluído pela Lei nº 15.177, de 2025)

IV – a evolução comparativa dos indicadores previstos nos incisos I, II e III deste parágrafo entre o exercício findo e o exercício imediatamente anterior. (Incluído pela Lei nº 15.177, de 2025)”

Apresentamos a seguir as informações sobre equidade e diversidade conforme requeridas pelos dispositivos transcritos acima:

- **Política de Diversidade e Inclusão - caput do § 6º, do art. 133 da Lei Federal nº 6.404/1976**

Como mencionado no item 10.3.4, a Companhia possui Política de Diversidade e Inclusão, instituída em 2023, e que segue anexa a este Relatório, no Anexo 1.

- **Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos na administração da Companhia, com a evolução comparativa entre os anos de 2024 e 2025 - incisos I e IV do § 6º, do art. 133 da Lei Federal nº 6.404/1976**

Para atendimento deste dispositivo, segue a tabela abaixo, que apresenta a distribuição dos empregados por categoria funcional, segregados por sexo, em números absolutos e percentuais, nos anos de 2024 e 2025.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Categoria Funcional		Número de Empregados			
		2024	%	2025	%
Gerencial	Homens	97	1,0%	108	1,1%
	Mulheres	54	0,6%	58	0,6%
Subtotal		151	1,6%	166	1,7%
Superior Administrativo	Homens	139	1,4%	134	1,4%
	Mulheres	149	1,6%	148	1,6%
Subtotal		288	3,0%	282	3,0%
Superior Operacional	Homens	278	2,9%	280	3,0%
	Mulheres	152	1,6%	149	1,6%
Subtotal		430	4,5%	429	4,6%
Técnico Operacional	Homens	1.114	11,6%	1.120	11,9%
	Mulheres	66	0,7%	66	0,7%
Subtotal		1.180	12,3%	1.186	12,6%
Técnico Administrativo	Homens	1.119	11,6%	1.447	15,3%
	Mulheres	293	3,1%	296	3,1%
Subtotal		1.412	14,7%	1.743	18,4%
Operacional	Homens	5.471	56,9%	4.967	52,6%
	Mulheres	68	0,7%	60	0,6%
Subtotal		5.539	57,6%	5.027	53,2%
Administrativo	Homens	533	5,5%	527	5,6%
	Mulheres	80	0,8%	81	0,9%
Subtotal		613	6,3%	608	6,5%
Total		9.613	100,0%	9.441	100,0%

- Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da Companhia, com a evolução comparativa entre os anos de 2024 e 2025 - incisos II e IV do § 6º, do art. 133 da Lei Federal nº 6.404/1976

Para atendimento deste dispositivo, segue a tabela abaixo, que apresenta a distribuição dos membros que compõem o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, segregados por sexo, em números absolutos e percentuais, nos anos de 2024 e 2025.

Descrição		Número de Membros			
		2024	%	2025	%
Conselho de Administração	Homens	6	85,7%	6	85,7%
	Mulheres	1	14,3%	1	14,3%
Total		7	100,0%	7	100,0%
Diretoria Executiva	Homens	5	100,0%	3	60,0%
	Mulheres	0	0,0%	2	40,0%
Total		5	100,0%	5	100,0%

- Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia, com a evolução comparativa entre os anos de 2024 e 2025 - incisos III e IV do § 6º, do art. 133 da Lei Federal nº 6.404/1976

Para atendimento deste dispositivo, segue a tabela abaixo, que demonstra a remuneração média mensal por categoria funcional, segregada por sexo, nos anos de 2024 e 2025.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Categoria Funcional		Remuneração Média Mensal - R\$ (*)	
		2024	2025
Gerencial	Homens	30.911	32.095
	Mulheres	25.218	25.192
Superior Administrativo	Homens	16.737	17.597
	Mulheres	14.722	15.556
Superior Operacional	Homens	17.794	19.692
	Mulheres	15.794	16.757
Técnico Operacional	Homens	8.124	8.149
	Mulheres	7.242	7.325
Técnico Administrativo	Homens	7.276	7.334
	Mulheres	8.341	8.391
Operacional	Homens	4.041	3.895
	Mulheres	3.229	3.103
Administrativo	Homens	4.395	4.409
	Mulheres	4.291	4.294

(*) A remuneração média mensal por categoria funcional foi calculada dividindo-se a remuneração total de dezembro de 2025, incluindo verbas fixas e variáveis, por categoria funcional, pelo número de empregados em cada uma das categorias funcionais, observada a segregação por sexo.

10.4. Governança Corporativa

A COPASA MG, além de observar a legislação de regência aplicável às sociedades anônimas e ao mercado de capitais, deve atender aos requisitos diferenciados de transparência e governança corporativa impostos pelo regulamento de seu segmento de listagem na B3 e está sujeita, como empresa estatal, aos controles do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e às determinações da Lei Federal nº 13.303/2016 – Lei das Estatais, bem como às normas e regulações pertinentes ao setor de saneamento, dentre outras. Assim, por atuar em um ambiente amplamente regulado e por sua constante disposição em estar sempre alinhada às melhores práticas de mercado, a COPASA MG adota sólidos padrões de governança corporativa e de controles internos, que serão brevemente abordados a seguir.

10.4.1. A Administração da Companhia

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração é composto por 6 (seis) membros, dos quais 2 (dois) são considerados conselheiros independentes. Vale ressaltar que a Companhia conta com a participação de 1 (um) representante dos empregados e 1 (um) representante dos acionistas minoritários, sendo este caracterizado como independente.

A Diretoria Executiva é responsável pela administração dos negócios sociais da Companhia e é composta por 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, eleitos pelo Conselho de Administração.

Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente não são acumulados pela mesma pessoa.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Conselho Fiscal funciona em caráter permanente e é composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes. O Conselho Fiscal conta com 1 (um) membro titular e o respectivo suplente, indicados pelo Estado de Minas Gerais, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a Administração Pública, e com 1 (um) conselheiro efetivo como representante dos acionistas minoritários. É competência desse Órgão fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

O Comitê de Auditoria Estatutário – COAUDI é órgão de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, por ele eleito, e é composto, atualmente, por 3 (três) membros, devendo ser, em sua maioria, independentes, nos termos do Estatuto da Companhia, com pelo menos 1 (um) dos membros conselheiro de administração independente.

A Companhia conta com 3 (três) comitês não estatutários, vinculados ao Conselho de Administração, para seu assessoramento, sendo:

- **Comitê de Gestão de Pessoas:** responsável, dentre outras funções, pelo assessoramento ao Conselho de Administração nas decisões relativas a diretrizes relacionadas à gestão de pessoas;
- **Comitê de Investimentos:** responsável, sobretudo, por subsidiar o Conselho de Administração nas deliberações do que concerne às análises e ao acompanhamento dos investimentos constantes do planejamento da Companhia; e
- **Comitê de Governança Corporativa:** tem o objetivo de apoiar o Conselho de Administração e demais órgãos estatutários na adoção das melhores práticas de governança corporativa e primar pela sua constante evolução.

A Companhia conta, ainda, com a Superintendência de Compliance e a Auditoria Interna.

Treinamento e Avaliação

Os administradores, conselheiros fiscais e membros do comitê de auditoria participam, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, Código de Ética e Integridade, Lei Federal nº 12.846/2013, licitações e contratos.

Anualmente, a Copasa MG realiza o processo de avaliação de desempenho dos administradores e dos demais membros estatutários, sob coordenação da Superintendência de Compliance. Essa avaliação compreende:

- (i) o desempenho coletivo dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- (ii) o desempenho coletivo da Diretoria Executiva; e
- (iii) o desempenho individual dos integrantes desses órgãos.

Os resultados são apresentados aos conselheiros e utilizados como subsídio para a identificação de oportunidades de melhoria na governança da Companhia.

Destaca-se que, em 2025, também foi avaliado o desempenho da diretoria da subsidiária Copanor.

10.4.2. Integridade e Compliance

A Companhia está em constante revisão de seus mecanismos de controle, visando à manutenção da integridade, de seus valores éticos e da consecução de seu compromisso com o compliance. Dentre esses mecanismos de

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

controle, destacam-se instrumentos e práticas de governança, bem como políticas, normas e procedimentos, entre os quais podem ser realçados:

- **Código de Conduta e Integridade:** consiste no principal instrumento de divulgação dos princípios éticos e dos valores fundamentais da COPASA MG, devendo ser observado por todos os seus empregados e por aqueles que com ela se relacionam.
- **Código de Conduta e Integridade para fornecedores:** consiste no principal instrumento de divulgação dos princípios éticos e dos valores fundamentais da COPASA MG, devendo ser observado por todos os parceiros de negócio com os quais a Companhia transaciona.
- **Programa de Integridade:** consiste na implementação de políticas, diretrizes e procedimentos no combate à corrupção e na apuração de denúncias e irregularidades, visando à implantação de mecanismos e procedimentos internos de integridade, em aderência à Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e às boas práticas de governança corporativa.
- **Canal de Denúncias:** implementado em 2016, com o objetivo de inibir práticas ilícitas e contrárias aos interesses da COPASA MG, tais como corrupção, fraude, irregularidade e conflitos de interesse, dentre outros, bem como favorecer a comunicação, apuração e tratamento dessas práticas. Esse Canal está disponível no site institucional da Companhia (<https://denuncias.copasa.com.br/>), na aba “Denúncias”, acessível a qualquer cidadão. Atualmente, o canal é operado por uma empresa externa, garantindo maior confidencialidade e segurança para o denunciante de boa-fé.
- **Comissão de Ética:** vinculada diretamente à Diretora-Presidente, é responsável, dentre outras atribuições, pela difusão da cultura ética, controle e tratamento das denúncias de caráter ético.
- **Gestão Colegiada:** sistema informatizado de gerenciamento dos gastos e compartilhamento de decisões, em que os dispêndios referentes a custeio e investimentos, em todos os níveis da organização, são aprovados por Comitês (Comitê de Administração, Comitê Operacional e Comitê Diretivo), compostos por, no mínimo, 3 (três) integrantes.
- **Políticas:** a Companhia é dotada de várias políticas, que disciplinam aspectos diversos de seu ambiente corporativo e fortalecem sua governança e cultura de integridade, dentre as quais podem ser mencionadas: (i) Política de Compliance Anticorrupção; (ii) Política de Conflito de Interesses; (iii) Política de Controles Internos; (iv) Política de Indicação e Elegibilidade de Membros Estatutários; (v) Política de Governança Corporativa; e (vi) Política de Transações com Partes Relacionadas.

A Companhia, com o apoio dos órgãos de governança, tem focado suas ações no desenvolvimento de seu Programa de Integridade. A seguir, as ações mais relevantes realizadas:

- **Certificação ISO 37.301:** a COPASA MG obteve a certificação ISO 37.301 - Sistema de Gestão de Compliance em 2024, sendo renovada em novembro de 2025. Essa recertificação demonstra o comprometimento da alta administração, da unidade de Compliance e de todos os colaboradores e parceiros com a cultura de integridade, contribuindo para a melhoria das práticas de conformidade e governança.
- **Site de Compliance:** a COPASA MG possui o site de Compliance (<https://compliance.copasa.com.br/>), que permite ao usuário conhecer os pilares que compõem o seu Programa de Integridade, acessar os instrumentos de Integridade e familiarizar-se com as ações de compliance desenvolvidas.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Matriz de Treinamento e Comunicação em Compliance:** a Companhia implementou uma Matriz de Treinamento em Compliance, com o objetivo de promover atividades de capacitação para todos os seus colaboradores e parceiros de negócio. Essas capacitações levam em consideração as unidades onde esses colaboradores estão alocados e as respectivas exposições a riscos de compliance. Já a matriz de comunicação aborda campanhas de Compliance, e divulgação de informações relevantes em meio físico e digital. Principais ações desenvolvidas:
- **Compliance para Lideranças:** anualmente, os administradores e demais membros estatutários, bem como os superintendentes, gerentes, supervisores e encarregados recebem capacitações em temas de integridade, visando à disseminação de uma cultura de integridade;
- **Workshop Integridade:** objetivando atualizar os empregados acerca dos instrumentos de integridade da Companhia, anualmente é disponibilizado o Workshop Integridade, na plataforma EAD da Companhia. Esse curso aborda o Programa de Integridade da COPASA MG. Em 2025 foram capacitados 8.897 colaboradores.
- **Campanhas Internas:** anualmente, a COPASA MG realiza uma campanha de comunicação de compliance, com temas da atualidade, que visam à disseminação dos instrumentos de integridade por meio de móveis, prismas, cartazes, folhetos, wallpapers, e-mails, vídeos, intranet, dentre outros;
- **“Gotas da Integridade”:** mensalmente, são disponibilizados, na intranet, folders de integridade, com o propósito de estimular reflexões no tocante à ética nas atitudes, voltados para a promoção de um ambiente corporativo íntegro;
- **Compliance na Gestão de Contratos:** são realizados, periodicamente, treinamentos visando a alertar os gestores e fiscais de contratos sobre a importância da aplicação dos instrumentos e normativos de integridade na execução dos contratos.

10.4.3. Gestão de Riscos

- **Governança de riscos:** a Companhia possui uma estrutura de governança com papéis definidos, segundo o conceito das Três Linhas, do Instituto de Auditores Internos – IIA. Por meio dessa visão, situam-se na 1ª (primeira) linha a gestão operacional e, na 2ª (segunda) linha, a gestão de riscos, os controles internos e *compliance*. Todos esses processos prestam contas em relação aos riscos à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, o qual é assessorado tecnicamente pelo Comitê de Auditoria Estatutário. Na 3ª (terceira) linha encontra-se a Auditoria Interna, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração.
- **Política de Gestão de Riscos Corporativos:** com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades referentes ao processo de gestão de riscos corporativos e orientar as atividades para identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos, a COPASA MG instituiu a Política de Gestão de Riscos Corporativos. Os normativos internos para gestão de riscos referenciam-se, principalmente, na ISO 31000:2018 e no COSO II ERM: 2017.
- **Comitê de Compliance e Riscos:** o processo de gestão de riscos, coordenado pela Superintendência de Compliance, é submetido também ao Comitê de Compliance e Riscos. Esse Comitê possui um Regimento Interno, é constituído por representantes de cada diretoria e reúne-se mensalmente para participar do processo e da aplicação da metodologia referente à gestão de riscos.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Matriz de Riscos Corporativos:** apresenta os riscos aos quais a COPASA MG está submetida, os respectivos fatores de risco, além de apresentar os proprietários com responsabilidade e autoridade para gerir tais riscos. Referida Matriz classifica os riscos conforme sua natureza, podendo ser estratégicos, operacionais, financeiros ou de *compliance*, sendo sua revisão, no mínimo, anual.
- **Mapa de Riscos Corporativos:** sintetiza os riscos de acordo com a criticidade, sendo os mais críticos em relação à probabilidade e ao impacto: (i) Concessões; (ii) Gestão de Empreendimentos; (iii) Saúde e Segurança do Trabalho; (iv) Tratamento de Esgoto; (v) Ataques Cibernéticos; e (vi) Trabalhista. Os respectivos proprietários prestam contas do status desses riscos diretamente ao Conselho de Administração.
- **Monitoramento de indicadores:** os riscos identificados na Matriz são monitorados por meio dos indicadores de risco, e esses são submetidos à aprovação do Conselho de Administração, que aprova também o apetite da Companhia para cada risco corporativo.
- **Planos de Resposta a Riscos:** a Diretoria Executiva revisa constantemente os planos de resposta que foram elaborados, conforme a dinâmica dos processos de negócio para mitigação dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. As revisões contemplam, entre outros aspectos, o contexto regulatório em que a Companhia está inserida, bem como as exigências promovidas pelo novo marco legal do saneamento.
- **Matriz de Riscos Contratuais:** a Matriz contendo os riscos referentes aos contratos é definida como parte integrante do processo licitatório, destinada a identificar riscos contratuais, classificá-los de acordo com os impactos e as probabilidades de ocorrência, bem como prever medidas de mitigação, de modo a propiciar segurança jurídica para as partes contratante e contratada.
- **Gestão de Crises:** com o objetivo de estabelecer processo estruturado de gestão de crise na Companhia, em 2025 foi implementado o processo de gerenciamento de crises, orientado pelo Plano de Gestão de Crise, o Plano de Comunicação de Crise e o *Playbook* de Crise como documentos orientadores. Ao mesmo tempo, foi instituído o comitê de crise e realizados exercícios simulados de crise, sob coordenação da Gerência de Riscos, atuando como PMO de Crise.

10.4.4. Controles Internos

O Sistema de Controles Internos da Copasa desempenha papel fundamental na governança corporativa, por meio do monitoramento contínuo da eficiência dos processos e procedimentos estratégicos, operacionais e administrativos da Companhia. Seu objetivo é contribuir para a mitigação dos riscos e garantir a conformidade com as normas internas e externas, assegurando que as ações preventivas e corretivas sejam implementadas de forma eficaz e segura.

Essa atuação não apenas fortalece os processos internos, mas também contribui para um ambiente de trabalho mais seguro, íntegro e responsável, colaborando para o alcance dos resultados esperados pela Companhia.

10.4.5. Ouvidoria

A Ouvidoria é responsável por gerenciar manifestações como reclamações, denúncias, sugestões, solicitações e elogios, bem como pelo tratamento dos pedidos de informação registrados na Controladoria-Geral do Estado. Atua como instância de controle e participação social, representando a voz do cidadão e orientando melhorias nos serviços. Pode ser acionada quando solicitações feitas nos canais usuais não forem atendidas no prazo, quando

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

houver discordância da resposta ou insatisfação quanto à qualidade do serviço. Também são tratadas as demandas encaminhadas por agências reguladoras, Ministério Público, Procons e pela Ouvidoria-Geral do Estado.

11. COPANOR

A subsidiária integral COPANOR foi criada em 2007 para a prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais, áreas que apresentam alguns dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado. Sua atuação concentra-se em localidades com população entre 200 e 5.000 habitantes.

Em dezembro de 2025, a COPANOR atendia cerca de 238 mil habitantes com abastecimento de água e 124 mil habitantes com esgotamento sanitário, ampliando a cobertura em relação ao ano anterior. A expansão das redes e a melhoria dos principais indicadores operacionais refletem o avanço contínuo das condições de atendimento nos municípios sob sua responsabilidade.

As tarifas praticadas pela subsidiária são inferiores às da Controladora, e, para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços, mantém-se desde 2017 o subsídio tarifário cruzado instituído pela Arsae-MG. Em 2025, esse subsídio totalizou R\$47,6 milhões, valor mantido para 2026.

Ao final de 2025, a Arsae-MG concluiu a Revisão Tarifária Periódica da subsidiária, definindo Efeito Tarifário Médio (ETM) de 9,02%, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Os investimentos realizados pela COPANOR em 2025 somaram R\$45,4 milhões, direcionados a melhorias operacionais, renovação de ativos, reforço da infraestrutura existente e ampliação das condições de atendimento em localidades de maior vulnerabilidade socioeconômica.

12. Relacionamento com Auditores Independentes

A Grant Thornton Auditores Independentes Ltda – GT foi contratada em 2024, em substituição à KPMG Auditores Independentes, após o cumprimento do ciclo de 5 (cinco) exercícios consecutivos de prestação dos serviços. Em 2025, o contrato com a GT foi renovado por 12 meses.

Referente ao exercício findo em 31/12/2025, além dos serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras da Controladora e de suas subsidiárias, os serviços prestados englobaram a emissão de relatórios de Índices Financeiros de Financiamento e relatórios de Asseguração Limitada de Pagamentos, em atendimento ao requerido nos contratos de financiamentos com o banco alemão KfW e com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), bem como trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados (PPA), requeridos anualmente pela Arsae-MG.

Os valores pagos pelos serviços prestados pela GT totalizaram, durante o ano de 2025, o montante de R\$1,93 milhão.

A Companhia dispõe de Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente e Extra-Auditoria, cujo objetivo é estabelecer diretrizes para a contratação de serviços de auditoria independente e de serviços extra-auditoria, assegurando a adequação à legislação pertinente e às boas práticas de gestão em governança corporativa, contribuindo para a qualidade e independência na execução dos trabalhos contratados.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Social Anual /
2025



Empresa: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG

1 - Base de Cálculo	2025 Valor (mil reais)			2024 Valor (mil reais)		
Receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos (RL) ¹	7.281.963			6.968.399		
Receita líquida total	8.167.067			7.786.457		
Resultado operacional (RO)	1.736.560			1.673.006		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.676.599			1.626.535		
Lucro Operacional Bruto (ROB)	3.494.873			3.377.954		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	208.236	12,42%	2,86%	204.666	12,58%	2,94%
Encargos sociais compulsórios	347.326	20,72%	4,77%	335.965	20,66%	4,82%
Previdência privada	59.007	3,52%	0,81%	56.418	3,47%	0,81%
Saúde	19.240	1,15%	0,26%	124.459	7,65%	1,79%
Segurança e saúde no trabalho	9.865	0,59%	0,14%	10.384	0,64%	0,15%
Educação	3.830	0,23%	0,05%	3.737	0,23%	0,05%
Capacitação e desenvolvimento profissional	10.666	0,64%	0,15%	8.898	0,55%	0,13%
Creches ou auxílio-creche	1.698	0,10%	0,02%	1.747	0,11%	0,03%
Cultura	19	0,00%	0,00%	20	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	76.102	4,54%	1,05%	71.634	4,40%	1,03%
Outros	7.764	0,46%	0,11%	7.201	0,44%	0,10%
Total - Indicadores sociais internos	743.752	44,36%	10,21%	825.107	50,73%	11,84%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.441	0,15%	0,03%	2.815	0,17%	0,04%
Cultura	4.307	0,26%	0,06%	6.430	0,38%	0,09%
Saúde e saneamento	824.741	49,19%	11,33%	520.399	31,11%	7,47%
Esporte	2.850	0,17%	0,04%	2.600	0,16%	0,04%
Outros ²	24.099	1,44%	0,33%	12.987	0,77%	0,18%
Total das contribuições para a sociedade	858.438	51,20%	11,79%	545.180	32,59%	7,82%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.158.425	69,09%	15,91%	1.156.441	69,12%	16,60%
Total - Indicadores sociais externos	2.016.863	120,29%	27,70%	1.701.621	101,71%	24,42%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	715.289	42,66%	9,82%	682.299	40,78%	9,79%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	55.289	3,30%	0,76%	20.447	1,22%	0,29%
Total dos investimentos em meio ambiente	770.578	45,96%	10,58%	702.747	42,01%	10,08%
5 - Investimento Social Privado (ISP) ²	2025			2024		
Mobilização de recursos privados de interesse público (Valor em R\$ mil)	335.029			151.272		
Proporção do ISP sobre Lucro Operacional Bruto (%)	0,10			4,48		

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 - Indicadores do Corpo Funcional³	2025			2024		
Número de empregados ao final do período	9.441			9.613		
Número de admissões durante o período	30			373		
Número de estagiários	146			160		
Número de empregados acima de 45 anos	5.625			5.422		
Número de mulheres que trabalham na empresa	858			862		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	34,94%			35,37%		
Número de pessoas negras que trabalham na empresa	5.260			5.322		
% de cargos de chefia ocupados por negros (pretos + pardos)	24,10%			25,17%		
Número de pessoas com deficiência	490			481		
7 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025			2024		
Taxa de frequência de acidentes de trabalho com afastamentos por milhão de horas trabalhadas⁴.	6,33			5,18		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() todos + Cipa	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a Empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores:	na empresa⁵: 417.763	no procon: 2.381	na justiça: 4.455	na empresa: 1.545.946	no procon: 3.124	na justiça: 9.732
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 68%	no Procon: 100%	na Justiça: 36%	na empresa: 91%	no Procon: 100%	na Justiça: 20%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	5.134.926			4.863.376		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	23,55%	governo		25,05%	governo	
	29,60%	colaboradores		30,19%	colaboradores	
	12,72%	acionistas		12,46%	acionistas	
	19,28%	terceiros		17,68%	terceiros	
	14,85%	retido		14,62%	retido	
7 - Outras Informações						
CNPJ 17.281.106/0001-03, setor: saneamento.						
Explicação sobre as informações declaradas: Superintendência de Desenvolvimento Sustentável (SPDS), telefone 55 31 3250-4665, e-mail spds@copasa.com.br .						
1 - Para o cálculo dos indicadores, está sendo considerado o valor da Receita Líquida de água, esgoto e resíduos sólidos (RL) proveniente dos serviços prestados pela Copasa, excluído a Receita de Construção. A classificação conforme sistemática de divulgação de resultados da companhia.						
2 - O Investimento Social Privado (ISP) reportado a partir de 2023 adota a metodologia apresentada pelo BISC (Benchmarking do Investimento Social Corporativo) – Iniciativa da Comunitas, disponível em: https://bisc.org.br/ e do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), disponível em: https://gife.org.br/quem-somos-gife . Valores calculados sobre a Lucro Operacional Bruto (ROB) como indicado pelo ISE B3.						
3 - A Copasa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo e não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Respeitamos e incluímos as diversidades.						
4 - A empresa tem investido no aprimoramento do tema, especialmente, por meio do Programa Acidente Zero, constituído por um conjunto de projetos e ações voltadas para o desenvolvimento de uma cultura de segurança envolvendo comportamento seguro, disciplina e fiscalização e visando a meta de zero acidente. Dessa forma, o Indicador Número total de acidentes de trabalho foi substituído pelo Indicador Estratégico de Taxa de frequência de acidentes com afastamento por milhão de horas trabalhadas.						
5 - Em função da Revisão Tarifária de 2025, a ARSAE-MG atualizou os indicadores do Fator de Qualidade, incluindo novos códigos de reclamações, com separação entre água e esgoto e reclassificação de demandas, o que impactou o volume de registros.						

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG

Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – ação civil pública para realização de obras de recomposição asfáltica

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia foi condenada, em decisão transitada em julgado, em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual, requerendo a realização de obras de recomposição asfáltica decorrentes de intervenções realizadas na sua prestação de serviços públicos de saneamento básico no município de Belo Horizonte. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas ora apresentadas, o processo está em fase de cumprimento de sentença, não tendo havido qualquer indicação consensual pelas partes ou por perícia judicial quanto à dimensão das obras a serem realizadas. A Administração da Companhia entende, com base no Instrumento de Acordo mencionado na Nota Explicativa nº 17, que os montantes dispendidos com as recomposições asfálticas adicionais serão reconhecidos na tarifa por decorrerem de uma obrigação legal de fazer, conforme arcabouço regulatório vigente. Ainda, de acordo com a Administração da Companhia, não há, neste momento, possibilidade de estimar, de forma confiável, os valores requeridos para a realização de tais obras. Desta maneira, nenhum impacto relativo à esta discussão foi reconhecido nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita com a prestação de serviços de água e esgoto (Notas Explicativas nºs 3.14 e 29)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia e de suas controladas são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. Assim, quando do reconhecimento da receita é necessário um ambiente de tecnologia da informação com estrutura robusta capaz de suportar o número de transações relacionadas ao faturamento, desde a leitura do consumo e processamento até a emissão da nota fiscal.

O reconhecimento da receita de prestação de serviços de água e esgoto inclui a estimativa de volumes consumidos e ainda não faturados, calculada a partir da última data de leitura de consumo até o fim de cada período.

Portanto, existe o risco significativo de que a receita a faturar esteja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento para o cumprimento da obrigação de performance no curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas.

Devido à complexidade, aos riscos inerentes e ao ambiente de tecnologia da informação associado ao alto nível de dependência do processo de receitas e contas a receber, consideramos esse assunto como significativo e, portanto, um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes existentes relacionados ao processo de faturamento e contas a receber;
- Com o auxílio dos nossos especialistas em tecnologia da informação, efetuamos o entendimento e testes dos controles gerais do ambiente de tecnologia relacionados, principalmente, aos aspectos de segurança, mudança em sistemas e monitoramento dos processamentos que suportam o sistema de faturamento da Companhia e de suas controladas;
- Realizamos teste de conciliação dos saldos contábeis das receitas de prestação de serviços de água e esgoto com os relatórios auxiliares e, em base amostral, acompanhamos o processo de leitura dos hidrômetros, inspecionamos as faturas e recalculamos o valor das faturas com base na tabela tarifária vigente, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de faturas selecionadas no contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2025;
- Realizamos procedimentos analíticos substantivos na rubrica das receitas de prestação de serviços de água e esgoto, verificando a razoabilidade entre a variação proveniente da aplicação do reajuste tarifário e do aumento de consumo do exercício corrente e a variação comparativa das receitas entre o exercício corrente e o exercício anterior; e
- Para a estimativa da receita a faturar de volumes consumidos, avaliamos os dados e critérios adotados pela Companhia e suas controladas, bem como a uniformidade dos critérios em relação ao adotado no ano anterior e realizamos o recálculo da receita a faturar em 31 de dezembro de 2025, levando em consideração o número de dias não faturados em relação à data de fechamento do mês, bem como realizamos teste de inspeção documental, por meio de base amostral, para exame das faturas base para mensuração da receita a faturar, avaliando a competência, dias a faturar, valores faturados de cada registro.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria anteriormente sumarizados, consideramos que os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para reconhecimento das receitas, incluindo as estimativas de volumes consumidos e ainda não faturados, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 tomadas em conjunto.

Gastos com ativo de contrato, ativo intangível e ativo financeiro (Notas Explicativas nºs 3.4, 3.6, 05, 10 e 11)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem registrados nas rubricas de ativo de contrato, ativo intangível e ativo financeiro das concessões, os montantes individuais de R\$3.533.060 mil, R\$6.863.077 mil e R\$1.988.424 mil, respectivamente (e consolidados nos montantes de R\$3.667.715 mil, R\$7.176.638 mil e R\$2.020.029 mil, respectivamente). O negócio da Companhia e suas controladas requer volume de investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como ativo de contrato, ativo intangível e ativo financeiro da concessão.

Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia e suas controladas para definir e alocar os gastos entre: **(i)** custos capitalizados como ativo de contrato, que são os gastos com obras em andamento vinculados à concessão; **(ii)** custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; **(iii)** custos capitalizados ao ativo financeiro da concessão, quando há o direito incondicional de receber caixa no fim da concessão a título de indenização e referem-se à parcela que não é recuperada via tarifa; e **(iv)** despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício e, ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos podem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo e, portanto, um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados com ativo de contrato, ativo intangível, ativo financeiro da concessão e despesas de manutenção;
- Com base em amostragem para adições ocorridas durante o exercício, avaliamos a natureza desses investimentos e consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo de contrato da concessão, ativo intangível, ativo financeiro da concessão e gastos com manutenção, esse último reconhecido no resultado do exercício;
- Avaliamos, através de procedimentos analíticos, a capitalização dos custos de empréstimos;
- Adicionalmente, avaliamos os controles de transferência dos custos em ativo de contrato para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização por meio de base amostral; e
- Avaliamos a adequação das divulgações da Companhia e de suas controladas sobre as suas políticas de capitalização e transferência.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente sumarizados, consideramos que os critérios adotados pela administração para registro, mensuração e avaliação dos ativos de contrato, ativo intangível e o ativo financeiro das concessões, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 tomadas em conjunto.

Provisão para riscos (Notas Explicativas nos 3.9 e 17)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo saldo individual em 31 de dezembro de 2025 é de R\$209.305 mil (e consolidado de R\$210.145).

Essas provisões foram constituídas considerando a probabilidade de perda atribuída a cada processo, ou seja, a probabilidade que recursos financeiros são exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, com base nas avaliações dos assessores legais/jurídicos e da Companhia, que levam em consideração, inclusive, o histórico de condenações em cada processo judicial.

Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração dos passivos contingentes e provisões, consideramos esse assunto como significativo e, portanto, um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle dos passivos contingentes e a mensuração dos montantes provisionados;
- Obtenção e avaliação de informações sobre processos judiciais por meio de confirmações recebidas dos assessores jurídicos externos e internos;
- Avaliação, com base em amostragem, das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados, incluindo a inspeção da documentação dos processos judiciais;
- Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas, de acordo com normas aplicáveis.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria anteriormente sumarizados, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela administração relativas aos passivos contingentes, bem como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	06	456.892	614.732	503.654	642.082
Títulos e valores mobiliários	06	311.379	177.972	311.379	177.972
Contas a receber de clientes	07	1.426.302	1.274.961	1.450.516	1.289.584
Bancos e aplicações de convênio	24	7.728	7.625	7.866	7.754
Estoques		99.818	98.738	106.140	104.850
Impostos a recuperar	15	88.020	100.231	88.900	101.139
Convênio de cooperação técnica	19	27.609	54.963	27.602	54.964
Outros ativos		42.153	30.200	37.874	28.066
Total do ativo circulante		2.459.901	2.359.422	2.533.931	2.406.411
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	07	47.623	75.034	48.209	75.457
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures	08	34.515	37.712	34.515	37.712
Aplicação financeira vinculada	08	96.295	75.185	96.295	75.185
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	262.597	219.604	263.361	219.604
Ativos financeiros - contratos de concessão	05	1.946.537	1.362.892	2.016.687	1.381.729
Convênio de cooperação técnica	19	-	2.546	-	2.546
Outros ativos		48.234	52.222	48.607	52.463
Ativo de contrato	10	3.464.541	3.040.712	3.667.715	3.174.929
Direitos de uso de arrendamento mercantil	13	89.189	86.200	89.857	86.312
Investimentos	09	659.332	312.535	-	-
Intangível	11	6.863.077	6.145.857	7.179.980	6.262.652
Imobilizado	12	1.745.329	1.729.020	1.758.090	1.736.789
Total do ativo não circulante		15.257.269	13.139.519	15.203.316	13.105.378
TOTAL DO ATIVO		17.717.170	15.498.941	17.737.247	15.511.789

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	16	147.421	120.791	147.421	120.791
Debêntures	16	602.232	586.987	602.232	586.987
Parceria Público Privada	14	45.139	44.631	45.139	44.631
Fornecedores		418.717	351.129	429.595	358.873
Obrigações - arrendamento mercantil	13	24.603	48.489	25.119	48.579
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais e trabalhistas	15	113.939	72.795	116.707	73.811
Provisão para férias		149.803	149.010	151.419	150.701
Convênio de cooperação técnica	19	138	98	138	98
Participação dos empregados nos lucros		87.982	84.564	87.982	84.564
Obrigações de benefícios de aposentadoria	20	-	6	-	6
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	21	131.701	144.028	131.701	144.028
Instrumentos financeiros derivativos	23	3.880	-	3.880	-
Outros passivos	15	97.382	58.274	100.297	60.133
Total do passivo circulante		1.822.937	1.660.802	1.841.630	1.673.202
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	16	2.218.556	1.844.107	2.218.556	1.844.107
Debêntures	16	4.613.827	3.561.284	4.613.827	3.561.284
Obrigações - arrendamento mercantil	13	71.740	30.755	71.873	30.775
Parceria Público Privada	14	80.221	124.821	80.221	124.821
Provisão para demandas judiciais	17	209.305	158.345	210.145	158.773
Obrigações de benefícios de aposentadoria	20	47.737	-	47.737	-
Convênio de cooperação técnica	19	4.810	4.584	4.810	4.584
Outros passivos	15	69.734	66.014	70.145	66.014
Total do passivo não circulante		7.315.930	5.789.910	7.317.314	5.790.358
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social realizado	21	5.000.000	3.606.531	5.000.000	3.606.531
Ações em tesouraria		(8.576)	(8.576)	(8.576)	(8.576)
Reservas de lucros		3.601.774	4.432.760	3.601.774	4.432.760
Ajustes de avaliação patrimonial		(14.895)	17.514	(14.895)	17.514
Total do patrimônio líquido		8.578.303	8.048.229	8.578.303	8.048.229
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		17.717.170	15.498.941	17.737.247	15.511.789

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	29	8.167.067	7.786.457	8.330.190	7.878.006
Custo das vendas e dos serviços prestados	30	(4.672.194)	(4.408.503)	(4.797.685)	(4.504.365)
LUCRO BRUTO		3.494.873	3.377.954	3.532.505	3.373.641
Despesas com vendas	30	(354.030)	(287.849)	(356.716)	(288.202)
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	30	(212.785)	(214.172)	(214.107)	(214.862)
Despesas administrativas	30	(735.133)	(708.647)	(753.314)	(717.294)
Outras receitas operacionais	32	77.256	43.200	77.677	43.530
Outras despesas operacionais	32	(275.310)	(200.497)	(278.986)	(202.272)
Participação no resultado de controlada	09	8.959	(9.505)	-	-
		(1.491.043)	(1.377.470)	(1.525.446)	(1.379.100)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		2.003.830	2.000.484	2.007.059	1.994.541
Receitas financeiras	33	578.266	370.264	587.686	376.241
Despesas financeiras	33	(845.536)	(697.742)	(845.600)	(697.776)
Resultado financeiro, líquido	33	(267.270)	(327.478)	(257.914)	(321.535)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		1.736.560	1.673.006	1.749.145	1.673.006
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(347.127)	(371.448)	(360.476)	(371.448)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	26.311	15.362	27.075	15.362
		(320.816)	(356.086)	(333.401)	(356.086)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.415.744	1.316.920	1.415.744	1.316.920
Lucro básico e diluído do exercício atribuível a acionistas detentores de ações ordinárias da Controladora	21	3,73	3,47	3,73	3,47

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstração dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.415.744	1.316.920	1.415.744	1.316.920
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDOS DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS					
Itens que não serão reclassificados para resultado		(32.383)	63.247	(32.383)	63.247
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	20	(32.383)	63.247	(32.383)	63.247
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		1.383.361	1.380.167	1.383.361	1.380.167

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reservas de Lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.606.531	(8.576)	592.421	155.346	3.684.993	-	8.048.229
Aumento de capital							
• Capitalização de reservas (Nota 21)	1.393.469	-	-	-	(1.393.469)	-	-
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.415.744	1.415.744
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 20)	-	-	-	-	-	(32.383)	(32.383)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	1.415.744	1.383.361
Distribuição/apropriação proposta:							
• Reserva legal (Nota 21)	-	-	70.787	-	-	(70.787)	-
• Reserva de incentivos fiscais (Nota 21)	-	-	-	38.382	-	(38.382)	-
• Retenção de lucros (Nota 21)	-	-	-	-	653.314	(653.314)	-
• Juros sobre o capital próprio (Nota 21)	-	-	-	-	-	(585.364)	(585.364)
• Dividendos declarados (Nota 21)	-	-	-	-	-	(67.235)	(67.235)
• Dividendos complementares (Nota 21)	-	-	-	-	-	(688)	(688)
JCP extemporâneo (Nota 21)	-	-	-	-	(59.712)	-	(59.712)
Dividendos extraordinários (Nota 21)	-	-	-	-	(140.288)	-	(140.288)
Amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos	-	-	-	-	-	41	-
IR e CS diferidos sobre ativos corrigidos	-	-	-	-	-	(15)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	5.000.000	(8.576)	663.208	193.728	2.744.838	-	8.578.303

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reservas de Lucros					Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	3.402.385	(8.576)	526.575	116.556	3.582.590	-	(45.705)	7.573.825
Aumento de capital								
• Capitalização de reservas (Nota 21)	204.146	-	-	(756)	(203.390)	-	-	-
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.316.920	-	1.316.920
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	63.247	63.247
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	1.316.920	63.247	1.380.167
Distribuição/apropriação proposta:								
• Reserva legal (Nota 21)	-	-	65.846	-	-	(65.846)	-	-
• Reserva de incentivos fiscais (Nota 21)	-	-	-	39.546	-	(39.546)	-	-
• Retenção de lucros (Nota 21)	-	-	-	-	605.793	(605.793)	-	-
• Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(502.251)	-	(502.251)
• Dividendos complementares (Nota 21)	-	-	-	-	-	(103.512)	-	(103.512)
Dividendos extraordinários (Nota 21)	-	-	-	-	(300.000)	-	-	(300.000)
Amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos	-	-	-	-	-	42	(42)	-
IR e CS diferidos sobre ativos corrigidos	-	-	-	-	-	(14)	14	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.606.531	(8.576)	592.421	155.346	3.684.993	-	17.514	8.048.229

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	1.415.744	1.316.920	1.415.744	1.316.920
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido:				
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	212.785	214.172	214.107	214.862
Encargos e variações monetárias e cambiais, líquidas	128.356	282.436	128.356	282.436
Variações instrumentos financeiros derivativos	11.445	-	11.445	-
Receitas e despesas de juros, líquidos	406.225	297.577	405.765	297.285
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.311)	(15.362)	(27.075)	(15.362)
Participação no resultado de controlada	(8.959)	9.505	-	-
Perda na baixa de intangível e imobilizado	(32.537)	(2.375)	(29.673)	(2.371)
Depreciação e amortização	920.575	789.234	946.439	801.005
Constituição (reversões) de provisões	57.051	19.648	57.630	19.564
Provisão (reversão) de benefícios de aposentadoria	(1.328)	7.760	(1.328)	7.760
Ativos financeiros	(117.738)	(82.229)	(121.011)	(82.943)
Provisão para perdas de estoque e em investimento	1.197	1.085	1.450	(823)
Dividendos e JCP prescritos	(31)	(256)	(31)	(256)
Outros	(5.478)	(7.140)	(5.478)	(7.140)
Lucro ajustado	2.960.996	2.830.975	2.996.340	2.830.937
Variações no ativo				
Contas a receber de clientes	(287.594)	(213.117)	(298.189)	(211.637)
Estoques	(2.875)	7.577	(1.127)	6.626
Impostos a recuperar	12.211	(63.997)	12.239	(63.924)
Adiantamento repasse tarifário	8.724	11.061	8.724	11.061
Convênio de cooperação técnica	29.900	(1.662)	29.908	(1.655)
Outros ativos	49.881	67.103	53.095	62.642
Variações no passivo				
Fornecedores	67.588	(26.637)	70.722	(29.404)
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais e trabalhistas	429.771	387.925	443.460	387.737
Provisões para férias e 13º salário	793	8.853	718	9.020
Participação dos empregados nos lucros	3.418	(661)	3.418	(661)
Convênio de cooperação técnica	266	3.384	266	3.384
Provisão para demandas judiciais	(6.091)	12.933	(6.258)	12.997
Obrigações de benefícios de aposentadoria	(6)	(21.562)	(6)	(21.562)
Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	(11.028)	(22.323)	(11.028)	(22.323)
Outros	52.631	(21.542)	54.099	(21.758)
Caixa gerado pelas operações	3.308.585	2.958.310	3.356.381	2.951.480
Juros pagos	(569.844)	(426.823)	(569.866)	(426.836)
Juros pagos da Parceria Público Privada	(16.384)	(12.118)	(16.384)	(12.118)
Pagamento de IRPJ/CSLL	(426.640)	(461.999)	(438.577)	(461.999)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.295.717	2.057.370	2.331.554	2.050.527

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa nas atividades de investimento:				
Aumento de capital de subsidiárias	(47.590)	(47.601)	-	-
Dividendos recebidos	10.477	-	-	-
Valor recebido pela venda de imobilizado	36.501	6.789	36.650	6.931
Aquisição de ativo de contrato	(1.896.260)	(1.334.522)	(1.937.331)	(1.372.473)
Aquisição de ativo intangível	(716.291)	(634.720)	(727.089)	(645.775)
Aquisição de ativo imobilizado	(81.400)	(76.549)	(83.019)	(77.843)
Caução em garantia de financiamentos	6.215	29.754	6.215	29.754
Bancos e aplicações de convênios	(103)	(7.625)	(111)	(7.630)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(311.683)	(358.999)	(311.683)	(358.999)
Resgates de títulos e valores mobiliários	200.597	196.339	200.597	196.339
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.799.537)	(2.227.134)	(2.815.771)	(2.229.696)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:				
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.977.108	1.756.387	1.977.108	1.756.387
Pagamentos instrumentos financeiros derivativos	(7.565)	-	(7.565)	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(670.561)	(683.206)	(670.561)	(683.206)
Juros sobre o capital próprio pagos	(606.635)	(421.954)	(606.635)	(421.954)
Dividendos pagos	(220.935)	(735.561)	(220.935)	(735.561)
Custo de captação	(8.944)	(22.134)	(8.944)	(22.134)
Pagamento do passivo de arrendamento mercantil	(80.483)	(63.111)	(80.674)	(63.200)
Pagamento a Parceria Público Privada	(36.005)	(40.506)	(36.005)	(40.506)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	345.980	(210.085)	345.789	(210.174)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(157.840)	(379.849)	(138.428)	(389.343)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	614.732	994.581	642.082	1.031.425
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	456.892	614.732	503.654	642.082

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
RECEITAS	8.774.142	8.326.149	8.950.691	8.423.650
Prestação de serviços de água e esgoto	8.016.759	7.673.473	8.173.677	7.741.700
Resíduos sólidos	5.771	5.590	5.771	5.590
Receitas com controladas	2.037	-	-	-
Outras receitas operacionais	77.256	43.200	77.677	43.530
Receitas relativas à constituição de ativos próprios	885.104	818.058	907.673	847.692
Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(212.785)	(214.172)	(214.107)	(214.862)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.320.184)	(3.046.500)	(3.402.666)	(3.114.135)
Custo das vendas e dos serviços vendidos	(2.693.124)	(2.579.347)	(2.768.005)	(2.644.042)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(430.833)	(342.670)	(436.085)	(347.125)
Outras despesas operacionais	(196.227)	(124.483)	(198.576)	(122.968)
VALOR ADICIONADO BRUTO	5.453.958	5.279.649	5.548.025	5.309.515
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(920.575)	(789.234)	(946.439)	(801.005)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	4.533.383	4.490.415	4.601.586	4.508.510
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	601.543	372.961	602.404	388.700
Participação no resultado de controlada	8.959	(9.505)	-	-
Receitas financeiras	592.584	382.466	602.404	388.700
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	5.134.926	4.863.376	5.203.990	4.897.210
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5.134.926	4.863.376	5.203.990	4.897.210
Pessoal	1.519.828	1.468.389	1.560.467	1.493.214
Remuneração direta	928.757	921.971	961.918	939.766
Benefícios	442.115	404.298	448.475	410.237
FGTS	72.854	70.486	73.972	71.577
Participação dos empregados nos lucros	76.102	71.634	76.102	71.634
Impostos, taxas e contribuições	1.209.564	1.218.191	1.237.483	1.227.007
Federais	1.134.546	1.145.989	1.160.917	1.153.441
Estaduais	69.021	66.363	70.569	67.726
Municipais	5.997	5.839	5.997	5.840
Remuneração de capitais de terceiros	989.790	859.876	990.296	860.069
Juros	957.265	819.857	957.314	819.872
Aluguéis	32.163	39.724	32.609	39.889
Outros	362	295	373	308
Remuneração de capitais próprios	1.415.744	1.316.920	1.415.744	1.316.920
Juros sobre o capital próprio e dividendos	653.287	605.763	653.287	605.763
Lucros retidos	762.457	711.157	762.457	711.157

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (EMG). Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

A COPASA MG possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”, “Subsidiária”, “Controlada”), criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

Em setembro de 2024, conforme descrito na Nota Explicativa 9, a Companhia constituiu a subsidiária integral Copasa Patos Saneamento S.A. (“Copasa Patos”, “Subsidiária”, “Controlada”), cujo objeto social é planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico, com vistas a contribuir para o bem-estar social e para a melhoria da qualidade de vida da população do município de Patos de Minas.

Em 22 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Estadual nº 25.664, (“Lei”), por meio da qual o Poder Executivo Estadual está autorizado a adotar ações e medidas necessárias para promover a desestatização da COPASA MG, nos termos do inciso IV do §4º do art. 14 da Constituição do Estado, que poderá ser realizada por meio de alienação total ou parcial de participação societária de forma que o Estado deixe de deter o controle acionário da COPASA MG, direta ou indiretamente (“Desestatização”). A Desestatização insere-se no contexto das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020 (“Novo Marco do Saneamento”), que alterou um conjunto de leis do setor, voltada ao objetivo de promover a universalização dos serviços de saneamento.

A Lei prevê, ainda, que o estatuto social da COPASA MG deverá contemplar a emissão de ação preferencial de classe especial (*golden share*), de propriedade do Estado, conferindo-lhe poder de veto sobre determinadas matérias, tais como alteração da denominação ou sede e limites ao exercício do direito de voto por acionistas ou grupos de acionistas. Com a implementação da Desestatização, o Estado de Minas Gerais deixará de deter, direta ou indiretamente, o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto representativas do Capital Social e, portanto, deixará de deter o controle da COPASA MG.

Nos termos do Ofício SECGERAL/GAB GOVERNADOR nº 7, de 28 de janeiro de 2026, o Estado de Minas Gerais definiu que a Desestatização deverá ocorrer mediante o modelo de oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da COPASA MG e de titularidade do Estado de Minas Gerais, sem parcela primária, sob o rito de registro automático nos termos da Resolução CVM nº 160/2022, para emissores com grande exposição ao mercado (EGEM), com esforços de colocação internacional nos termos da *Rule 144A* editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* e do *Regulation S* (“Oferta de Privatização”).

A Oferta de Privatização poderá contar com a participação de investidor de referência, o qual poderá ingressar em uma tranche representativa de 30% (trinta por cento) do capital social da COPASA MG, sem prejuízo dele poder adquirir mais ações no âmbito da oferta a mercado. Caso haja alocação de ações para o investidor de referência, o Estado de Minas Gerais poderá continuar a deter 5% (cinco por cento) de sua participação e, eventualmente, celebrar um acordo de acionistas e/ou acordo de investimento com o referido investidor de referência. Na hipótese de a Oferta não contar com um investidor de referência, o Estado de Minas Gerais poderá alienar até a totalidade de sua participação, permanecendo com uma ação preferencial de classe especial (*golden share*).

O investidor de referência deverá atender a critérios de qualificação previamente definidos com vistas a demonstrar sua capacidade financeira, bem como expertise no setor de infraestrutura, no Brasil e/ou no

exterior, e seu compromisso de cumprimento do disposto no artigo 5º, da Lei Estadual n.º 25.664/2025, e de observância às disposições regulamentares aplicáveis à universalização dos serviços de saneamento básico previsto no Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal nº 14.026/2020), dentre outros critérios de habilitação usualmente adotados em processos de desestatização (e.g., apresentação de certidões para demonstração de regularidade fiscal).

Ainda, caso a Oferta de Privatização conte com a participação de um investidor de referência, será previsto um *lock-up* de (i) quatro anos para 100% (cem por cento) da participação adquirida na oferta-base; e (ii) o que ocorrer primeiro entre (a) 31 de dezembro de 2033, ou (b) o cumprimento das metas de universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em todos os municípios do Estado de Minas Gerais atendidos pela COPASA MG, conforme previstas nos instrumentos jurídicos celebrados pela COPASA MG com os respectivos titulares, para 50% da participação adquirida na oferta-base, em alinhamento ao prazo da universalização.

Ademais, em 23 de fevereiro de 2026, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou, dentre outras matérias, reforma do estatuto da COPASA MG para, dentre outras alterações, permitir as adequações necessárias à Desestatização, e a criação de ação preferencial de classe especial, de titularidade exclusiva do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 17, §7º, da Lei das S.A. (*golden share*), a qual deverá conferir poder de veto nas deliberações sociais relacionadas a: a) alteração de denominação e sede da COPASA MG; e b) alteração no limite ao exercício do direito de voto atribuído a acionistas ou grupo de acionistas, disciplinado no estatuto social da COPASA MG, nos termos propostos pela Administração da COPASA MG. O estatuto social reformado na referida AGE está condicionado à liquidação da Oferta de Privatização.

O estatuto social proposto também prevê o percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) correspondente ao limite máximo ao exercício de direito de voto, aplicável a qualquer acionista ou grupo de acionistas independentemente do número de ações ordinárias de emissão da COPASA MG por ele(s) detida(s).

Em 5 de dezembro de 2025, e conforme divulgado pela Companhia em Fato Relevante na mesma data, foi firmado com o Município de Belo Horizonte um Instrumento de Acordo visando à futura celebração de Termo Aditivo aos Instrumentos de prestação dos serviços de saneamento (vide Notas Explicativas 5 e 17), que tem como objetivo, principalmente, consolidar e dar continuidade à prestação dos serviços e o reequilíbrio econômico-financeiro da sua prestação, à luz da Lei Federal n.º 11.445/2007 e suas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.026/2020 (“Novo Marco Legal do Saneamento Básico”). Considerando este contexto e os novos compromissos assumidos, o Instrumento de Acordo reconhece a necessidade de extensão de prazo do instrumento que ampara a prestação dos serviços no Município para 7 de fevereiro de 2073, visando à modicidade da tarifa única e à uniformização dos prazos contratuais no âmbito do Sistema COPASA.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas, aqui apresentadas sob os títulos de “Individual” ou “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025, Individuais e Consolidadas, em 25 de fevereiro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração.

A Companhia e suas subsidiárias possuem três segmentos distintos, representados pelos segmentos de serviços de água e de esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e suas subsidiárias, além do segmento de resíduos sólidos, no município de Varginha.

As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa 22.

3.2 Base de consolidação

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.2.1 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas subsidiárias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativo financeiro

3.4.1.1 Reconhecimento inicial

As contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessão são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas subsidiárias se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo pelo Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

3.4.1.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas subsidiárias mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas subsidiárias podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas subsidiárias podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(a) Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas subsidiárias realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem a norma de procedimentos relativo a aplicações financeiras e objetivos estipulados para a carteira e o seu funcionamento prático, de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades de fluxo de caixa da Companhia e suas subsidiárias, a fim de garantir a sustentabilidade do negócio por meio da gestão eficiente e adequada do capital.

(b) Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(c) Desreconhecimento

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas subsidiárias transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia e suas subsidiárias não transferem e não mantêm substancialmente todos os riscos e os direitos de receber fluxos de caixa.

3.4.2 Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Companhia e suas subsidiárias reconhecem provisão para perdas de crédito esperadas sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas subsidiárias mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Visando o aprimoramento da metodologia utilizada para cálculo da perda esperada para as contas a receber de clientes, conforme CPC 48, a Companhia e suas subsidiárias realizam estudos de forma a alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

A partir dos estudos, a perda esperada registrada contabilmente pela Companhia e suas subsidiárias consideram a análise dos saldos históricos dos recebimentos para um período de 12 a 36 meses, segregados conforme características de risco de crédito, e divididos em grupos de inadimplência conforme faixas de vencimento, visando determinar de forma mais acurada a taxa pela qual os devedores passam para uma categoria com maior risco de inadimplência ao longo do tempo. Isso permitiu incorporar informações sobre o prazo real de pagamentos das faturas e, determinar, a partir das contas a receber de clientes, as estimativas de perda esperada para cada categoria de inadimplência.

A Companhia e suas subsidiárias seguem analisando o comportamento de seus recebíveis, de forma que os valores provisionados reflitam as expectativas de perdas nas contas a receber de clientes. Desta forma, revisa

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

periodicamente os critérios da estimativa, segregando a base de dados por localização geográfica e categoria de clientes para determinar taxas de perda para cada grupo, com base em novas informações disponíveis e análise da dívida de seus clientes, e integrando projeções razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras.

A Companhia e suas subsidiárias consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”. A Companhia e suas subsidiárias consideram que esta seja “BBB” + ou superior, conforme escala padrão divulgada pelas agências de *rating* de crédito *Moody's*, *Fitch* e *S&P*.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são aquelas perdas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas subsidiárias estão expostas ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas subsidiárias avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas subsidiárias em condições que não seriam aceitas normalmente;
- probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; e
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas subsidiárias não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas subsidiárias adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia e suas subsidiárias não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas subsidiárias para a recuperação dos valores devidos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia e suas subsidiárias para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Títulos e valores mobiliários

Refere-se a recursos financeiros oriundos de financiamento junto a uma agência de fomento francesa conforme descrito na Nota Explicativa 16(a). Encontram-se aplicados em Certificados de Depósito Bancário com liquidez diária, com utilização para pagamento de obras de infraestrutura em água e esgoto, bem como em demais programas financiados pela referida agência.

Aplicação financeira vinculada

Refere-se a recursos financeiros oriundos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), como incentivo, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES). Os recursos são liberados e depositados em conta específica vinculada e a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada desde que cumpridas as metas pactuadas. Tendo em vista cumprimento parcial das metas, esses recursos também são mantidos em seu passivo não circulante, em conta de obrigações diversas. A Companhia não reconhece perda por *impairment*, baseado no fato de que se houver uma obrigação de devolver os recursos, há passivo correspondente registrado, conforme descrito na Nota Explicativa 8.

Ativos financeiros - Contratos de concessões

A Companhia e suas subsidiárias não reconhecem perda por *impairment* sobre os mesmos, tendo em vista que os contratos de concessão preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela Companhia reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia e suas subsidiárias possuem contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pelas agências reguladoras pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia e suas subsidiárias reconhecem um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo valor presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia e suas subsidiárias.

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e posteriormente ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata operações de Swap para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo. Estas operações estão contabilizadas como passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo no resultado (“VJDRE”).

3.4.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas subsidiárias assumem uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis a suas aquisições ou emissões e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(a) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificada como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas subsidiárias tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço.

Na eventualidade de ocorrer quebra de acordo contratual (*covenants*) de um empréstimo de longo prazo (indicadores não financeiros, por exemplo) ao término ou antes do término da data do balanço, a Companhia e suas subsidiárias avaliam a necessidade de reclassificação como circulante, considerando a obtenção do direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data. Nesta avaliação considera-se também, a necessidade de representação fidedigna quanto à essência requerida às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, bem como a finalidade de proporcionar informação fidedigna da posição patrimonial e financeira da Companhia e suas subsidiárias.

Custos de empréstimos são juros e outros encargos nos quais a Companhia e suas subsidiárias incorrem e são oriundos dos contratos de empréstimos e financiamentos, incluindo variação monetária e cambial. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia e suas subsidiárias analisam como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou

variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local em linhas de empréstimos e financiamentos similares. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Desreconhecimento

A Companhia e suas subsidiárias desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas subsidiárias também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5 Estoques

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário. São demonstrados ao custo que é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando os materiais, exceto os estratégicos, atingem 365 dias sem movimentação. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.6 Ativo intangível

(a) Ativos diretamente ligados a concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessão firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia e suas subsidiárias, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia e suas subsidiárias utilizam o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros, conforme Nota Explicativa 3.14.

(b) Direitos de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a ser executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

(c) Licenças de *software*

As licenças de *software* adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada.

3.7 Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado incluem aqueles que não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia e suas subsidiárias, bem como os sistemas produtores de água e de tratamento de esgotos compartilhados, uma vez que esses são considerados como ativos da Companhia e suas subsidiárias, por não serem vinculados diretamente a uma concessão específica.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, utilizando o método linear que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Anualmente, a Companhia e suas subsidiárias avaliam a necessidade de mudanças, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações	25 a 40
Máquinas	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 a 8

3.8 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa – UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em uma UGC, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada.

3.9 Provisões

As provisões para demandas judiciais trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia e suas subsidiárias liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Por se tratarem de discussões legais, quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes dependem dos procedimentos judiciais.

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia e suas subsidiárias, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

As provisões para demandas judiciais são apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação.

3.10 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada como “dividendos” no Patrimônio Líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados. Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras - maiores detalhes estão descritos na Nota Explicativa 21.

Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.11 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens relacionados à combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas

adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados.

A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos e leis vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

A Companhia e suas subsidiárias revisam regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

(b) Tributos sobre vendas e serviços

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza (*)	Diversas

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado, sendo o PIS/COFINS apurado pelo regime da não cumulatividade.

3.12 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de três planos de Previdência Complementar: Plano RP1- Benefício Definido (BD), Plano Copasa Saldado (BD) e o Copasa Novo Plano - Contribuição Definida (CD). Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

O valor atual dessas obrigações depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de desconto que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa 20.

(b) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas subsidiárias tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia registra provisões para reconhecer a despesa de participação dos empregados nos lucros (PL), sendo que o Regulamento do Programa de Participação dos Empregados nos Lucros da empresa, aprovado pelo Conselho da Administração, define os procedimentos para sua operacionalização.

O montante de PL a ser distribuído é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração e equivale a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, correspondendo, portanto, a 6,25% do lucro líquido do exercício, depois de deduzida a reserva legal e a reserva de incentivos fiscais, sobre o qual serão aplicados parâmetros de desempenho institucional.

Anualmente, a parcela do lucro não distribuída aos empregados será transferida para o exercício seguinte, sendo adicionada na base de cálculo do valor a ser distribuído.

3.13 Capital social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente à coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da Companhia.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda) é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas subsidiárias. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia e suas subsidiárias, considerando o montante envolvido, criam estimativas, que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, observando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A Companhia e suas subsidiárias atuam como responsáveis primários pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposto, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos.

A Companhia e suas subsidiárias estimam que a margem é zero, em conformidade com a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora e a posterior Resolução ARSAE -MG nº 191/2024, que definiram pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos pelos municípios.

(c) Ativo de contrato

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro.

Quando a Companhia e suas subsidiárias concluem a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.15 Receita financeira

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia e suas subsidiárias de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia e suas subsidiárias classificam juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.16 Arrendamentos

A Companhia e suas subsidiárias consideram se um contrato é ou contém um arrendamento, quando ele transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas subsidiárias utilizam a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

A Companhia e suas subsidiárias optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia e suas subsidiárias reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

3.17 Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2025

A Companhia e suas subsidiárias aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia e suas subsidiárias decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações financeiras avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento “Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), aplicáveis a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais e têm como objetivo esclarecer aspectos específicos relacionados à avaliação de controle para fins de consolidação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas subsidiárias, estão descritas a seguir.

A Companhia e suas subsidiárias pretendem adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, incluindo a introdução de subtotais padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos financeiros

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas subsidiárias fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas:

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- (a) Prazo do arrendamento - Nota Explicativa 3.16: se a Companhia e suas subsidiárias têm razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Reconhecimento de receita de construção – Nota Explicativa 3.14(b): Estimativa da margem considerando a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de concessão e de programa, pelos municípios.
- (b) Reconhecimento de receita não faturada – Nota Explicativa 3.14(a): Estimativa baseada na média de consumo.
- (c) Provisão para perdas na realização de crédito – Nota Explicativa 3.4.2: Mensuração de perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos contratuais.
- (d) Benefícios de planos de previdência complementar – Nota Explicativa 3.12(a): Mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; definição da taxa.
- (e) Impostos – Nota Explicativa 3.11: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- (f) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros – Nota Explicativa 3.8: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- (g) Provisões para demandas judiciais trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais - Nota Explicativa 3.9: Definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- (h) Instrumentos financeiros mensurados a valor justo – Nota Explicativa 3.4.1: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais.
- (i) Ativos financeiros e ativos intangíveis vinculados à concessão – Nota Explicativa 3.4.2: Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.

- (j) Instrumentos financeiros derivativos - Notas Explicativas 3.4.1 e 16(a): mensuração utilizando parâmetros financeiros projetados de mercado, tais como curva futura do Euro / Euribor, taxa de câmbio real/euro, comportamento das curva de juros doméstica (DI, IPCA) e dos spreads de crédito.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário se dá por meio de contratos de concessão e/ou os contratos de programa que são firmados com cada município, e normalmente têm a duração de 30 anos. Esses contratos são em sua ampla maioria bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas subsidiárias possuíam 636 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 309 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário (637 e 308, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, 58 concessões encontravam-se vencidas e 1 (um) com contrato judicialmente nulo, representando, em conjunto, 5,1% da receita total (43 concessões vencidas e 01 com contrato judicialmente nulo, representando, em conjunto, 4,8% da receita total em 31 de dezembro de 2024) cujos serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia e suas subsidiárias, atendendo ao princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais.

Os serviços são remunerados sob a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora. No caso da Companhia, atuam como entes reguladores a ARSAE-MG para a maior parte dos municípios de Minas Gerais, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais (ARISMIG) para os municípios de Patos de Minas e Divinópolis, e a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico de Minas Gerais (ARISB) para o município de Visconde do Rio Branco. O cálculo das tarifas deve assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados.

O Reajuste Tarifário tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período. A Revisão Tarifária Periódica consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

A ARSAE-MG aprovou em 06 de outubro de 2022, a alteração da data-base dos reajustes tarifários anuais da COPASA MG de 1º de agosto para 1º de janeiro, com compensação das perdas financeiras decorrentes dessa alteração, conforme previsto na Lei Estadual nº 18.309/2009.

A ARSAE-MG, através da Resolução ARSAE-MG 217/2025, de 22 de dezembro de 2025, autorizou a Companhia a aplicar novas tarifas, aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados, a partir de 22 de janeiro de 2026. O efeito tarifário médio aplicado sobre as tarifas vigentes é de 6,56% (6,42% a partir de 01 de janeiro de 2025).

A Companhia e suas subsidiárias apresentaram, em 31 de dezembro de 2025, um montante de R\$1.946.537 na Controladora (R\$1.362.892 em 31 de dezembro de 2024) e R\$2.016.687 no Consolidado (R\$1.381.729 em 31 de dezembro de 2024) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões por ativos não depreciados no período da concessão.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros - contratos de concessão de serviços públicos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial	1.362.892	999.639	1.381.729	1.016.635
Transferência de intangível e imobilizado	517.483	281.024	513.947	282.151
Capitalização	118.755	82.961	122.029	83.675
Baixas	(1.016)	(734)	(1.016)	(734)
Outros	(1)	2	(2)	2
Transferência para subsidiária	(9.689)	-	-	-
Ativo financeiro a incorporar em subsidiária	(41.887)	-	-	-
Saldo final	1.946.537	1.362.892	2.016.687	1.381.729

O novo Marco Legal

A Lei Federal 14.026, de 15 de julho de 2020 – o Novo Marco Legal do Saneamento –, instituiu a exigência de licitação pelos Poderes Concedentes à medida do encerramento da vigência de cada instrumento; instituiu metas para universalização do saneamento até 31 de dezembro de 2033; concedeu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para instituir normas de referência, e instituiu regras para a prestação regionalizada dos serviços de saneamento.

Os trabalhos de atualização dos contratos para inserção das metas legais foram executados dentro do prazo final definido pela legislação, no entanto, nem todos os municípios celebraram aditivos para tanto. Foi reconhecida a comprovação de capacidade econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, conforme exigência do Decreto Federal 10.710/2021 e normativos posteriores.

Em 12 de julho de 2023, o executivo federal editou os Decretos nº 11.598/23 e 11.599/23, revogando os Decretos nº 11.466/23 e 11.467/23 em que (i) são ajustados aspectos quanto à metodologia e prazos para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços, e (ii) é vedada a possibilidade, prevista nos decretos anteriores, de empresa pública ou sociedade de economia mista estadual prestar serviços de saneamento, sem prévio processo competitivo, aos municípios que integrem uma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião.

A Companhia e suas subsidiárias ressaltam que as alterações legislativas ora citadas não interferem na atual situação jurídica dos seus contratos de concessão e de programa e na correspondente prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e que segue acompanhando todas as iniciativas que venham a alterar as regras vigentes sobre o setor.

Em 20 de março de 2024, a ARSAE-MG emitiu a Resolução nº 191 que revogou a Resolução ARSAE-MG nº 72 de 9 de julho de 2015 e estabelece novas metodologias de cálculo dos valores de indenização de investimentos não amortizados, vinculados a bens reversíveis ao Poder Concedente, em caso de vencimento ou de extinção antecipada de concessões de serviços públicos regulados pela ARSAE-MG. Em 11 de dezembro de 2024, a ARSAE-MG publicou a Resolução nº 200, promovendo alterações na Resolução 191, com a inserção de dois anexos e, em especial, alterando o capítulo que trata da indenização residual de ativos de sistemas compartilhados. A Companhia avalia que o conteúdo desta última Resolução traz ainda maior segurança jurídico-regulatória quanto ao tratamento dado pela Companhia aos bens operados em sistemas compartilhados, não havendo impactos a registrar em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como decorrência destas resoluções.

Termos Aditivos

Entre os meses de maio e setembro de 2024, a Companhia firmou Termos Aditivos aos Contratos de Concessão com os Municípios de Patos de Minas, Divinópolis, Visconde do Rio Branco e Rio Pomba, tal como divulgado em Comunicados ao Mercado, alterando a forma de regulação, passando de discricionária

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para contratual. Houve alteração na agência responsável pela regulação no Município e/ou prorrogação no prazo de vigência dos contratos: (i) os municípios de Patos de Minas e Divinópolis passaram a ser regulados pela ARISMIG, mantendo-se o vencimento contratual original; (ii) o município de Visconde de Rio Branco passou a ser regulado pela ARISB-MG e teve seu vencimento postergado de setembro de 2047 para julho de 2054; e (iii) o município de Rio Pomba, manteve-se a ARSAE-MG como agência reguladora, prorrogando-se o vencimento de dezembro de 2048 para setembro de 2054.

Em 05 de dezembro de 2025, a Companhia firmou com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte Instrumento de Acordo que estabelece diretrizes para a formalização de futuro Termo Aditivo aos instrumentos de prestação dos serviços no Município, que tem como objetivo, principalmente, consolidar e dar continuidade à prestação dos serviços e o reequilíbrio econômico-financeiro da sua prestação, à luz da Lei Federal n.º 11.445/2007 e suas alterações introduzidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico. O Instrumento de Acordo reconhece a necessidade de extensão de prazo do instrumento que ampara a prestação dos serviços no Município para 7 de fevereiro de 2073, visando à modicidade da tarifa única e à uniformização dos prazos contratuais no âmbito do Sistema COPASA. A efetiva implementação das obrigações dependerá da formalização do Termo Aditivo previsto no Instrumento, bem como das aprovações técnicas, jurídicas e societárias aplicáveis.

Novo Acordo de Reparação da Bacia do Rio Doce

Em outubro de 2024, foi homologada pelo Supremo Tribunal Federal a repactuação do processo de reparação referente ao rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em 2015 no município de Mariana (MG). O Novo Acordo da Bacia do Rio Doce estabelece obrigações destinadas à recuperação socioambiental, à compensação das populações atingidas e ao fortalecimento da infraestrutura pública nos municípios impactados.

No âmbito dessa repactuação, está previsto o aporte de mais de R\$11 bilhões para investimentos em saneamento básico nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com vistas à universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e macrodrenagem na região. Para o estado de Minas Gerais, destinou-se aplicação R\$7,54 bilhões em até 200 municípios da bacia.

O Acordo estabelece que tais investimentos deverão ser estruturados preferencialmente por meio de concessões e parcerias público-privadas (PPPs), em consonância com o Marco Legal do Saneamento Básico, que incentiva a regionalização e a competitividade entre operadores. Os Poderes Concedentes (Municípios) têm autonomia para optar por aderir aos blocos regionais a serem estruturados, manter contratos vigentes com seus prestadores atuais ou adotar outras soluções de prestação de serviços. Considerando que parte dos municípios abrangidos é atendida pela COPASA MG, a Companhia entende que a implementação desse programa poderá, ao longo dos próximos exercícios, influenciar seu ambiente operacional, inclusive quanto à manutenção ou revisão de contratos existentes, conforme as decisões municipais e os modelos de prestação que venham a ser adotados.

O processo de implementação do programa encontra-se em andamento e segue o cronograma divulgado pelo Estado de Minas Gerais, que prevê o lançamento de editais e estruturação das concessões entre os anos de 2026 e 2027, e as primeiras entregas a partir de 2030. A coordenação geral do projeto está a cargo da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE.

Até a data destas demonstrações financeiras, não há impactos financeiros decorrentes da implementação do programa. A Administração acompanha continuamente as definições institucionais e regulatórias relacionadas ao Novo Acordo da Bacia do Rio Doce e avaliará, de forma tempestiva, eventuais efeitos relevantes sobre as operações, contratos e projeções de investimento da Companhia, mantendo a adequada divulgação em suas demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instauração de Mesa de Conciliação e Prevenção de Conflitos – TCE-MG

Em 07 de agosto de 2025, a Companhia formalizou, em conjunto com a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, a solicitação de instauração de Mesa de Conciliação e Prevenção de Conflitos junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG). O objetivo é buscar o entendimento e a superação de pontos relacionados ao Marco Legal do Saneamento Básico, quanto à possibilidade de ampliação dos Contratos de Concessão e de Programa nos municípios que possuem apenas os serviços de água, para que passem a contemplar, também, os serviços de esgotamento sanitário. A discussão envolve o Estado, a COPASA MG, os municípios interessados na ampliação dos contratos e o Ministério Público de Contas.

06. Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

(a) Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em caixa e bancos	29.732	52.674	30.609	53.650
Certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas de curto prazo	427.160	562.058	473.045	588.432
Caixa e Equivalentes de Caixa	456.892	614.732	503.654	642.082
Títulos e valores mobiliários	311.379	177.972	311.379	177.972
Total	768.271	792.704	815.033	820.054

A Companhia e suas subsidiárias classificam suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Tais valores disponíveis em Caixa e Equivalentes de Caixa são aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e debêntures compromissadas, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Tais aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 103,74% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (103,33% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Os recursos registrados em Títulos e Valores Mobiliários destinam-se a investimentos em crescimento vegetativo, melhorias em infraestruturas de esgoto e em iniciativas de redução de perdas, em conexão com contrato de financiamento contratado. Tais valores encontram-se aplicados em CDBs, e estão sujeitos a remuneração média de 98,04% do CDI.

O CDI em 31 de dezembro de 2025 era de 14,90% a.a. (12,15% a.a. em 31 de dezembro de 2024). A avaliação de risco deste instrumento financeiro está detalhada na Nota Explicativa 23.1(d)(ii).

(b) Movimentação dos certificados de depósitos bancários de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º de janeiro	562.058	962.323	588.432	998.029
Novas aplicações	6.403.946	6.683.919	6.584.231	6.783.274
Rendimentos	108.122	94.784	114.017	98.630
Resgates	(6.646.966)	(7.178.968)	(6.813.635)	(7.291.501)
Em 31 de dezembro	427.160	562.058	473.045	588.432

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação de títulos e valores mobiliários

	Controladora/Consolidado	
	2025	2024
Em 1º de janeiro	177.972	-
Novas aplicações	311.683	358.999
Rendimentos	22.321	15.312
Resgates	(200.597)	(196.339)
Em 31 de dezembro	311.379	177.972

07. Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber de clientes tem a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos até 30 dias	262.690	273.955	268.965	277.195
Vencidos de 31 até 60 dias	119.475	107.145	122.309	108.658
Vencidos de 61 até 90 dias	67.736	49.170	68.950	49.895
Vencidos de 91 até 180 dias	141.082	102.492	142.849	103.428
Vencidos de 181 até 360 dias	184.652	156.046	184.652	156.116
Vencidos acima de 360 dias	9.241	17.168	9.283	17.201
Vencidos - total	784.876	705.976	797.008	712.493
A Vencer	582.930	420.383	596.032	425.745
Faturados	1.367.806	1.126.359	1.393.040	1.138.238
A faturar	417.126	482.250	418.723	486.547
Contas a receber de clientes	1.784.932	1.608.609	1.811.763	1.624.785
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(311.007)	(258.614)	(313.038)	(259.744)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.473.925	1.349.995	1.498.725	1.365.041
Contas a receber de clientes circulante	1.426.302	1.274.961	1.450.516	1.289.584
Contas a receber de clientes não circulante	47.623	75.034	48.209	75.457

As contas a receber de clientes contemplam o acionista controlador Estado de Minas Gerais (EMG), conforme detalhamento a seguir:

Valores	Controladora/Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Faturados	19.876	17.349
A faturar	10.202	12.201
Contas a receber do Estado de Minas Gerais ⁽¹⁾	30.078	29.550

⁽¹⁾ Valores demonstrados também na Nota Explicativa 25 (a) que trata de Partes Relacionadas.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes da Companhia e suas subsidiárias foi a seguinte:

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial	258.614	237.108	259.744	238.649
Adição na provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	212.785	214.172	214.107	214.862
Contas a receber de clientes baixadas no período como incobráveis	(160.392)	(192.666)	(160.813)	(193.767)
Saldo final	311.007	258.614	313.038	259.744

A provisão para perdas de crédito esperadas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do exercício como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A Companhia e suas subsidiárias adotam como metodologia de contabilização da provisão para perdas de crédito esperadas, a matriz de provisão, revisada anualmente, contemplando uma avaliação retrospectiva e prospectiva, para verificar a necessidade de provisões adicionais, conforme Nota Explicativa 3.4.2.

A Companhia e suas subsidiárias não reconhecem provisão para perdas sobre débitos relativos ao Estado de Minas Gerais, tendo em vista o histórico recente de renegociações, pagamentos recebidos, celebração de Acordo para equacionamento de dívida, bem como de termos de compensação com dividendos e juros sobre capital próprio, além do histórico de adimplência observado. O montante de contas a receber vencidas junto ao EMG totaliza R\$661 em 31 de dezembro de 2025 (R\$587 em 31 de dezembro de 2024). A Administração da Companhia avalia este assunto, dependendo dos fatos e circunstâncias a cada data de reporte.

Para os créditos perante a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e conforme negociação entre as partes, o repasse mensal dos 4% da arrecadação líquida ao Fundo Municipal de Saneamento (FMSB) fica condicionado à comprovação de que a Prefeitura depositou o valor equivalente às suas faturas mensais naquele Fundo. Adicionalmente, a cada exercício, o FMSB recebe da COPASA um aporte complementar referente à eventual diferença entre 4% sobre a arrecadação líquida e sobre a Receita Operacional Líquida apuradas anualmente naquele município.

08. Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Aplicação Financeira Vinculada

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures ⁽ⁱ⁾	34.515	37.712
Programa Regulatório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PRPDI) ⁽ⁱⁱ⁾	35.826	15.940
Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	60.469	59.245
Aplicação financeira vinculada - não circulante	96.295	75.185

(i) Refere-se a depósito de valores monetários em fundos de investimentos, sob titularidade dos credores, que a Companhia constitui no âmbito de seus contratos de financiamentos, empréstimos e debêntures. Também é dado em garantia cessão fiduciária de sua arrecadação que se caracteriza pela transferência aos credores da titularidade de parte de sua arrecadação, conforme tabela inserida na Nota Explicativa 23.1(e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou durante o período de carência das dívidas contratadas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos estão classificados no ativo não circulante.

(ii) Refere-se a recursos financeiros do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PRPDI, estabelecido pela Resolução ARSAE-MG nº 166/2022. A Companhia apura um percentual de 0,3% sobre sua Receita Líquida, os quais são destinados a conta bancária específica, devendo ser utilizados em

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. A Companhia submete, a cada ciclo tarifário, seu plano plurianual para utilização desses recursos. Os rendimentos das aplicações financeiras dos recursos ainda não utilizados compõem os recursos do PRPDI. O uso de tais recursos estão sujeitos a auditoria periódica do regulador.

(iii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES. O valor de cada contrato é depositado em conta corrente específica e vinculada a cada contrato, denominada conta de despoluição de bacias hidrográficas, os valores são convertidos em cotas e aplicados no “Fundo de Investimento Caixa Despoluição de Bacias Hidrográficas Renda Fixa Longo Prazo” destinado única e exclusivamente ao objeto de cada contrato. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada para a COPASA MG em 12 parcelas trimestrais e sucessivas que poderão, a partir de plena operação e início da certificação da estação de tratamento do esgoto, ser sacadas desde que cumpridas as metas pactuadas na assinatura do contrato. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia mantém também esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de depósito para obras (ver Nota Explicativa 15).

09. Investimentos

Abaixo a tabela com a movimentação dos investimentos nas subsidiárias:

	Saldos iniciais	Participação no resultado da controlada	Distribuição Dividendos	Aumento de capital	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025					
COPANOR	312.525	(15.538)	-	47.590	344.577
Copasa Patos Saneamento S.A.	10	24.497	(10.477)	189.868	203.898
Subtotal	312.535	8.959	(10.477)	237.458	548.475
Obras a incorporar					
Copasa Patos Saneamento S.A.	-	-	-	110.857	110.857
Total Investimento	312.535	8.959	(10.477)	348.315	659.332

	Saldos iniciais	Participação no resultado da controlada	Provisão para perda	Aumento de capital	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024					
COPANOR	274.439	(9.505)	-	47.591	312.525
Copasa Patos Saneamento S.A.	-	-	-	10	10
Outros	260	-	(260)	-	-
Total	274.699	(9.505)	(260)	47.601	312.535

A Controladora realizou integralização na COPANOR no valor de R\$47.590 no exercício de 2025 (R\$47.591 em 2024), cujos recursos permitirão realizar investimentos em obras de implantação, ampliação e manutenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Informações financeiras resumidas

COPANOR	Participação (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do período
31/12/2025	100%	48.520	313.964	16.656	1.251	344.577	(15.539)
31/12/2024	100%	49.297	278.394	14.718	448	312.525	(9.505)

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Patos Saneamento	Participação (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro do período
31/12/2025	100%	30.681	180.557	7.208	133	203.897	24.497
31/12/2024	100%	10	-	-	-	10	-

Em setembro de 2024, em conexão com o Termo Aditivo firmado com o Município de Patos de Minas descrito na Nota Explicativa 5, a Companhia constituiu a subsidiária integral Copasa Patos Saneamento S.A., cujo objeto social é planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico, com vistas a contribuir para o bem-estar social e para a melhoria da qualidade de vida da população do município de Patos de Minas.

Em abril de 2025, a Companhia procedeu a um aporte na Copasa Patos sob a forma de bens componentes da infraestrutura, bem como estoques existentes naquele município, num montante total de R\$189.868, correspondente ao valor de custo dos ativos.

Transferência para subsidiária	Valor
Ativo Financeiro	9.689
Ativo Intangível	177.235
Ativo Imobilizado	968
Estoques	1.976
Total	189.868

Em 10 de outubro de 2024, a Companhia abriu consulta pública do Projeto Água dos Vales, uma Parceria Público-Privada (PPP) com o objetivo de universalizar o saneamento básico nas regiões do Jequitinhonha e Mucuri do Estado de Minas Gerais. De acordo com a concepção do arranjo, a COPASA MG delegaria a um operador privado a responsabilidade pelos investimentos e pela gestão dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, além da coleta e destinação adequada do esgoto. O texto da consulta prevê que a COPASA MG, como contratante, fica encarregada de fiscalizar a execução dos investimentos e o cumprimento das metas e indicadores de desempenho. Os estudos técnicos foram conduzidos pela International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial, e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com apoio financeiro da *Global Infrastructure Facility* e da PSPInfra, uma iniciativa conjunta do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do BNDES e da IFC. A consulta pública foi finalizada no mês de dezembro de 2024. O tema encontra-se em avaliação pela Administração da COPASA MG.

A Lei nº 25.664/2025, que autoriza a desestatização da COPASA MG (Nota Explicativa 1), incluiu também um dispositivo autorizando a Companhia a adotar todas as ações e medidas necessárias para realizar a operação de incorporação da COPANOR. O tema encontra-se em avaliação pela administração da COPASA MG quanto à forma, condições e cronograma, inclusive no contexto da Desestatização. Ao ser implementada, a operação poderá gerar efeitos na estrutura societária e operacional do grupo, os quais serão divulgados oportunamente, conforme exigido pela regulamentação aplicável.

10. Ativo de Contrato

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 pode ser demonstrada como segue:

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Sistemas de			Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso Comum		
Controladora:					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	687.047	1.180.472	912.959	260.234	3.040.712
Adições	427.303	529.574	733.816	205.567	1.896.260
Provisão para material de obras	-	-	-	(1.378)	(1.378)
Baixas	-	-	(480)	-	(480)
Custos de empréstimos capitalizados	37.176	30.591	44.775	-	112.542
Capitalizações de depreciação e juros de arrendamento	17.030	29.353	17.156	-	63.539
Transferências para o intangível	(325.903)	(352.284)	(800.422)	-	(1.478.609)
Transferências para o imobilizado	(49.711)	(1.298)	(48.517)	-	(99.526)
Obras a incorporar em subsidiária	(38.007)	(24.150)	(6.362)	-	(68.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	754.935	1.392.258	852.925	464.423	3.464.541
Consolidado:					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	702.136	1.254.924	940.647	277.222	3.174.929
Adições	426.849	550.706	753.414	206.362	1.937.331
Provisão para material de obras	-	-	-	(1.613)	(1.613)
Baixas	-	-	(529)	-	(529)
Custos de empréstimos capitalizados	37.176	30.591	44.775	-	112.542
Capitalizações de depreciação e juros de arrendamento	17.030	29.353	17.156	-	63.539
Transferências para o intangível	(338.303)	(362.651)	(813.758)	-	(1.514.712)
Transferências para o imobilizado	(49.711)	(1.298)	(52.763)	-	(103.772)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	795.177	1.501.625	888.942	481.971	3.667.715

No exercício de 2024, a movimentação foi a seguinte:

	Sistemas de			Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso Comum		
Controladora:					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	584.305	1.109.222	642.211	175.942	2.511.680
Adições	304.896	455.700	489.200	84.726	1.334.522
Provisão para material de obras	-	-	-	(434)	(434)
Baixas	(964)	(265)	(88)	-	(1.317)
Custos de empréstimos capitalizados	33.415	42.443	47.024	-	122.882
Transferências para o intangível	(229.457)	(409.565)	(233.342)	-	(872.364)
Transferências para o imobilizado	(5.148)	(17.063)	(32.046)	-	(54.257)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	687.047	1.180.472	912.959	260.234	3.040.712
Consolidado:					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	599.407	1.159.876	658.993	190.838	2.609.114
Adições	305.975	479.498	502.044	84.956	1.372.473
Reversão de provisão para material de obras	-	-	-	1.428	1.428
Baixas	(964)	(265)	(88)	-	(1.317)
Custos de empréstimos capitalizados	33.415	42.443	47.024	-	122.882
Transferências para o intangível	(230.549)	(409.565)	(234.982)	-	(875.096)
Transferências para o imobilizado	(5.148)	(17.063)	(32.344)	-	(54.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	702.136	1.254.924	940.647	277.222	3.174.929

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as adições, no montante de R\$1.896.260 na Controladora (R\$1.334.522 em 2024) e R\$1.937.331 no Consolidado (R\$1.372.473 em 2024), referem-se, principalmente, a obras de melhorias nos sistemas de abastecimento de água nas cidades de Belo Horizonte, Contagem, Patos de Minas, Pouso Alegre e no Sistema Rio Manso em Brumadinho e melhorias nos sistemas de esgotamento sanitário nas cidades de Betim, Congonhas, Divinópolis, Guaxupé, Ibirité, Januária, Montes Claros e Sarzedo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía um montante de R\$68.519 em Ativos de Contrato correspondentes a obras de infraestrutura no município de Patos de Minas, a serem aportados na controlada Copasa Patos Saneamento S.A. tão logo estejam concluídos. Tais obras correspondem principalmente a construções e melhorias em estações de tratamento de água e de esgoto, estações elevatórias de água e em redes de distribuição de água, entre outros.

11. Intangível

A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Controladora:						
Em operação						
Sistemas de água	5.369.670	(3.141.329)	2.228.341	4.799.727	(3.037.844)	1.761.883
Esgotamento sanitário	7.460.153	(3.884.443)	3.575.710	7.090.457	(3.589.756)	3.500.701
Sistemas de uso comum	1.526.696	(1.173.965)	352.731	1.397.269	(1.085.266)	312.003
Direitos de uso	997.188	(464.501)	532.687	820.932	(393.066)	427.866
Outros ativos intangíveis	223.249	(49.641)	173.608	184.119	(40.715)	143.404
Total do intangível	15.576.956	(8.713.879)	6.863.077	14.292.504	(8.146.647)	6.145.857
	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Consolidado:						
Em operação						
Sistemas de água	5.517.123	(3.192.897)	2.324.226	4.866.426	(3.050.116)	1.816.310
Esgotamento sanitário	7.678.407	(3.953.769)	3.724.638	7.157.456	(3.604.404)	3.553.052
Sistemas de uso comum	1.594.489	(1.209.686)	384.803	1.419.736	(1.099.121)	320.615
Direitos de uso	1.037.584	(469.348)	568.236	821.095	(393.220)	427.875
Outros ativos intangíveis	228.145	(50.068)	178.077	185.754	(40.954)	144.800
Total do intangível	16.055.748	(8.875.768)	7.179.980	14.450.467	(8.187.815)	6.262.652

A movimentação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, pode ser demonstrada como segue:

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.761.883	3.500.701	312.003	427.866	143.404	6.145.857
Adições	292.447	280.060	90.284	53.423	77	716.291
Baixas	(513)	-	(1.522)	-	(81)	(2.116)
Transferência para subsidiária	(34.854)	(93.805)	(9.857)	(37.610)	(1.109)	(177.235)
Amortização	(193.697)	(330.416)	(108.516)	(70.171)	(8.966)	(711.766)
Transferências de (para) ativo financeiro	(296.764)	(185.083)	(20.543)	-	(15.093)	(517.483)
Transferência entre intangível e imobilizado	(1.188)	(3.169)	1.613	-	(39)	(2.783)
Transferências do ativo de contrato	325.903	352.284	581.066	163.065	56.291	1.478.609
Reclassificações	392.780	87.976	(480.756)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre amortização	(17.657)	(32.839)	(11.010)	(3.886)	(874)	(66.266)
Outros	1	1	(31)	-	(2)	(31)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.228.341	3.575.710	352.731	532.687	173.608	6.863.077
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.816.310	3.553.052	320.615	427.875	144.800	6.262.652
Adições	298.246	284.937	90.399	53.423	84	727.089
Baixas	(1.337)	(2.132)	(1.530)	-	(81)	(5.080)
Amortização	(199.532)	(340.532)	(113.889)	(72.055)	(9.158)	(735.166)
Transferências de (para) ativo financeiro	(298.301)	(178.876)	(21.249)	-	(15.521)	(513.947)
Transferência entre intangível e imobilizado	(1.188)	(3.169)	1.613	-	(39)	(2.783)
Transferências do ativo de contrato	338.303	362.651	591.827	163.065	58.866	1.514.712
Reclassificações	389.471	82.208	(471.679)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre amortização	(17.746)	(33.501)	(11.275)	(4.072)	(871)	(67.465)
Outros	-	-	(29)	-	(3)	(32)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.324.226	3.724.638	384.803	568.236	178.077	7.179.980

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

A movimentação no exercício de 2024 foi a seguinte:

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.571.874	3.324.270	244.687	327.951	101.737	5.570.519
Adições	176.143	214.331	101.616	141.086	1.544	634.720
Baixas	(1.907)	(43)	(486)	(1)	(353)	(2.790)
Amortização	(160.233)	(295.557)	(90.890)	(38.442)	(6.767)	(591.889)
Transferências de (para) ativo financeiro	(92.489)	(155.083)	(11.702)	102	(21.877)	(281.049)
Transferência entre intangível e imobilizado	625	609	1.262	158	(2.143)	511
Transferências do ativo de contrato	229.457	409.565	177.596	121	55.625	872.364
Reclassificações	52.643	31.990	(100.934)	-	16.301	-
Crédito PIS/COFINS sobre amortização	(14.228)	(29.381)	(9.149)	(3.109)	(660)	(56.527)
Outros	(2)	-	3	-	(3)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.761.883	3.500.701	312.003	427.866	143.404	6.145.857

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.622.782	3.377.357	253.857	327.960	102.816	5.684.772
Adições	181.723	217.274	103.584	141.088	2.106	645.775
Baixas	(2.010)	(43)	(529)	(1)	(353)	(2.936)
Amortização	(163.478)	(298.889)	(94.204)	(38.444)	(6.851)	(601.866)
Transferências de (para) ativo financeiro	(92.780)	(155.443)	(11.772)	102	(22.283)	(282.176)
Transferência entre intangível e imobilizado	612	609	1.279	158	(2.143)	515
Transferências do ativo de contrato	230.549	409.565	178.991	121	55.870	875.096
Reclassificações	53.140	32.004	(101.445)	-	16.301	-
Crédito PIS/COFINS sobre amortização	(14.228)	(29.381)	(9.149)	(3.109)	(660)	(56.527)
Outros	-	(1)	3	-	(3)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.816.310	3.553.052	320.615	427.875	144.800	6.262.652

(1) Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”.

A amortização foi apropriada ao resultado, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos serviços prestados	679.742	583.393	703.137	593.366
Despesas com vendas	1.398	1.586	1.399	1.586
Despesas administrativas	30.626	6.910	30.630	6.914
	711.766	591.889	735.166	601.866

Taxa média de amortização apurada na Controladora e Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Sistemas de água	5,61%	4,96%	5,71%	4,96%
Esgotamento sanitário	4,94%	5,13%	5,24%	5,13%
Sistemas de uso comum	21,30%	20,29%	21,54%	20,06%
Direitos de uso	9,40%	6,38%	9,89%	6,38%
Outros ativos intangíveis	4,79%	4,83%	4,78%	4,83%

Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Vida Longa

A Companhia e suas subsidiárias elaboraram estudo técnico de teste de impairment, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2025, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, economias atendidas, custos, despesas e investimentos para os próximos 11 anos. Esse período reflete o período de investimentos mais intensos para atender as metas de universalização preconizadas pelo Novo Marco, até 2033.

O resultado demonstrou que não há necessidade de registro de provisão para perda (impairment) de ativos de vida longa.

A Companhia e suas subsidiárias entendem possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), pois seus segmentos são entrelaçados e interdependentes para geração de receita. O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, a serem gerados pelo uso contínuo da UGC.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O EBITDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração as premissas de crescimento do negócio, projetadas conforme estratégias da Companhia e suas subsidiárias. As principais premissas foram:

- Evolução da receita conforme tarifa atual e volume faturado projetado em função do crescimento de volume consumido, além de um incremento de tarifa nos anos de 2026 e 2030, a título de efeito da revisão tarifária, com um incremento na tarifa da empresa conforme estudos internos em cada uma das revisões, referente aos ganhos com a remuneração do incremento da base de ativos.
- Custos e despesas: custos com material e energia elétrica estimados com variação proporcional às taxas de crescimento de economias atendidas para ampliação da cobertura para o período até 2033, porém considerando ganhos de eficiência decorrente de ações como investimentos em fontes de energia renovável.
- Preços foram mantidos constantes.

Mudanças razoavelmente possíveis, de +10% ou -10% na data do balanço em cada uma das premissas relevantes, não teriam afetado o cálculo e consequentemente não resultaria em impairment.

12. Imobilizado

(a) A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/2025				31/12/2024		
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Controladora:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	15,43%	879.655	(603.019)	276.636	823.578	(598.835)	224.743
Veículos	14,37%	42.511	(38.235)	4.276	79.107	(78.473)	634
Outros		42.748	(231)	42.517	42.648	(231)	42.417
		964.914	(641.485)	323.429	945.333	(677.539)	267.794
Terrenos e edificações	4,32%	3.883.146	(2.461.246)	1.421.900	3.810.598	(2.349.372)	1.461.226
Total do imobilizado - em operação		4.848.060	(3.102.731)	1.745.329	4.755.931	(3.026.911)	1.729.020
	31/12/2025				31/12/2024		
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Consolidado:							
Consolidado:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	15,47%	891.094	(608.365)	282.729	831.393	(601.851)	229.542
Veículos	17,31%	48.245	(41.193)	7.052	82.902	(80.205)	2.697
Outros		42.748	(231)	42.517	42.648	(231)	42.417
		982.087	(649.789)	332.298	956.943	(682.287)	274.656
Terrenos e edificações	4,33%	3.888.498	(2.462.706)	1.425.792	3.811.546	(2.349.413)	1.462.133
Total do imobilizado - em operação		4.870.585	(3.112.495)	1.758.090	4.768.489	(3.031.700)	1.736.789

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) A movimentação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Controladora:					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	224.743	634	42.417	1.461.226	1.729.020
Adições	72.044	-	-	9.356	81.400
Baixas	(1.340)	(28)	-	-	(1.368)
Transferência para subsidiária	(591)	-	-	(377)	(968)
Depreciação	(49.172)	(286)	-	(102.464)	(151.922)
Transferência do ativo de contratos	34.539	3.970	101	60.916	99.526
Transferência entre intangível e imobilizado	(545)	-	-	3.328	2.783
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	(2.708)	(12)	-	(9.971)	(12.691)
Outros	3	(2)	(1)	-	-
Imobilizado a incorporar em subsidiária	(337)	-	-	(114)	(451)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	276.636	4.276	42.517	1.421.900	1.745.329

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Consolidado:					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	229.542	2.697	42.417	1.462.133	1.736.789
Adições	72.056	1.609	(1)	9.355	83.019
Baixas	(1.340)	(28)	-	-	(1.368)
Depreciação	(50.330)	(1.303)	-	(102.579)	(154.212)
Transferência do ativo de contratos	36.055	4.088	101	63.528	103.772
Transferência entre intangível e imobilizado	(543)	-	-	3.326	2.783
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	(2.713)	(12)	-	(9.971)	(12.696)
Outros	2	1	-	-	3
Saldos em 31 de dezembro de 2025	282.729	7.052	42.517	1.425.792	1.758.090

No exercício de 2024, a movimentação foi a seguinte:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Controladora:					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	192.797	569	41.661	1.522.796	1.757.823
Adições	60.263	264	-	16.022	76.549
Baixas	(304)	-	-	(3)	(307)
Depreciação	(43.070)	(181)	-	(103.254)	(146.505)
Transferência do ativo de contratos	17.355	-	755	36.147	54.257
Transferência entre intangível e imobilizado	(166)	-	-	(345)	(511)
Transferências entre ativo financeiro e imobilizado	23	-	-	2	25
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	(2.157)	(18)	-	(10.138)	(12.313)
Outros	2	-	1	(1)	2
Saldos em 31 de dezembro de 2024	224.743	634	42.417	1.461.226	1.729.020

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Consolidado:					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	197.106	3.388	41.661	1.523.552	1.765.707
Adições	61.493	264	-	16.086	77.843
Baixas	(304)	-	-	(3)	(307)
Depreciação	(43.984)	(937)	-	(103.287)	(148.208)
Transferência do ativo de contratos	17.533	-	755	36.267	54.555
Transferência entre intangível e imobilizado	(170)	-	-	(345)	(515)
Transferências entre ativo financeiro e imobilizado	23	-	-	2	25
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	(2.157)	(18)	-	(10.138)	(12.313)
Outros	2	-	1	(1)	2
Saldos em 31 de dezembro de 2024	229.542	2.697	42.417	1.462.133	1.736.789

A depreciação foi apropriada ao resultado, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos serviços prestados	119.640	120.886	121.756	122.442
Despesas com vendas	4.211	3.521	4.271	3.521
Despesas administrativas	28.071	22.098	28.185	22.245
	151.922	146.505	154.212	148.208

13. Direito de Uso e Obrigações de Arrendamento Mercantil

(a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo Não Circulante)

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.490	63.054	656	86.200
Adições	4.492	56.319	12.595	73.406
Remensurações	27	24.042	107	24.176
Depreciação	(6.830)	(40.312)	(9.745)	(56.887)
Depreciação capitalizada	-	(37.706)	-	(37.706)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.179	65.397	3.613	89.189

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Consolidado:				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.602	63.054	656	86.312
Adições	4.555	56.969	12.595	74.119
Remensurações	44	24.042	107	24.193
Depreciação	(6.928)	(40.388)	(9.745)	(57.061)
Depreciação capitalizada	-	(37.706)	-	(37.706)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.273	65.971	3.613	89.857

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.497	73.270	1.085	86.852
Adições	15.721	29.558	-	45.279
Remensurações	(783)	4.460	1.232	4.909
Depreciação	(4.945)	(44.234)	(1.661)	(50.840)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.490	63.054	656	86.200
Consolidado:				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.612	73.270	1.085	86.967
Adições	15.764	29.559	-	45.323
Remensurações	(738)	4.459	1.232	4.953
Depreciação	(5.036)	(44.234)	(1.661)	(50.931)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.602	63.054	656	86.312

(b) Obrigações - arrendamento mercantil (Passivo)

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.398	58.082	764	79.244
Adições	4.492	56.319	12.595	73.406
Remensurações	27	24.042	107	24.176
Contraprestação principal	(6.369)	(64.579)	(9.535)	(80.483)
Contraprestação juros	(1.623)	(32.901)	(832)	(35.356)
Juros	1.623	7.068	832	9.523
Capitalização	-	25.833	-	25.833
Saldos em 31 de dezembro de 2025	18.548	73.864	3.931	96.343
Passivo circulante	6.031	14.641	3.931	24.603
Passivo não circulante	12.517	59.223	-	71.740
Consolidado:				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.508	58.082	764	79.354
Adições	4.555	56.969	12.595	74.119
Remensurações	44	24.042	107	24.193
Contraprestação principal	(6.487)	(64.652)	(9.535)	(80.674)
Contraprestação juros	(1.636)	(32.910)	(832)	(35.378)
Juros	1.636	7.077	832	9.545
Capitalização	-	25.833	-	25.833
Saldos em 31 de dezembro de 2025	18.620	74.441	3.931	96.992
Passivo circulante	6.103	15.085	3.931	25.119
Passivo não circulante	12.517	59.356	-	71.873

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.770	78.566	831	92.167
Adições	13.589	31.599	91	45.279
Remensurações	(783)	4.460	1.232	4.909
Contraprestação principal	(5.178)	(56.543)	(1.390)	(63.111)
Contraprestação juros	(1.372)	(4.912)	(141)	(6.425)
Juros	1.372	4.912	141	6.425
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.398	58.082	764	79.244
Passivo circulante	5.957	41.768	764	48.489
Passivo não circulante	14.441	16.314	-	30.755
Consolidado:				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.881	78.566	831	92.278
Adições	13.633	31.599	91	45.323
Remensurações	(738)	4.459	1.232	4.953
Contraprestação principal	(5.268)	(56.542)	(1.390)	(63.200)
Contraprestação juros	(1.385)	(4.912)	(141)	(6.438)
Juros	1.385	4.912	141	6.438
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.508	58.082	764	79.354
Passivo circulante	6.047	41.768	764	48.579
Passivo não circulante	14.461	16.314	-	30.775

A taxa de desconto utilizada na mensuração do valor presente total dos pagamentos futuros de aluguéis para os contratos de arrendamento firmados em 2025 foi de 9,26% a.a. (8,39% a.a. em 2024).

Prazo médio total dos contratos (meses):

	Controladora	
	2025	2024
Imóveis	47	46
Máquinas e equipamentos	11	20
Veículos	19	38

(c) Despesas de arrendamento mercantil

	Controladora			Consolidado		
	2025			2025		
Classe de ativo	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total
Máquinas e equipamentos	7.322	3.473	10.795	7.449	3.473	10.922
Equipamentos de reprografia e informática	478	-	478	478	-	478
Imóveis	-	126	126	-	126	126
Veículos	-	-	-	-	141	141
Total 2025	7.800	3.599	11.399	7.927	3.740	11.667
Total 2024	22.407	267	22.674	22.591	267	22.858

A Companhia e suas subsidiárias, em plena conformidade com o Pronunciamento CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo referido CPC.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Parceria Público-Privada – PPP - Sistema Produtor Rio Manso

A COPASA MG e a BRK Ambiental - Manso S.A, Sociedade de Propósito Específico (SPE), formalizaram Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

Durante a fase de realização de obras, a Companhia reconheceu o ativo intangível, conforme o andamento de sua construção e em contrapartida um passivo a ele relacionado, em função do contrato de PPP. As despesas com correção monetária foram capitalizadas no ativo intangível até o início de sua operação.

As despesas decorrentes deste contrato referentes à manutenção de sistemas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram R\$96.426 (R\$94.101 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Para atualização do passivo constituído, o índice de reajustamento do contrato está sendo aplicado anualmente a cada mês de abril e apropriado proporcionalmente ao longo dos 12 meses subsequentes. A movimentação do passivo pode ser demonstrada como segue:

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Saldo Inicial	169.452	211.900
Atualização	8.297	10.176
Amortização	(36.005)	(40.506)
Juros pagos	(16.384)	(12.118)
Saldo final	125.360	169.452
Passivo circulante	45.139	44.631
Passivo não circulante	80.221	124.821

15. Impostos, taxas, contribuições, obrigações sociais e trabalhistas e outros passivos

(a) Ativo circulante:

Os impostos e tributos a recuperar estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a compensar	5.407	3.176	6.128	3.937
IRPJ a compensar/saldo negativo	62.187	71.495	62.187	71.495
CSLL a compensar/saldo negativo	18.718	23.779	18.718	23.779
PIS a compensar	-	16	-	16
Antecipação de IRPJ	-	-	18	-
Antecipação de CSLL	-	-	11	-
Outros tributos a recuperar	1.708	1.765	1.838	1.912
Saldo final	88.020	100.231	88.900	101.139

Os impostos a recuperar referem-se, principalmente, ao saldo negativo de IRPJ/CSLL de 2025 que serão compensados em 2026.

(b) Passivo circulante:

Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas são compostos por:

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
INSS	31.600	31.035	32.262	31.607
COFINS	34.433	139	35.015	321
PIS	7.408	-	7.532	39
IRPJ	24.132	26.411	24.935	26.428
CSLL	-	-	312	-
FGTS	6.255	6.346	6.389	6.486
Outros	10.111	8.864	10.262	8.930
Saldo final	113.939	72.795	116.707	73.811

Os outros passivos são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósito para obras ⁽ⁱ⁾	44.141	44.217	44.141	44.217
PDVI ⁽ⁱⁱ⁾	2.117	13.144	2.117	13.144
Devolução de tarifas - ARSAE ⁽ⁱⁱⁱ⁾	23.180	23.293	23.180	23.293
Programa de saúde	12.692	5.069	12.844	5.061
Receita diferida - Prodes	16.328	15.028	16.328	15.028
Resíduo PLR	4.578	4.451	4.578	4.451
Publicidade - recursos Vale	4.496	4.496	4.496	4.496
Repasse tarifário	10.128	-	10.128	-
PECMA ^(iv)	4.785	-	5.307	-
Provisão gastos de informática	1.234	-	2.257	-
Salários a pagar	22.422	2.196	22.731	2.209
Outros	21.015	12.394	22.335	14.248
Saldo final	167.116	124.288	170.442	126.147
Passivo circulante	97.382	58.274	100.297	60.133
Passivo não circulante	69.734	66.014	70.145	66.014

(i) Refere-se a recursos financeiros da ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES (ver Nota Explicativa 8).

(ii) A Companhia instituiu o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI em maio de 2023, devidamente regulamentado e amplamente divulgado aos seus empregados. Aderiram ao programa 736 empregados, com desligamentos ocorrendo a partir de julho de 2023, apresentando a movimentação a seguir. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2025, a ser liquidado até 31 de dezembro de 2026, refere-se a obrigações relativas a plano de saúde e vale-alimentação pactuadas com determinados grupos de empregados que aderiram ao PDVI, de acordo com as regras de adesão então estabelecidas.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora / Consolidado					
PDVI	Pagamentos/		Saldo em 31/12/2024	Pagamentos em 2025	Saldo em 31/12/2025
	Provisão em maio de 2023	cancelamentos ^(*) até 2024			
Quantidade Empregados	736	736	-	-	-
Total passivo circulante e não circulante	115.067	(101.923)	13.144	(11.027)	2.117
Passivo circulante			11.867		2.117
Passivo não circulante			1.277		-

(*) Foram canceladas 09 (nove) adesões.

- (iii) A ARSAE-MG determinou a devolução de valores aos clientes por intermédio de processos administrativos, entendidos pela Administração como de probabilidade de perda provável, e, por esse motivo, provisionados.

A movimentação dos valores envolvidos nos processos foram como segue:

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	23.293	23.290
Incremento de provisão	13	1.232
Devoluções realizadas		
Valor principal	(122)	(971)
Juros e correções	(4)	(258)
Total devolvido	(126)	(1.229)
Saldo final	23.180	23.293
Passivo circulante	23.180	23.293
Passivo não circulante	-	-

- (iv) Em julho de 2025, a Companhia deliberou por aderir ao Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais (PECMA), instituído pelo Decreto Estadual nº 48.994/2025 e que tem como objetivo oferecer alternativas para a quitação de multas ambientais estaduais na esfera administrativa, incentivando a recuperação do meio ambiente em Minas Gerais. O Programa prevê a concessão de descontos de até 50% na conversão de contas simples de origem ambiental, bem como o parcelamento em até 60 parcelas, sendo incidente, sobre as parcelas, a variação da taxa SELIC.

16. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo é de R\$7.582.036 em 31 de dezembro de 2025 (R\$6.113.169 em 31 de dezembro de 2024), têm vencimento até 2043 e cupons médios de 9,01% ao ano para a Controladora e o Consolidado (8,39% a.a. em 31 de dezembro de 2024 para a Controladora e o Consolidado).

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante:		
Financiamentos - FGTS	58.018	53.058
Empréstimos	-	5.097
Finame	-	251
Financiamentos em moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	89.403	62.385
Empréstimos bancários e financiamentos	147.421	120.791
Debêntures ⁽ⁱ⁾	602.232	586.987
Total circulante	749.653	707.778
Não Circulante:		
Financiamentos - FGTS	647.080	670.196
Financiamentos em moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	1.571.476	1.173.911
Empréstimos bancários e financiamentos	2.218.556	1.844.107
Debêntures ⁽ⁱ⁾	4.613.827	3.561.284
Total não circulante	6.832.383	5.405.391
Total circulante e não circulante	7.582.036	6.113.169

⁽ⁱ⁾ Inclui custo de captação.

(a) Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2025, os valores contábeis dos empréstimos da Companhia são demonstrados como segue:

	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
			Valor contábil	
			31/12/2025	31/12/2024
Em moeda Nacional:				
Financiamento - FGTS	TR + 7,30% a TR + 8,50%	16/01/2043	705.098	723.254
Empréstimo	TJLP + 1,55%	15/05/2025	-	5.097
Finame	2,5% a 8,7%	15/01/2025	-	251
			705.098	728.602
Em moeda Estrangeira (Euro):				
Financiamento	1,41%	15/05/2034	337.629	234.163
Financiamento	Euribor + 0,55%	20/09/2033	586.511	591.991
Financiamento	Euribor + 2,69%	20/12/2043	745.095	419.109
			1.669.235	1.245.263
Custo de captação			(8.356)	(8.967)
			1.660.879	1.236.296
Empréstimos e financiamentos			2.365.977	1.964.898

Na data de 31 de dezembro de 2025, havia 05 operações de Swap vigentes, totalizando o valor nominal de €138.697 mil para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para IPCA + 6,9237% (média ponderada). Estas operações estão contabilizadas como passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo no resultado ("VJR"). Detalhes das operações estão apresentadas na Nota Explicativa 23 destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Saldo Inicial	1.964.898	1.429.077
Ingressos de empréstimos e financiamentos	477.108	456.387
Encargos provisionados	103.377	107.173
Variação monetária e cambial	35.415	205.740
Amortização de encargos	(104.826)	(103.883)
Amortização de principal	(110.606)	(123.124)
Custo de captação	-	(7.058)
Amortização do custo de captação	611	586
Saldo final	2.365.977	1.964.898
Passivo circulante	147.421	120.791
Passivo não circulante	2.218.556	1.844.107

Os montantes registrados no passivo não circulante referentes a empréstimos bancários e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2026	-	-	-	53.999	83.449	137.448
2027	59.319	127.524	186.843	57.329	126.875	184.204
2028	62.879	127.524	190.403	60.769	126.875	187.644
2029	62.852	177.121	239.973	60.687	143.252	203.939
2030 até 2043	462.030	1.147.052	1.609.082	437.412	701.816	1.139.228
Custo de captação	-	(7.745)	(7.745)	-	(8.356)	(8.356)
Total	647.080	1.571.476	2.218.556	670.196	1.173.911	1.844.107

(b) Debêntures

A Companhia possui contratadas operações de crédito de longo prazo, por meio de emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária. A composição de debêntures está demonstrada a seguir:

	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
			Valor contábil	
			31/12/2025	31/12/2024
Subscrição 5ª emissão				
Série única	TR + 9,00%	01/09/2031	101.274	118.737
Total 5ª emissão			101.274	118.737
Subscrição 8ª emissão				
1ª série	TJLP + 1,87%	15/06/2028	24.204	33.037
2ª série	IPCA + 8,18%	15/06/2028	16.497	22.099
Total 8ª emissão			40.701	55.136
Subscrição 11ª emissão				
1ª série	TJLP + 2,62%	15/01/2031	75.074	87.592
2ª série	IPCA + 8,85%	15/01/2031	45.772	52.410
Total 11ª emissão			120.846	140.002

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora / Consolidado			
	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	Valor contábil	
			31/12/2025	31/12/2024
Subscrição 12ª emissão				
2ª série	IPCA + 5,27%	15/01/2026	15.457	44.382
Total 12ª emissão			15.457	44.382
Subscrição 13ª emissão				
3ª série	IPCA + 6,50%	15/07/2025	-	32.350
Total 13ª emissão			-	32.350
Subscrição 14ª emissão				
2ª série	IPCA + 4,30%	15/06/2026	25.255	72.518
Total 14ª emissão			25.255	72.518
Subscrição 15ª emissão				
Série única	CDI + 1,75%	16/12/2025	-	154.654
Total 15ª emissão			-	154.654
Subscrição 16ª emissão				
1ª série	IPCA + 5,23%	15/09/2031	231.857	258.842
2ª série	CDI + 1,30%	15/09/2026	117.591	273.949
Total 16ª emissão			349.448	532.791
Subscrição 17ª emissão				
1ª série	CDI + 1,30%	16/12/2029	710.147	753.807
Total 17ª emissão			710.147	753.807
Subscrição 18ª emissão				
1ª Série	CDI + 1,20%	16/09/2030	114.377	114.198
2ª Série	IPCA + 7,10%	16/09/2030	869.814	832.435
Total 18ª emissão			984.191	946.633
Subscrição 19ª emissão				
1ª Série	CDI + 0,90%	15/07/2034	497.224	493.601
2ª Série	IPCA + 7,27%	15/07/2034	882.192	844.277
Total 19ª emissão			1.379.416	1.337.878
Subscrição 20ª emissão				
1ª Série	CDI + 0,60%	15/05/2035	419.168	-
2ª Série	IPCA + 8,21%	15/05/2035	499.184	-
Total 20ª emissão			918.352	-
Subscrição 21ª emissão				
1ª Série	CDI + 0,52%	15/10/2035	307.467	-
2ª Série	IPCA + 8,33%	15/10/2035	304.816	-
Total 21ª emissão			612.283	-
Total de debêntures			5.257.370	4.188.888
Custo de captação			(41.311)	(40.617)
Total			5.216.059	4.148.271

Em julho de 2024, foi efetivada a 19ª Emissão Pública de Debêntures simples no montante de R\$1.300.000, em duas séries; sendo (i) primeira série no montante de R\$482.000, com remuneração atrelada à taxa DI adicionada de 0,90% ao ano; e (ii) segunda série no montante de R\$818.000, cuja remuneração é vinculada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 7,2735% ao ano. O prazo de vencimento para ambas as séries é de 10 (dez) anos. Os recursos estão sendo destinados à execução de parte do programa de investimento da Companhia e reserva de liquidez.

Em maio de 2025, foi efetivada a 20ª Emissão Pública de Debêntures simples no montante de R\$900.000, em duas séries; sendo (i) primeira série no montante de R\$412.000, com remuneração atrelada à taxa DI adicionada de 0,60% ao ano; e (ii) segunda série no montante de R\$488.000, cuja remuneração é vinculada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 8,21% ao ano. O prazo de vencimento para ambas as séries é de 10 (dez) anos. Os recursos estão sendo destinados à execução de parte do programa de investimento da COPASA MG e suas subsidiárias.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em outubro de 2025, foi efetivada a 21ª Emissão Pública de Debêntures simples no montante de R\$600.000, em duas séries; sendo (i) primeira série no montante de R\$300.000, com remuneração atrelada à taxa DI adicionada de 0,52% ao ano; e (ii) segunda série no montante de R\$300.000, cuja remuneração é vinculada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 8,3342% ao ano. O prazo de vencimento para ambas as séries é de 10 (dez) anos. Os recursos estão sendo destinados à execução de parte do programa de investimento da COPASA MG e suas subsidiárias.

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Saldo Inicial	4.148.271	3.314.437
Ingressos de debêntures	1.500.000	1.300.000
Encargos provisionados	480.821	337.772
Variação monetária	103.111	80.595
Amortização de encargos	(455.495)	(316.515)
Amortização de principal	(559.955)	(560.082)
Custo de captação	(8.944)	(15.076)
Amortização do custo de captação	8.250	7.140
Saldo final	5.216.059	4.148.271
Passivo circulante	602.232	586.987
Passivo não circulante	4.613.827	3.561.284

A Companhia mantém cauções em valores monetários, conforme citado na Nota Explicativa 8, além de garantia de cessão fiduciária de sua arrecadação, conforme Nota Explicativa 23.1 (e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas.

Os montantes registrados no passivo não circulante de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	535.422
2027	595.891	581.717
2028	795.521	664.514
2029	880.832	656.662
2030 até 2043	2.375.361	1.155.729
Custo de captação	(33.778)	(32.760)
Total	4.613.827	3.561.284

(c) Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants* e garantias

A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e indicadores não financeiros, com periodicidade de apuração do resultado distinta, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices e indicadores, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

Considerando a aprovação da Lei Estadual 25.664/25, que autoriza o Poder Executivo a adotar ações e medidas necessárias para promover a desestatização da COPASA MG - vide Notas Explicativas 1 e 35 - foram realizadas, em janeiro de 2026, Assembleias Gerais de Debenturistas (AGDs) referentes às emissões de debêntures públicas das 14ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª e 21ª emissões da Companhia, na qual os titulares dos títulos aprovaram a anuência ao processo de desestatização da COPASA MG, atualmente em andamento.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essa aprovação contempla a concordância formal dos credores quanto à continuidade do processo, nos termos apresentados pela Administração, e confirma o atendimento às condições previstas nos respectivos instrumentos de emissão, não resultando em inadimplemento, vencimento antecipado, revisão de condições financeiras ou quaisquer outros impactos sobre os contratos de dívida existentes até a presente data de divulgação destas demonstrações financeiras. Quanto aos demais credores, as negociações seguem em andamento.

A Companhia mantém seus compromissos financeiros inalterados e continua a observar integralmente as obrigações previstas nos seus contratos de financiamento e nas escrituras de emissão vigentes.

Em dezembro de 2025, a Companhia obteve, mediante o pagamento de prêmio, *waiver* junto ao credor correlato à 5ª emissão de Debêntures, em relação ao não atingimento do *covenant* financeiro Passivo Exigível dividido pelo Patrimônio Líquido. Desta forma, a Companhia vem cumprindo todos os *covenants* estabelecidos nos instrumentos contratuais.

17. Provisão para Demandas Judiciais

(a) Demandas judiciais provisionadas

A composição das provisões para demandas judiciais está assim demonstrada:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Controladora:						
Trabalhistas	100.416	(22.939)	77.477	59.884	(16.400)	43.484
Cíveis	86.912	(1.332)	85.580	87.023	(1.536)	85.487
Tributárias	16.001	(70)	15.931	14.026	(314)	13.712
Ambientais	7.678	-	7.678	2.848	-	2.848
Criminais	155	-	155	2.751	-	2.751
Administrativos	22.484	-	22.484	10.063	-	10.063
Saldo final	233.646	(24.341)	209.305	176.595	(18.250)	158.345
	31/12/2025			31/12/2024		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Consolidado:						
Trabalhistas	100.813	(23.156)	77.657	59.940	(16.450)	43.490
Cíveis	87.458	(1.332)	86.126	87.335	(1.536)	85.799
Tributárias	16.001	(70)	15.931	14.026	(314)	13.712
Ambientais	7.792	-	7.792	2.958	-	2.958
Criminais	155	-	155	2.751	-	2.751
Administrativos	22.484	-	22.484	10.063	-	10.063
Saldo final	234.703	(24.558)	210.145	177.073	(18.300)	158.773

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do exercício de 2025 é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024, antes da compensação de depósitos judiciais	176.595	177.073
Adições	122.409	123.602
Atualizações	10.396	10.422
Reversões	(26.580)	(26.586)
Pagamentos	(49.174)	(49.808)
Total provisões	233.646	234.703
Compensação de depósitos	(24.341)	(24.558)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	209.305	210.145

As adições e reversões referem-se a inclusão de novos processos e reavaliações de prognósticos de perda em processos judiciais contra a COPASA MG, conforme análise feita pela área jurídica, com base em jurisprudências ou sentenças/acórdãos prolatados pelo judiciário e validação no âmbito da Administração da Companhia. As atualizações referem-se à correção monetária do saldo provisionado.

As movimentações na controladora podem ser assim resumidas:

1. Adições no valor de R\$122.409, referentes a constituição de provisão para as ações judiciais, sendo aumento nas provisões trabalhistas de R\$58.875, cíveis de R\$37.865, tributárias de R\$1.962, ambientais de R\$5.376, criminais de R\$182 e administrativas de R\$18.149.
2. Atualizações de processos no valor de R\$10.396, sendo R\$4.189 provisões trabalhistas, R\$4.589 cíveis, R\$598 tributárias, R\$144 ambientais, R\$165 criminais e R\$711 administrativas.
3. Reversões líquidas no montante de R\$26.580, sendo basicamente de provisões cíveis.
4. Pagamentos realizados no valor de R\$49.174, distribuídos da seguinte forma: R\$20.530 referentes a ações trabalhistas, R\$24.294 a ações cíveis, R\$516 a ações tributárias, R\$611 a ações ambientais, R\$358 a ação criminal e R\$2.865 a ações administrativas.

A movimentação do exercício de 2024 é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023, antes da compensação de depósitos judiciais	156.947	157.509
Adições	70.646	70.988
Atualizações	13.068	13.058
Reversões	(10.376)	(10.399)
Pagamentos	(53.690)	(54.083)
Total provisões	176.595	177.073
Compensação de depósitos	(18.250)	(18.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	158.345	158.773

As movimentações do exercício de 2024 na controladora podem ser assim resumidas:

1. Adições no valor de R\$70.646, referentes a constituição de provisão para as ações trabalhistas, cíveis e tributárias, sendo aumento nas provisões trabalhistas de R\$29.156, cíveis de R\$28.543 e tributárias de R\$12.947.
2. Atualizações de processos no valor de R\$13.068, sendo R\$3.445 provisões trabalhistas, R\$9.417 cíveis e R\$206 tributários.
3. Reversões líquidas no montante de R\$10.376, sendo basicamente de provisões cíveis.

4. Pagamentos efetuados no valor de R\$53.690, sendo R\$17.193 de ações trabalhistas, R\$35.462 de ações cíveis e R\$1.035 de ações tributárias.

A Companhia e suas subsidiárias figuram como partes em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os principais estão listados nos incisos a seguir:

(i) Provisões trabalhistas

As ações judiciais em que a Companhia e suas subsidiárias figuram como rés decorrem, em sua maioria, de demandas trabalhistas de empregado próprio e de prestadores de serviço, que tem como principais pedidos o pagamento de horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais decorrentes de alegações de isonomia de função. A Companhia e suas subsidiárias provisionam as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável. A classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões judiciais proferidas em cada uma das fases do processo e avaliadas pelo comitê interno de contingenciamento.

Em 2008 foi movida ação trabalhista coletiva pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e o sindicato representante dos empregados, questionando a legalidade da política de desligamento adotada naquela época, por utilizar a idade dos empregados como critério para extinção do contrato de trabalho.

Em 2023 foi celebrado um acordo na ação coletiva, devidamente homologado pela Justiça do Trabalho, tendo sido realizados pagamentos no montante de R\$102.182. O acordo encerrou a possibilidade de inclusão de potenciais interessados na Ação Coletiva. Novas execuções individuais estão suspensas em função da Ação Rescisória movida, tendo a Companhia obtido o deferimento de tutela provisória na mesma. A COPASA MG, baseada na posição de seus assessores jurídicos, manteve provisionado o montante de R\$20.230 em 31 de dezembro de 2025 (R\$8.712 em 31 de dezembro de 2024), relativo a potenciais beneficiários que não aderiram à Ação Coletiva, considerando eventuais novas ações individuais. Alguns acordos estão sendo realizados em ações individuais em curso.

(ii) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos com pedidos de pagamento de indenização por danos morais e/ou materiais ou de obrigações de fazer e de pagar oriundas de natureza comercial, entre outras matérias. A Companhia e suas subsidiárias estimam a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) ajuizou, em 2003, ação civil coletiva que teve como objeto a devolução simples aos usuários. Houve decisão definitiva favorável à COPASA MG, importando na reversão do valor provisionado, sendo que no exercício findo de 2025 é R\$0 (R\$21.758 em 31 de dezembro de 2024).

A Associação Comunitária e do Meio Ambiente da Aldeia - Ama Aldeia ajuizou, em 2003, ação civil coletiva que teve como objeto a implantação do serviço de abastecimento de água na Comunidade da Aldeia, Município de Brumadinho, estando em discussão a aplicação de multa pelo descumprimento da obrigação. O valor provisionado no exercício findo de 2025 é R\$7.603 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) Provisões tributárias

As provisões tributárias se referem a processos de execução fiscal no qual o ente público pretende o recebimento de algum crédito de natureza tributária (impostos, taxas, contribuições, contribuições de melhoria ou empréstimo compulsório) ou de natureza não tributária (multas derivadas de processos sancionatórios administrativos).

O Município de Alfenas ajuizou, em 2023, execução fiscal pretendendo a cobrança de multas aplicadas em diversos autos de infração, decorrentes de questões envolvendo a recomposição de pavimentação após a

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

realização de obras pela COPASA MG. O valor provisionado no exercício findo de 2025 é de R\$12.434 (R\$11.935 em 31 de dezembro de 2024).

(iv) Ambientais

Trata-se de ações propostas contra a Companhia e suas subsidiárias relacionadas ao curso normal dos negócios e envolvem, em regra, pedidos de reparação e/ou indenização por alegados danos ao meio ambiente, em decorrência da execução das atividades referentes ao processo de tratamento de água ou a alguma das etapas de prestação do serviço de esgotamento sanitário.

(v) Criminais

Referem-se a processos propostos pelo Ministério Público contra a COPASA MG e versam, em regra, sobre a violação a algum dos dispositivos da Lei 9.605/98, a qual dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

(vi) Administrativas

As provisões administrativas dizem respeito aos processos judiciais que têm por objeto discussões envolvendo, predominantemente, o Direito Público, incluindo-se a regulação dos serviços públicos, os contratos de concessão e de programa formalizados entre a COPASA MG e os municípios, concurso público, licitação e contratos administrativos, improbidade administrativa, cumprimento de termo de ajustamento de conduta, legislação federal, estadual e municipal que impacta nos negócios da Companhia.

O MPMG ajuizou, em 2017, ação civil coletiva que teve como objeto a adequação do sistema de abastecimento de água do Município de Bom Despacho e a indenização por dano moral coletivo decorrente de eventos de desabastecimento ocorridos naquele ano. Houve decisão desfavorável à COPASA MG, ainda em fase recursal. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2025 é R\$9.956 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Demandas judiciais não provisionadas

A Companhia e suas subsidiárias discutem em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia e suas subsidiárias consideram ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial. Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia e suas subsidiárias são partes passiva, estão assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas (i)	119.477	98.412	120.491	99.426
Cíveis (ii)	588.413	611.456	598.508	621.665
Tributárias (iii)	195.768	179.560	195.768	179.586
Ambientais	69.210	54.971	69.237	54.971
Criminais	952	16	958	110
Administrativas	92.383	71.665	97.790	75.071
Total	1.066.203	1.016.080	1.082.752	1.030.829

(i) Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia e suas subsidiárias têm responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos relacionados à rescisão dos contratos de trabalho, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos às empreiteiras, prestadores de serviços e fornecedores.

(ii) Cíveis

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, Associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais.

Ações individuais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em um número significativo de ações individuais indenizatórias. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas subsidiárias.

Recomposição Asfáltica – Belo Horizonte

A Companhia é parte em ação civil pública ajuizada pelo MPMG, requerendo a realização de obras de recomposição asfáltica decorrentes de intervenções realizadas na sua prestação dos serviços públicos de saneamento básico no município de Belo Horizonte, em observância ao Código de Posturas desse Município (Lei Municipal 8.616/03). A Companhia foi condenada, em decisão transitada em julgado, na obrigação de realizar as obras de recomposição de pavimento em conformidade com o citado Código.

Em 05 de dezembro de 2025, a Companhia firmou, com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Instrumento de Acordo que estabelece diretrizes para a formalização de futuro Termo Aditivo aos instrumentos de prestação dos serviços no Município (Nota Explicativa 5). No referido Instrumento, as partes se comprometeram a buscar solução consensual, juntamente com o Ministério Público, para a referida ação civil pública, incluindo a definição do valor a ser ressarcido ao Município e a metodologia de recomposição de pavimentos. A efetiva implementação das obrigações da Companhia dependerá da formalização do Termo Aditivo previsto no acordo e das aprovações técnicas, jurídicas e societárias aplicáveis.

Ações Coletivas

A Companhia e suas subsidiárias são partes em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 36 de nossos contratos de concessão. Essas ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalta-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia e suas subsidiárias, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

(iii) Tributárias

Trata-se de ações nas quais a Companhia e suas subsidiárias são acionadas pela Fazenda Pública, seja ela Nacional, Estadual ou Municipal, para cobrança de créditos de natureza tributária (decorrente de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e/ou empréstimo compulsório) e para cobrança de créditos de natureza não-tributária (como os decorrentes de imposição de multas administrativas).

(iv) Ambientais

Trata-se de ações propostas contra a Companhia e suas subsidiárias relacionadas ao curso normal dos negócios e envolvem, em regra, pedidos de reparação e/ou indenização por alegados danos ao meio ambiente, em decorrência da execução das atividades referentes ao processo de tratamento de água ou a alguma das etapas de prestação do serviço de esgotamento sanitário.

(c) Passivos ambientais na esfera administrativa, não provisionados

(i) Termo de Autocomposição n.º 28/2025 (TAC/CPRAC 654/2025)

O Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), formalizou, em outubro de 2025, a concessão de uso de 8 (oito) barragens estratégicas à COPASA MG, pelo prazo de 30 anos. Em novembro de 2025, a Companhia celebrou com a SEAPA, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) o Termo de Autocomposição (TAC) n.º 28/2025, visando a regularização ambiental e a implementação integral do Plano de Segurança de Barragens (PSB) aplicável às referidas estruturas. O TAC estabelece diversas obrigações de fazer, num montante estimado em R\$82 milhões em 31 de dezembro de 2025, que serão incorporadas e capitalizadas ao patrimônio da Companhia ao longo do cronograma definido no Termo, com horizonte final de execução até o final de 2029.

A Companhia entende que o Termo de Autocomposição constitui instrumento essencial para a regularização das barragens, mitigação dos riscos e tratamento dos passivos ambientais associados a essas estruturas, contribuindo para a segurança operacional e para a conformidade regulatória.

(ii) Autos de Infração Ambientais

A Companhia e suas subsidiárias possuem autos de infração de natureza ambiental aplicados por autoridades municipais, estadual e federal em discussão na esfera administrativa. O montante total de tais Autos de Infração em 31 de dezembro de 2025 é de R\$140.620, histórico. No entender da Companhia, tratam-se de fiscalizações administrativas relacionadas ao curso normal dos negócios e envolvem, em regra, autuações por intervenção no meio ambiente em decorrência da execução das atividades referentes ao processo de tratamento de água ou a alguma das etapas de prestação do serviço de esgotamento sanitário, sendo sua probabilidade de perda avaliada como possível.

A Administração mantém acompanhamento permanente dos processos e autos de infração ambientais da execução do TAC, avaliando continuamente os reflexos financeiros e operacionais decorrentes destes passivos.

(d) Processos referentes a devolução de tarifas

A Arsae-MG, no exercício de suas competências fiscalizatórias, instaurou 52 processos administrativos regulatórios, com o fito de apurar supostas cobranças indevidas de valores aos usuários da COPASA MG/COPANOR, em decorrência de potenciais irregularidades entre as informações de cadastro de rede, as informações do cadastro comercial e as informações do banco de faturamento das Companhias, bem como pela suposta aplicação incorreta da metodologia de cálculo de faturas emitidas segundo o procedimento de faturamento pela média histórica de consumo e, ainda, em virtude de pretenso faturamento irregular face ao rompimento de interceptores de esgoto, da COPASA MG, que atende à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A Entidade Reguladora, em cada um desses processos administrativos, definiu a necessidade de aplicar à Companhia a penalidade de devolução de valores em dobro aos usuários, corrigidos por IPCA + juros de 1% ao mês, quando tratar-se de débitos anteriores a 20 de julho de 2020, conforme Resolução Arsae MG nº 40/2013, e corrigidos pela Taxa Selic, quando tratar-se de débitos a partir de 20 de julho de 2020, conforme a Resolução Arsae MG nº 131/2019.

O assunto foi apresentado no Conselho de Administração da COPASA MG no dia 15 de dezembro de 2023, oportunidade em que os Conselheiros manifestaram discordância em relação às condições propostas pela Agência Reguladora no que tange à penalidade aplicada à COPASA MG, deliberando, assim, pela suspensão das devoluções já iniciadas, autorização da continuidade na tramitação dos processos judiciais e ajuizamento de ação judicial dos processos administrativos que não foram judicializados.

Até dezembro de 2025, dos 52 processos administrativos da Arsae-MG, a COPASA MG/COPANOR distribuíram 47 ações judiciais, visando à declaração de nulidade das penalidades de devolução de valores ou, alternativamente, a redução dos valores e a aplicação de índice de atualização monetária mais favorável. Quanto aos demais processos administrativos a Companhia segue avaliando a melhor estratégia a ser adotada em cada caso concreto, não se descartando a judicialização. O valor em discussão estimado é de R\$42.651 em 31 de dezembro de 2025, e a probabilidade de perda é avaliada como possível.

(e) Ações movidas contra a Fundação Libertas

A COPASA MG é patrocinadora do Plano de Previdência Complementar denominado Plano RP1 COPASA Fechado, na modalidade Benefício Definido, administrado pela Fundação Libertas de Seguridade Social (Fundação Libertas), conforme Nota Explicativa 20. No exercício de 2012, a Fundação Libertas provisionou no referido plano R\$959,2 mil (valor histórico), referentes aos Processos Judiciais nos 89.00.10143-9 e 89.00.10134-0, movidos pelo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) contra aquela Fundação.

Tomando-se como base cálculos preliminares, o referido valor foi pago pela COPASA MG à Fundação, em conta específica, uma vez que foi cumprido o previsto no Plano de Custeio para 2013 e de acordo com o Termo de Compromisso assinado entre a COPASA MG e a Fundação Libertas.

A Fundação Libertas, em 2015, foi intimada nos autos do processo nº 89.00.10143-9, em trâmite perante a 6ª Vara Federal de Brasília, a pagar o montante de aproximadamente R\$5 milhões (valor este de atribuição ao Plano COPASA RP1). A diferença entre o valor efetivamente pago pela Fundação e o valor até então assumido pela COPASA MG (R\$959,2 mil) já foi devidamente liquidado pela COPASA MG.

No que tange ao processo nº 89.00.10134-0, em trâmite perante a 9ª Vara Federal de Brasília, a Fundação Libertas foi intimada do início da liquidação por artigos da sentença proferida no feito, tendo apresentado a sua impugnação. O processo está em fase de produção de prova pericial, sendo que já houve a apresentação de laudo preparado por perito judicial, estabelecendo o montante de R\$27,7 milhões como valor devido pela Libertas, sendo que o valor do pedido da contraparte foi de R\$1,7 bilhão, em nossa visão, valor esse descabido. Inclusive, após a apresentação de questionamentos sobre o laudo pericial, o referido valor de R\$ 27,7 milhões foi ratificado pelo perito judicial, que informou não ter identificado nos autos provas relativas aos danos emergentes e lucros cessantes. Ainda não houve o encerramento da liquidação e, tampouco, a prolação de sentença acerca do montante devido, estando o processo sujeito a recursos e à consequente delimitação das eventuais obrigações que deverão ser, posteriormente, objeto de cumprimento de sentença.

A COPASA MG não é parte nos referidos processos, tampouco responsável por qualquer pagamento advindo da condenação da Fundação Libertas. Não obstante, tal provisão foi considerada na avaliação atuarial, elaborada de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, para efeito de reconhecimento do passivo atuarial da COPASA MG. A probabilidade de perda é avaliada como possível.

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos impostos	1.736.560	1.673.006	1.773.641	1.673.006
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(590.430)	(568.822)	(603.038)	(568.822)
IRPJ e CSLL sobre:				
(Adições) /exclusões -				
Equivalência patrimonial	3.046	(3.232)	-	-
Doações e subvenções	1.863	2.428	1.863	2.428
Outras (adições) /exclusões	(8.242)	(9.362)	(5.197)	(12.594)
Outros itens de reconciliação -				
Juros sobre o capital próprio	219.326	170.766	219.326	170.766
Incentivos fiscais	53.621	52.136	53.645	52.136
Despesa efetiva - IRPJ e CSLL	(320.816)	(356.086)	(333.401)	(356.086)
IRPJ e CSLL correntes	(347.127)	(371.448)	(360.476)	(371.448)
IRPJ e CSLL diferidos	26.311	15.362	27.075	15.362
Despesa efetiva - IRPJ e CSLL	(320.816)	(356.086)	(333.401)	(356.086)
Alíquota efetiva	18,47%	21,28%	18,80%	21,28%

A Companhia e suas subsidiárias reconhecem, de acordo com o Laudo Constitutivo nº 227/2021 expedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e com o Ato Declaratório Executivo publicado pela Receita Federal do Brasil nº 103/2022 de 26/09/2022, o direito ao uso do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda no valor de R\$32.904 (R\$32.406 no exercício de 2024). Ver Nota Explicativa 21 (b) (ii).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As bases de imposto de renda e contribuição social diferidos por diferenças temporárias são as seguintes:

Controladora	Saldo Inicial	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Saldo Final
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025				
Ativo (Passivo)				
Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	87.929	-	17.814	105.743
Provisão para demandas judiciais	60.042	-	19.398	79.440
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	34.764	-	(2.727)	32.037
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	267.237	-	39.346	306.583
Outras diferenças temporárias diversas	19.370	-	(10.186)	9.184
Operações com derivativos	-	-	1.319	1.319
Ativo (Passivo) atuarial - resultados abrangentes	(4.175)	16.682	-	12.507
Margem da receita de construção diferida	(24.199)	-	1.732	(22.467)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(199.664)	-	(40.372)	(240.036)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(13.810)	-	(236)	(14.046)
Custo de captação de empréstimos	(3.049)	-	208	(2.841)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(4.841)	15	-	(4.826)
Total ativo diferido líquido	219.604	16.697	26.296	262.597

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Ativo (Passivo) de IRPJ e CSLL sobre:

Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	87.929	-	18.171	106.100
Provisão para demandas judiciais	60.042	-	19.398	79.440
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	34.764	-	(2.727)	32.037
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	267.237	-	39.503	306.740
Outras diferenças temporárias diversas	19.370	-	(9.836)	9.534
Operações com derivativos	-	-	1.319	1.319
Ativo (Passivo) atuarial - resultados abrangentes	(4.175)	16.682	-	12.507
Margem da receita de construção diferida	(24.199)	-	1.732	(22.467)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(199.664)	-	(40.472)	(240.136)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(13.810)	-	(236)	(14.046)
Custo de captação de empréstimos	(3.049)	-	208	(2.841)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(4.841)	15	-	(4.826)
Total ativo diferido líquido	219.604	16.697	27.060	263.361

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Ativo (Passivo) de IRPJ e CSLL sobre:

	Controladora / Consolidado			
	Saldos iniciais	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Saldos finais
Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	80.617	-	7.312	87.929
Provisão para demandas judiciais	53.362	-	6.680	60.042
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	37.490	-	(2.726)	34.764
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	238.278	-	28.959	267.237
Variação cambial sobre empréstimos	(7.916)	-	7.916	-
Outras diferenças temporárias diversas	20.802	-	(1.432)	19.370
Ativo (Passivo) atuarial - resultados abrangentes	28.407	(32.582)	-	(4.175)
Margem da receita de construção diferida	(25.982)	-	1.783	(24.199)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(171.418)	-	(28.246)	(199.664)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(11.112)	-	(2.698)	(13.810)
Custo de captação de empréstimos	(849)	-	(2.200)	(3.049)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(4.855)	14	-	(4.841)
Total ativo diferido líquido	236.824	(32.568)	15.348	219.604

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As diferenças temporárias de R\$26.296 na Controladora e R\$27.060 no Consolidado (R\$15.348 em 2024 na Controladora e Consolidado), movimentadas no exercício, referem-se a IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado, no valor de R\$26.311 credor na Controladora e R\$27.075 credor no Consolidado (R\$15.362 de créditos em 2024 na Controladora e Consolidado), e R\$15 (R\$14 em 2024) de débitos de IRPJ e CSLL diferidos sobre a amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 96/97 reconhecidos no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial.

Em atendimento à Resolução CVM nº 109, de 20/05/2022 e Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitem a recuperação de créditos tributários contidos no ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2025. O saldo do ativo diferido líquido registrado em 31 de dezembro de 2025 é R\$254.916 na controladora e R\$255.680 no consolidado (R\$228.620 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e consolidado), sem os efeitos dos resultados abrangentes.

Assim, as projeções de resultados demonstram que a Companhia e suas subsidiárias deverão obter lucros suficientes para recuperar os tributos pagos, conforme a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, a seguir:

Período	Tributos a Recuperar	
	Controladora	Consolidado
Em 2026	117.312	117.989
Em 2027	22.296	22.326
Em 2028	12.483	12.483
Em 2029	12.483	12.483
Em 2030	12.484	12.483
De 2031 a 2035	661	661
Após 2035	77.197	77.255
Total	254.916	255.680

19. Convênio de Cooperação Técnica

O saldo de convênios no ativo está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	27.609	54.963	27.602	54.964
Ativo não circulante	-	2.546	-	2.546
	27.609	57.509	27.602	57.510

	Controladora			Consolidado		
	A receber	Adiantamento	Líquido	A receber	Adiantamento	Líquido
31 de dezembro de 2025						
Recursos estaduais	10.762	(9.281)	1.481	561.688	(560.214)	1.474
Recursos federais	110.573	(84.445)	26.128	110.573	(84.445)	26.128
Total	121.335	(93.726)	27.609	672.261	(644.659)	27.602
31 de dezembro de 2024						
Recursos estaduais	11.088	(9.662)	1.426	562.014	(560.587)	1.427
Recursos federais	244.398	(188.315)	56.083	244.398	(188.315)	56.083
Total	255.486	(197.977)	57.509	806.412	(748.902)	57.510

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de convênios no passivo está assim composto:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante	138	98
Passivo não circulante	4.810	4.584
	4.948	4.682

	Controladora / Consolidado		
	Adiantamento	A receber	Líquido
31 de dezembro de 2025			
Recursos estaduais	4.948	-	4.948
Total	4.948	-	4.948
31 de dezembro de 2024			
Recursos estaduais	4.682	-	4.682
Total	4.682	-	4.682

20. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

A Companhia assinou, em 07 de dezembro de 1982, convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida Fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

A partir de 1º de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o Plano RP1-BD (Benefício Definido) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o Plano Copasa Saldado-BD (Benefício Definido), criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o Copasa Novo Plano-CD (Contribuição Definida) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes.

A estatística descritiva da massa populacional vinculada aos planos RP1-BD, Copasa Saldado-BD e Copasa Novo Plano-CD, em 31 de dezembro de 2025 é:

	RP1-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD
Participantes Ativos	57	485	8.351
Participantes Remidos	12	28	-
Participantes Assistidos	152	2.265	1.545
Pensionistas	129	641	71

Os benefícios oferecidos pelo Plano RP1-BD, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo Plano Copasa Saldado-BD são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os benefícios oferecidos pelo Copasa Novo Plano-CD são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes, os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas nos planos de benefícios mantidos pela Companhia são revisadas regularmente e podem apresentar divergências com os resultados reais observados a partir de mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões, na expectativa de vida dos participantes, na volatilidade dos ativos do plano, variação na rentabilidade dos títulos e inflação.

As diretrizes de investimentos para os ativos dos planos são definidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Libertas, com base nas normas legais vigentes.

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

a) Valores reconhecidos no passivo:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contribuições normais - circulante	-	6
Obrigações de longo prazo - não circulante	47.737	-
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	47.737	6

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	2025				2024
	RP1-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD	Total	Total
Valor presente das obrigações financiadas	(57.017)	(1.108.601)	(10.565)	(1.176.183)	(1.147.617)
Valor justo dos ativos do plano	68.944	1.060.864	86.392	1.216.200	1.223.018
Efeito do teto do ativo	(11.927)	-	(75.827)	(87.754)	(75.401)
Passivo Líquido do Plano	-	(47.737)	-	(47.737)	-

A movimentação do valor presente das obrigações financiadas é a seguinte:

	2025				2024
	RP1-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD	Total	Total
Em 1º de janeiro	(55.609)	(1.081.345)	(10.663)	(1.147.617)	(1.339.568)
Custo do serviço corrente	23	-	(196)	(173)	(273)
Custo financeiro	(6.326)	(116.990)	(1.221)	(124.537)	(123.013)
Contribuições dos participantes do plano	(227)	-	(917)	(1.144)	(1.106)
Remensurações atuariais ⁽¹⁾	237	(10.809)	2.432	(8.140)	213.994
Benefícios pagos pelo plano	4.885	107.612	-	112.497	108.707
Contribuições extraordinárias ativos	-	(569)	-	(569)	(3.227)
Contribuições extraordinárias assistidos	-	(6.500)	-	(6.500)	(3.131)
Valor presente 31 de dezembro	(57.017)	(1.108.601)	(10.565)	(1.176.183)	(1.147.617)

⁽¹⁾ A perda apurada decorre principalmente da redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial para o exercício de 2025, em comparação com a premissa utilizada em 2024, aumentando o valor presente dos compromissos futuros dos planos.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	2025				2024
	RP1-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD	Total	Total
Em 1º de janeiro	64.974	1.082.705	75.339	1.223.018	1.291.237
Retorno real sobre os ativos do plano	8.407	78.702	9.220	96.329	8.592
Contribuições do empregador	221	-	916	1.137	24.432
Contribuições dos empregados	227	-	917	1.144	1.106
Benefícios pagos	(4.885)	(107.612)	-	(112.497)	(108.707)
Contribuições extraordinárias ativos	-	569	-	569	6.358
Contribuições extraordinárias assistidos	-	6.500	-	6.500	-
Contribuições extraordinárias patrocinadora	-	-	-	-	-
Valor justo 31 de dezembro	68.944	1.060.864	86.392	1.216.200	1.223.018

b) Os valores com impacto na demonstração do resultado são:

	Controladora / Consolidado				2024
	2025				Total
	RP1 -BD	Copasa Saldado -BD	Copasa Novo Plano-CD	Total	Total
Custo dos serviços correntes	23	-	(196)	(173)	(273)
Custo financeiro	(6.326)	(116.990)	(1.221)	(124.537)	(123.013)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	7.390	117.510	8.624	133.524	118.544
Juros sobre o efeito do teto do ativo	(1.065)	(155)	(7.403)	(8.623)	(5.942)
(Despesas) Receitas	22	365	(196)	191	(10.684)

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício	(32.383)	63.247
(Perdas) Ganhos atuariais acumuladas no resultado abrangente até o exercício	(24.279)	8.103

c) Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são:

	Controladora / Consolidado				2024
	2025				Total
	RP1-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD	Total	Total
(Perdas) ganhos atuariais	237	(10.809)	2.432	(8.140)	213.995
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	1.017	(38.807)	597	(37.193)	(109.953)
Mudança no efeito do teto de ativo	(1.498)	1.514	(3.748)	(3.732)	(8.213)
(Perda) Ganho Bruto	(244)	(48.102)	(719)	(49.065)	95.829
Impostos	83	16.355	244	16.682	(32.582)
(Perda) Ganho Líquido	(161)	(31.747)	(475)	(32.383)	63.247

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	RP1-BD	Copasa Saldado -BD	Copasa Novo Plano-CD)
Em 2025:			
Taxa anual de desconto	11,049% a.a.	11,12% a a.	11,09% a a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,049% a.a.	11,12% a a.	11,09% a a.
Aumento anual de salário	5,258% a.a.	3,60% a.a.	-
Taxa de inflação projetada	3,600% a.a.	3,60% a.a.	3,60% a.a
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 Basic M&F	BR-EMSsb 2015 (M&F)	BR-EMSsb 2015 (M&F)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M	AT 49 M	AT 49 M (A80%)
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927	Light fraca D50%
	RP1-BD	Copasa Saldado -BD	Copasa Novo Plano-CD)
Em 2024:			
Taxa anual de desconto	11,37% a.a.	11,37% a a.	11,45% a a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,37% a.a.	11,37% a a.	11,45% a a.
Aumento anual de salário	5,36% a.a.	3,70% a.a.	-
Taxa de inflação projetada	3,70% a.a.	3,70% a.a.	3,70% a.a
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 Basic M&F	BR-EMSsb 2015 (M&F)	BR-EMSsb 2015 (M&F)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M	AT 49 M	AT 49 M (A80%)
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927	Light fraca D50%

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2025.

c) Análises de sensibilidade das principais hipóteses:

	Plano RP1		
Hipótese de Mortalidade	AT-2000 Basic M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial	(57.017)	(56.098)	(57.805)
Ativo justo	68.944	68.944	68.944
Superávit (déficit)	11.927	12.846	11.139
Variações	-	7,71%	-6,61%
Taxas de Juros Real			
	5,59%	0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(57.017)	(55.750)	(58.134)
Ativo justo	68.944	68.944	68.944
Superávit (déficit)	11.927	13.194	10.810
Variações	-	10,62%	-9,37%

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Copasa Saldado-BD		
	BR-EMSsb 2015 M&F	Idade +1	Idade -1
Hipótese de Mortalidade			
Obrigação atuarial	(1.108.601)	(1.088.192)	(1.130.552)
Ativo justo	1.060.864	1.060.865	1.060.865
Superávit (déficit)	(47.737)	(27.327)	(69.687)
Variações	-	-42,76%	45,98%
Taxas de Juros Real	5,56%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(1.108.601)	(1.087.059)	(1.130.851)
Ativo justo	1.060.864	1.060.865	1.060.865
Superávit (déficit)	(47.737)	(26.194)	(69.986)
Variações	-	-45,13%	46,61%

	Copasa Novo Plano-CD		
	BR-EMSsb 2015 M&F	Idade +1	Idade -1
Hipótese de Mortalidade			
Obrigação atuarial	(10.565)	(11.609)	(9.518)
Ativo justo	86.392	86.392	86.392
Superávit (déficit)	75.827	74.783	76.874
Variações	-	-1,38%	1,38%
Taxas de Juros Real	5,56%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(10.565)	(10.475)	(10.657)
Ativo justo	86.392	86.392	86.392
Superávit (déficit)	75.827	75.917	75.735
Variações	-	0,12%	-0,12%

As análises de sensibilidade apresentadas para os planos baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, bem como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

21. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A Companhia faz parte do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo seu capital formado exclusivamente por ações ordinárias. Em Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2025, foi deliberado a integralização de R\$1.393.469 ao Capital Social, sem emissão de novas ações, visando a adequação do excesso da Reserva de Lucros em relação ao Capital Social da Companhia. O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$5.000.000 (R\$3.606.531 em 31 de dezembro de 2024), representado por 380.253.069 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

- Subvenções Governamentais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais. No exercício de 2025, foi registrado no resultado, o valor de R\$5.478 (R\$7.140 no exercício de 2024), referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia, concedido pela ANA, com recursos do PRODES (Nota Explicativa 15).

- Incentivos Fiscais – SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14/2001, atualizada pela Lei nº 13.799/2019, concede redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração, para empresas que realizam investimentos em setores prioritários nas regiões da SUDENE e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A COPASA MG, que atua em 636 municípios de Minas Gerais, possui 167 municípios na área de abrangência da SUDENE e teve seu direito ao benefício aprovado. O incentivo, válido de 2021 a 2030, abrange atividades de captação, tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário, setor classificado como prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício é reconhecido no resultado da Companhia conforme o CPC 07 (R1) (IAS 20) e destinado à Reserva de Incentivos Fiscais, podendo ser usado apenas para aumento do capital social ou absorção de prejuízos, conforme a Lei nº 6.404/1976. Em 2025, a COPASA MG reconheceu R\$32.904 de incentivo fiscal (R\$32.406 no exercício de 2024).

(iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$653.314 (R\$605.793 em 2024) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “Programa Plurianual de Investimentos”.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

(i) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota Explicativa 19). Em 31 de dezembro de 2025, essa conta totaliza o saldo devedor de R\$24.279 (credor de R\$8.103 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Correção monetária sobre ativos – anos 1996/1997, líquida de IRPJ e CSLL, de R\$9.373 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$9.399 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

(d) Remuneração aos acionistas

- Política de Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia possui Política de Dividendos, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 28 de abril de 2023, cujo conteúdo encontra-se sumariado a seguir:

Dividendos Regulares - O Conselho de Administração definirá, quando da aprovação do orçamento empresarial do exercício, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído, observando o mínimo estatutário de 25% e o limite de 50%. A declaração deverá ocorrer trimestralmente e o pagamento será realizado em até 60 dias, a contar da data da declaração, à exceção dos valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na AGO.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dividendos Extraordinários - As distribuições deverão ser precedidas de análise do Conselho de Administração, devendo ser observadas as diretrizes gerais compreendendo o interesse público que justificou a criação da COPASA MG, a garantia de recursos, em seu Plano de Investimentos, para atendimento ao estabelecido na Lei Federal n.º 11.445/2007 e na Lei Federal n.º 14.026/2020, bem como as restrições legais, regulatórias, estatutárias, financeiras e os *covenants*.

- **Dividendos Regulares**

O Conselho de Administração definiu, para o exercício de 2025, o percentual de Dividendos Regulares correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei Federal nº 6.404/1976, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP e/ou dividendos.

Foram declarados R\$653.287 a título de Dividendos Regulares, dos quais R\$514.555 foram pagos e R\$138.732 terão sua data de pagamento definida na AGO, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valores	Data do Pagamento
Dividendos 1T25	RCA 26/02/2025	05/03/2025	67.235	25/04/2025
JCP 1T25	RCA 26/02/2025	05/03/2025	113.334	25/04/2025
JCP 2T25	RCA 12/06/2025	23/06/2025	164.281	11/08/2025
JCP 3T25	RCA 11/09/2025	22/09/2025	169.705	10/11/2025
JCP 4T25	RCA 11/12/2025	22/12/2025	138.044	A ser definida na AGO
Dividendos complementares 4T25	RCA 25/02/2026	06/03/2026	688	A ser definida na AGO
Dividendos e JCP 2025			653.287	
Dividendos extraordinários ⁽ⁱ⁾	RCA 11/12/2025	16/12/2025	140.288	26/12/2025
JCP extemporâneo ⁽ⁱ⁾	RCA 11/12/2025	16/12/2025	59.712	26/12/2025
Total			853.287	

⁽ⁱ⁾ Remuneração extraordinária aos acionistas deliberada em 11 de dezembro de 2025, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.415.744	1.316.920
Reserva legal - (5%)	(70.787)	(65.846)
Reserva de incentivos fiscais - subvenção governamental	(5.478)	(7.140)
Reserva de incentivos fiscais - SUDENE	(32.904)	(32.406)
Lucro disponível para distribuição	1.306.575	1.211.528
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	326.644	302.882

- **Dividendos Extraordinários**

No âmbito da Política de Dividendos foi deliberado em Assembleia Geral realizada em 11 de dezembro de 2025, a distribuição de R\$140.288 na forma de Dividendos Extraordinários e R\$59.712 na forma de JCP extemporâneo, pagos em 26 de dezembro de 2025 (R\$300.000 pago em 10 de maio de 2024), utilizando parte da Reserva de Retenção de Lucros existente no balanço do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Movimentação da rubrica de “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”:

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Dividendos e JCP a pagar no início do exercício	144.028	430.991
Juros sobre o capital próprio	585.364	502.251
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(38.013)	(34.955)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(606.635)	(421.954)
Dividendos regulares e extraordinários	207.523	403.512
Dividendos complementares	688	-
Dividendos pagos	(220.935)	(735.561)
JCP extemporâneo	59.712	-
JCP e Dividendos prescritos	(31)	(256)
Dividendos e JCP a pagar no final do exercício	131.701	144.028

(e) Destinação dos lucros

Conforme previsto no art. 192 da Lei 6.404/76, o lucro líquido do exercício será assim destinado:

	Controladora	
	2025	2024
Reserva Legal	70.787	65.846
Reserva de incentivos fiscais - subvenção governamental	5.478	7.140
Reserva de incentivos fiscais - SUDENE	32.904	32.406
Realização da correção monetária de ativos	(26)	(28)
Remuneração aos acionistas	653.287	605.763
Reserva de retenção de lucros	653.314	605.793
Lucro Líquido	1.415.744	1.316.920

(f) Lucro por ação

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias de emissão da Companhia ao longo do exercício, excluindo as ações ordinárias mantidas em tesouraria.

	Controladora/Consolidado	
	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.415.744	1.316.920
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	379.181	379.181
Lucro básico por ação (em Reais)	3,73	3,47

- Diluído

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há instrumentos dilutivos.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Informação por Segmento de Negócios

A Administração da Companhia e suas subsidiárias definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto, resíduos sólidos. A Companhia e suas subsidiárias não possuem receitas intersegmentos, possuindo apenas de clientes externos.

(i) Resultado

	Consolidado				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Outros	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025					
Receita operacional bruta	5.389.918	2.783.759	5.771	907.673	9.087.121
Tributos sobre vendas	(498.707)	(257.517)	(707)	-	(756.931)
Receita operacional líquida	4.891.211	2.526.242	5.064	907.673	8.330.190
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.435.964)	(1.774.628)	(3.557)	(907.673)	(6.121.822)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	1.455.247	751.614	1.507	-	2.208.368
Outras despesas operacionais líquidas					(201.309)
Resultado financeiro, líquido					(257.914)
Lucro operacional antes dos impostos					1.749.145

	Consolidado				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Outros	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024					
Receita operacional bruta	5.117.454	2.624.246	5.590	847.692	8.594.982
Tributos sobre vendas	(473.531)	(242.761)	(684)	-	(716.976)
Receita operacional líquida	4.643.923	2.381.485	4.906	847.692	7.878.006
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.221.557)	(1.652.071)	(3.403)	(847.692)	(5.724.723)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	1.422.366	729.414	1.503	-	2.153.283
Outras despesas operacionais líquidas					(158.742)
Resultado financeiro, líquido					(321.535)
Lucro operacional antes dos impostos					1.673.006

A amortização e depreciação do ativo está assim alocada:

Exercícios findos em 31 de dezembro de	Consolidado			
	2025			2024
	Amortização	Depreciação	Total	Total
Serviços de água	201.017	76.164	277.181	243.882
Serviços de esgoto	340.620	30.334	370.954	328.595
Outros ativos	250.590	47.714	298.304	228.528
Total	792.227	154.212	946.439	801.005

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Exercícios findos em 31 de dezembro de	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	907.673	847.692
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	(907.673)	(847.692)
Margem de construção	-	-

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Intangível		
Serviços de água	2.324.226	1.816.310
Serviços de esgoto	3.724.638	3.553.052
Outros	1.131.116	893.290
Total do intangível	7.179.980	6.262.652
Imobilizado		
Serviços de água	1.054.109	1.091.251
Serviços de esgoto	221.472	244.664
Outros	482.509	400.874
Total do imobilizado	1.758.090	1.736.789
Ativo de Contrato		
Serviços de água	795.177	702.136
Serviços de esgoto	1.501.625	1.254.924
Outros	1.370.913	1.217.869
Total do ativo de contrato	3.667.715	3.174.929
Ativo Financeiro		
Serviços de água	833.779	424.229
Serviços de esgoto	1.018.493	825.993
Outros	164.415	131.507
Total do ativo financeiro	2.016.687	1.381.729

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

23. Gestão de Risco Financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define a Declaração Estratégica da Companhia e suas subsidiárias.

A Companhia e suas subsidiárias utilizam-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias; no médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial; no longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de 5 anos, complementado por projeção econômico-financeira em um horizonte de tempo de 10 (dez) anos, e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia e suas subsidiárias monitoram seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia e de suas subsidiárias é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia e de suas subsidiárias são:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos e debêntures, CDBs e aplicações financeiras.

As análises de sensibilidade, conforme tabelas dos itens (b) e (c) seguintes, foram elaboradas pela Companhia com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida, e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras, todos a valores constantes. As análises excluem o impacto das alterações nas variáveis de mercado sobre o valor das obrigações de aposentadoria e pós-emprego, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(b) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia e suas subsidiárias decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos, sobretudo os empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia e suas subsidiárias estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros e da inflação, com impacto nos empréstimos e financiamentos.

A Companhia possuía 78,13% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, da TR, do IPCA e do CDI, e 21,87% indexados em moeda estrangeira (euro), em 31 de dezembro de 2025. As operações referentes aos empréstimos, financiamentos, debêntures e suas respectivas taxas de juros estão divulgadas abaixo:

Endividamento – Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor	Saldo Devedor (incluindo provisão de juros)	% Saldo Devedor Total
<u>Em Moeda Nacional:</u>							
Financiamentos – FGTS	- (1)	7,30% a 8,50%	TR	16/01/2043	702.953	705.098	9,24%
Debêntures – 5ª Emissão							
Série única	20/09/2011	9,00%	TR	01/09/2031	100.382	101.274	1,33%
Debêntures – 8ª Emissão							
1ª Série	15/06/2015	1,87%	TJLP	15/06/2028	24.123	24.204	0,32%
2ª Série	15/06/2015	8,18%	IPCA	15/06/2028	16.441	16.497	0,22%
Debêntures 11ª Emissão							
1ª Série	15/01/2017	2,62%	TJLP	15/01/2031	74.799	75.074	0,98%
2ª Série	15/01/2017	8,85%	IPCA	15/01/2031	45.603	45.772	0,60%
Debêntures de Mercado - 12ª Emissão							
2ª Série	15/01/2018	5,27%	IPCA	15/01/2026	15.087	15.457	0,20%

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Endividamento – Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor	Saldo Devedor (incluída provisão de juros)	% Saldo Devedor Total
Debêntures de Mercado - 14ª Emissão							
2ª Série	15/06/2019	4,30%	IPCA	15/06/2026	25.209	25.255	0,33%
Debêntures de Mercado - 16ª Emissão							
1ª Série	15/09/2021	5,23%	IPCA	15/09/2031	228.366	231.857	3,04%
2ª Série	15/09/2021	1,30%	CDI	15/09/2026	116.814	117.591	1,54%
Debêntures de Mercado - 17ª Emissão							
Série única	16/12/2022	1,30%	CDI	16/12/2029	705.882	710.147	9,31%
Debêntures de Mercado - 18ª Emissão							
1ª Série	15/09/2023	1,20%	CDI	16/09/2030	113.626	114.377	1,50%
2ª Série	15/09/2023	7,10%	IPCA	16/09/2030	867.213	869.814	11,40%
Debêntures de Mercado - 19ª Emissão							
1ª Série	15/07/2024	0,90%	CDI	15/07/2034	482.000	497.224	6,52%
2ª Série	15/07/2024	7,27%	IPCA	15/07/2034	869.261	882.192	11,56%
Debêntures de Mercado - 20ª Emissão							
1ª Série	15/05/2025	0,60%	CDI	15/05/2035	412.000	419.168	5,49%
2ª Série	15/05/2025	8,21%	IPCA	15/05/2035	494.517	499.184	6,54%
Debêntures de Mercado - 21ª Emissão							
1ª Série	15/10/2025	0,52%	CDI	15/10/2035	300.000	307.467	4,03%
2ª Série	15/10/2025	8,33%	IPCA	15/10/2035	300.681	304.816	3,99%
Total						5.962.468	

(1) Diversas datas.

Dessa forma, são realizadas análises que consideram a possibilidade de refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos, de forma a otimizar o custo de capital da Companhia.

Sensibilidade a taxas de juros

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma eventual mudança em variáveis de mercado nos seus empréstimos, financiamentos e debêntures. Nessa análise, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação seria afetado conforme cenários demonstrados a seguir:

Indicadores	Exposição	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	(i)	Provável (ii)	+25%	-25%	+50%	-50%
TJLP (iii)	98.922	8,05%	10,06%	6,04%	12,08%	4,03%
Variação do Principal	-	7.963	9.954	5.972	11.945	3.982
IPCA	2.862.377	4,00%	5,00%	3,00%	6,00%	2,00%
Variação do Principal	-	114.495	143.119	85.871	171.742	57.247
DI	2.130.322	12,63%	15,79%	9,47%	18,95%	6,32%
Impactos nos Juros	-	269.060	336.325	201.795	403.589	134.530
TR	803.335	1,97%	2,46%	1,48%	2,95%	0,98%
Variação do Principal e Juros	-	15.821	19.776	11.866	23.732	7.911
Spread Fixo - Euribor (iv)	1.326.186	2,24%	2,80%	1,68%	3,36%	1,12%
Impacto nos Juros	-	29.707	37.133	22.280	44.560	14.853
Spread Fixo (iv)	336.910	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Sem Impacto	-	-	-	-	-	-
Total	7.558.052	437.046	546.307	327.784	655.568	218.523

(i) Principal em 31 de dezembro de 2025, excluído custo de captação.

(ii) Fontes dos índices:

CDI, IPCA e TJLP conforme projeções Itáu 12/2025 (<https://www.itau.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/projecoes>).

TR, conforme acumulado dos últimos 12 meses:

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPelaTR.do?method=corrigirPelaTR>.

Euribor 6M, Conforme projeção Chatham 29/12/2025 (<https://www.chathamfinancial.com/technology/european-forward-curves>)

(iii) Contratos: Quando a TJLP for superior a 6% a.a., sobre o saldo devedor corrigido incide taxa de 6% a.a. + spread. Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% a.a, sobre o saldo devedor corrigido incidirá a TJLP integral acrescida do spread.

(iv) Contratos com spread fixo e sem correção monetária.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do Euro em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

As operações e suas respectivas taxas de câmbio estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor (Principal)	Saldo Devedor (incluído juros)	% Saldo Devedor Total
Financiamento	13/12/2019	0,55%	Euro + Euribor	20/09/2033	582.228	586.511	7,69%
Financiamento	13/12/2018	1,41%	Euro	15/05/2034	336.910	337.629	4,42%
Financiamento	29/12/2023	2,69%	Euro + Euribor	20/12/2043	743.958	745.095	9,76%
Total					1.663.096	1.669.235	

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, cujos saldos devedores de principal eram de €257.079 mil (equivalente a R\$1.663.096) em 31 de dezembro de 2025, são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, bem como em ganhos de eficiência energética e proteção ambiental. Para estas operações, a partir do segundo semestre de 2025, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção (SWAP), sem caráter especulativo, dos empréstimos cujos nocionais em 31 de dezembro de 2025 totalizavam €138.697 mil (equivalentes a R\$897.257), correspondendo a 53,95% do principal dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, reduzindo a exposição ao risco cambial.

Operação	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocial EUR	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap
1	03/07/2025	20/09/2033	8.000	50.895	51.403	(508)
2	03/07/2025	20/09/2033	47.230	299.773	302.401	(2.628)
3	03/07/2025	20/09/2033	34.770	222.372	226.705	(4.333)
4	02/10/2025	16/11/2029	28.688	178.170	176.877	1.293
5	19/11/2025	15/05/2032	20.009	115.713	113.417	2.296
TOTAL			138.697	866.923	870.803	(3.880)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu em R\$11.445 de despesa líquida no seu Resultado, decorrente das operações de Swap. Desse montante, foram pagos R\$7.565, permanecendo em seu passivo o montante de R\$3.880.

Sensibilidade à taxa de câmbio

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, é apurada pela estimativa de variação cambial do Euro (€), de $\pm 25\%$ e $\pm 50\%$, no saldo devedor em moeda estrangeira dos empréstimos e financiamentos. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

Instrumento financeiro em 31/12/2025	Financiamento
Saldo de principal (em mil Euros)	€257.079
Saldo de principal (em mil Reais)	1.663.096

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cenários em relação ao saldo devedor	Ganho (perda) Financiamento
Provável (Projeção)	(5.347)
Queda de 25% no euro	415.774
Queda 50% no euro	831.548
Acréscimo 25% no euro	(415.774)
Acréscimo 50% no euro	(831.548)

Fontes: Euro Projeção Itáu dezembro de 2025. A cotação do Euro considerada no cenário "provável" é de R\$6,49 para o final do 4º trimestre de 2026.

<https://www.itaub.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/projecoes>

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas subsidiárias estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas por redução ao valor recuperado de contas a receber estão adequadamente cobertas por provisão. O critério do reconhecimento da perda de crédito esperada com clientes está na Nota Explicativa 3.4.2.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade da Companhia e suas subsidiárias incorrerem em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo, foi instituída a política de aplicações financeiras da Companhia, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e cauções (agências de risco <i>Moody's</i> , <i>Fitch</i> e <i>S&P</i>)				
AAA	665.559	589.036	686.177	593.078
AA	111.702	105.305	136.469	119.174
A	92.088	158.586	92.588	167.049
Total	869.349	852.927	915.234	879.301
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Certificados de depósitos bancários de curto prazo e TVM (Nota Explicativa 6)	738.539	740.030	784.424	766.404
Aplicação financeira vinculada (Nota Explicativa 8)	96.295	75.185	96.295	75.185
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota Explicativa 8)	34.515	37.712	34.515	37.712

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita, pelos investimentos e pelo serviço da dívida. No entanto, a COPASA MG acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitam renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros a serem liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento em 31 de dezembro de 2025			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Amortização	684.146	1.768.657	2.000.046	3.105.203
Juros	624.072	1.048.883	683.247	793.811
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.308.218	2.817.540	2.683.293	3.899.014
Parceria Público Privada ⁽¹⁾	45.139	80.221	-	-
Obrigações - arrendamento mercantil	24.603	71.740	-	-
Fornecedores	418.717	-	-	-

⁽¹⁾ Os valores incluem também a despesa financeira referente ao fluxo de desembolsos futuros da PPP do Rio Manso, atualizados de acordo com o índice definido contratualmente e apurado para o mês de abril, data prevista para os reajustes.

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, além da PPP do Rio Manso. Cabe ressaltar que tais contratos dispõem ainda de caução em garantia de financiamentos (Nota Explicativa 8).

Receitas Vinculadas em 31 de dezembro de 2025			
Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
Financiamentos e Debêntures			
Financiamentos 2007/2008	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	5.661	setembro-31
PAC 2009	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	2.059	novembro-32
5ª Emissão de Debêntures (R\$288 milhões)	no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	5.343	setembro-31
Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	4.344	junho-35
Financiamentos 2012 (IN 24)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	574	maio-36
Financiamentos 2013 (IN 27)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	3.813	outubro-37
Financiamentos 2014 (IN 02)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	2.626	fevereiro-38
Financiamentos 2015 (IN 02)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	1.636	março-39
Financiamentos 2017 (IN 29)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	6.631	janeiro-43
8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões)	R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde setembro de 2015.	26.359	junho-28
11ª Emissão de Debêntures (R\$226 milhões)	R\$5,5 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abril de 2017.	7.762	janeiro-31
Financiamentos 2023 (€ 200 milhões)	125% da soma de amortização e juros da parcela.	22.609	dezembro-43
Parceria Público Privada			
PPP do Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da contraprestação referente a cada ano de vigência.	12.201	dezembro-28
Total de Receita Vinculada		101.618	

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra e monitora a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, estabelecida em seu Estatuto Social em que:

- o endividamento líquido consolidado da COPASA MG deve ser igual ou inferior a 3 vezes o EBITDA; e
- o EBITDA da COPASA MG deve ser superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida.

23.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos considerando seus prazos de vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Para empréstimos, financiamentos e debêntures, os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	2.365.977	2.336.900	1.964.898	1.948.948
Debêntures simples	5.216.059	4.912.931	4.148.271	4.087.864
Total	7.582.036	7.249.831	6.113.169	6.036.812

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Controladora / Consolidado			
	Taxa contratual	Período em meses	Taxa de mercado	Observações
Financiamento	7,85%	104	9,00%	Cotação da taxa em dezembro de 2025
Debêntures simples	10,98%	69	14,00%	Cotação taxas Debêntures dezembro de 2025
Financiamento	2,65%	94	3,16%	Cotação da taxa em dezembro de 2025
Financiamento	1,41%	102	1,41%	Cotação taxa em dezembro de 2025
Financiamento	4,82%	219	4,80%	Cotação taxa em dezembro de 2025

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Instrumentos Financeiros por Categoria

(a) Ativo

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativos Financeiros ao Custo		Ativos Financeiros ao Custo	
	Amortizado	Total	Amortizado	Total
Controladora:				
Caixa e equivalentes de caixa	456.892	456.892	614.732	614.732
Títulos e valores mobiliários	311.379	311.379	177.972	177.972
Contas a receber de clientes	1.473.925	1.473.925	1.349.995	1.349.995
Bancos e aplicações de convênios	7.728	7.728	7.625	7.625
Aplicações financeiras vinculada	96.295	96.295	75.185	75.185
Ativos financeiros de concessões	1.946.537	1.946.537	1.362.892	1.362.892
Demais contas a receber	90.140	90.140	91.288	91.288
	4.382.896	4.382.896	3.679.689	3.679.689

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativos Financeiros ao Custo		Ativos Financeiros ao Custo	
	Amortizado	Total	Amortizado	Total
Consolidado:				
Caixa e equivalentes de caixa	503.654	503.654	642.082	642.082
Títulos e valores mobiliários	311.379	311.379	177.972	177.972
Contas a receber de clientes	1.498.725	1.498.725	1.365.041	1.365.041
Bancos e aplicações de convênios	7.866	7.866	7.754	7.754
Aplicações financeiras vinculada	96.295	96.295	75.185	75.185
Ativos financeiros de concessões	2.016.687	2.016.687	1.381.729	1.381.729
Demais contas a receber	85.861	85.861	89.154	89.154
	4.520.467	4.520.467	3.738.917	3.738.917

(b) Passivo

	31/12/2025			31/12/2024		
	Passivos Financeiros ao Custo			Passivos Financeiros ao Custo		
	Amortizado	Valor Justo por meio do Resultado	Total	Amortizado	Valor Justo por meio do Resultado	Total
Controladora:						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.582.036	-	7.582.036	6.113.169	-	6.113.169
Fornecedores	418.717	-	418.717	351.129	-	351.129
Arrendamento Mercantil	96.343	-	96.343	79.244	-	79.244
Parceria Público Privada	125.360	-	125.360	169.452	-	169.452
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	131.701	-	131.701	144.028	-	144.028
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	3.880	3.880	-	-	-
	8.354.157	3.880	8.358.037	6.857.022	-	6.857.022

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2025			31/12/2024		
	Passivos		Valor Justo por meio do Resultado	Passivos		Valor Justo por meio do Resultado
	Financeiros	ao Custo		Financeiros	ao Custo	
	Amortizado			Amortizado		
			Total			Total
Consolidado:						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.582.036	-	7.582.036	6.113.169	-	6.113.169
Fornecedores	429.595	-	429.595	358.873	-	358.873
Arrendamento Mercantil	96.992	-	96.992	79.354	-	79.354
Parceria Público Privada	125.360	-	125.360	169.452	-	169.452
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	131.701	-	131.701	144.028	-	144.028
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	3.880	3.880	-	-	-
	8.365.684	3.880	8.369.564	6.864.876	-	6.864.876

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, que corresponde a Aplicações Financeiras, Instrumentos Financeiros Derivativos e Depósitos Vinculados, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

25. Transações com Partes Relacionadas

(a) Ativo, passivo e resultado

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com as suas Subsidiárias Integrais COPANOR e Copasa Patos, o Copass Saúde e a Fundação Libertas de Seguridade Social, bem como as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

Os saldos e operações com as consideradas partes relacionadas são como segue:

	Controladora				
	31/12/2025				
	Subsidiária COPANOR	Subsidiária Patos Saneamento	Outras		
			ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo					
Circulante					
Contas a receber de clientes					
Valores faturados	-	-	19.876	1	16
Valores a faturar	-	-	10.202	1	4
Convênios	-	-	1.481	-	-
Outros ativos - Créditos com controlada	2.830	2.341	-	-	-
Outros ativos - Valores a receber EMG	-	-	7.555	-	-
Total do ativo	2.830	2.341	39.114	2	20

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	31/12/2025		
	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Passivo			
Circulante			
Convênios	138	-	-
Programa de saúde	-	12.692	-
Dividendos e JCP a pagar	69.607	-	-
Não circulante			
Convênios	4.810	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	47.737
Total do passivo	74.555	12.692	47.737

			Controladora		
			31/12/2025		
			Subsidiária COPANOR	Subsidiária Patos Saneamento	Outras
			ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Resultado do exercício					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	93	-	192.826	11	105
Receitas líquida com controladas	-	1.849			
Programa de seguridade	-	-	-	-	(59.007)
Programa de saúde	-	-	-	(144.921)	-
Despesas com pessoal cedido e rateio de custos e despesas	(4.583)	(14.617)	-	-	-

	Consolidado		
	31/12/2025		
	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo			
Circulante			
Contas a receber de clientes			
Valores faturados	20.244	1	16
Valores a faturar	10.409	1	4
Convênios	1.474	-	-
Outros ativos - Valores a receber EMG	7.555	-	-
Total do ativo	39.682	2	20

Passivo			
Circulante			
Convênios	138	-	-
Programa de saúde	-	12.692	-
Dividendos e JCP a pagar	69.607	-	-
Não circulante			
Convênios	4.810	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	47.737
Total do passivo	74.555	12.692	47.737

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	31/12/2025				
	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS		
Resultado do exercício					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	196.757	11		105	
Programa de seguridade	-	-		(59.007)	
Programa de saúde	-	(145.958)		-	
	Controladora				
	31/12/2024				
	Subsidiária COPANOR	Subsidiária Patos Saneamento	ESTADO MG	Outras COPASS	LIBERTAS
Ativo					
Circulante					
Contas a receber de clientes					
Valores faturados	-	-	17.349	1	20
Valores a faturar	-	-	12.201	1	11
Convênios	-	-	1.426	-	-
Outros ativos - Créditos com controlada	2.318	-	-	-	-
Total do ativo	2.318	-	30.976	2	31
	Controladora				
	31/12/2024				
	Subsidiária COPANOR	Subsidiária Patos Saneamento	ESTADO MG	Outras COPASS	LIBERTAS
Passivo					
Circulante					
Convênios	-	-	98	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	6
Programa de saúde	-	-	-	5.069	-
Dividendos e JCP a pagar	-	-	77.035	-	-
Não circulante					
Convênios	-	-	4.584	-	-
Total do passivo	-	-	81.717	5.069	6
Resultado do exercício					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	107	-	142.925	7	214
Programa de seguridade	-	-	-	-	(56.418)
Programa de saúde	-	-	-	(120.815)	-
Despesas com pessoal cedido e rateio de custos e despesas	(1.511)	-	-	-	-

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	31/12/2024		
	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo			
Circulante			
Contas a receber de clientes			
Valores faturados	17.572	1	20
Valores a faturar	12.369	1	11
Convênios	1.429	-	-
Outros ativos - Créditos com controlada	-	-	-
Total do ativo	31.370	2	31
Passivo			
Circulante			
Convênios	98	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	6
Programa de saúde	-	5.062	-
Dividendos e JCP a pagar	77.035	-	-
Não circulante			
Convênios	4.584	-	-
Total do passivo	81.717	5.062	6
Resultado do exercício			
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	145.558	7	214
Programa de seguridade	-	-	(56.418)
Programa de saúde	-	(121.797)	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições acordados entre as partes, exceto no que se refere a tarifas reguladas de água e esgoto, as quais são sujeitas à determinação da Agência Reguladora.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2025	2024
Remuneração	10.383	9.529
Benefícios:		
Alimentação	103	97
Saúde	248	185
Benefício pós-emprego	374	456
Total	11.108	10.267

25.1 Natureza das operações com partes relacionadas

• Estado de Minas Gerais

- (a) Prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Estado e demais sociedades a ele relacionadas

Na prestação desses serviços são aplicadas as tarifas definidas pela ARSAE-MG.

- (b) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

A Companhia destinou ao Estado de Minas Gerais, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$293.699 relativo a Juros sobre Capital Próprio (JCP), R\$34.080 relativo a dividendos e

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

R\$100.348 relativo a dividendos e JCP extraordinários (R\$251.999 referente a JCP e R\$51.936 referente a dividendos em 31 de dezembro de 2024).

(c) Convênios de cooperação técnica

Trata-se de convênios firmados entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, nos quais este último repassa recursos oriundos do Orçamento Geral da União, a fundo perdido, ou seja, sem custos financeiros e sem necessidade de garantias. A contrapartida exigida é a execução de obras de infraestrutura nos prazos de vigência dos convênios.

(d) Contratos de prestação de serviços com a PRODEMGE

A Companhia possui contratos firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, cujo acionista controlador é o EMG, para a prestação de serviços de Integração à Rede IP Multisserviços com suporte a transmissão de dados voz e vídeo com qualidade de serviço, baseada na tecnologia IP - *Internet Protocol*, pela qual é possível o compartilhamento de serviços de tecnologia de informação e infraestrutura de telecomunicações, bem como fornecimento de certificado digital de assinatura para pessoa física ou jurídica no padrão ICP Brasil. Possibilita, ainda, o fornecimento de certificado de Servidor Web/Sítio Multi-domínio - Hierarquia Internacional.

(e) Execução de obras - resiliência hídrica

A Companhia, no dia 14 de julho de 2021, divulgou Fato Relevante comunicando que recebeu do seu acionista controlador, Estado de Minas Gerais, naquela data, Ofício informando da aprovação de Projeto de Lei pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – posteriormente sancionado, tornando-se a Lei Estadual nº 23.830/21 de 28 de julho de 2021, autorizando suplementação orçamentária e inversão de capital nessa Companhia, no montante de R\$2,05 bilhões. Os recursos destinam-se à realização de intervenções e obras que potencializarão a resiliência hídrica das Bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas, proveniente do Acordo firmado judicialmente entre o Estado de Minas Gerais e a empresa Vale S.A.

Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia comunicou em Fato Relevante que recebeu na referida data, do seu acionista controlador Estado de Minas Gerais, novo ofício informando que, no tocante às referidas obras que potencializarão a resiliência hídrica das Bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas, o repasse dos valores destinados à execução das obras se dará de forma não onerosa e, conseqüentemente, não será realizado aporte de capital na Companhia. Os primeiros instrumentos jurídicos relacionados a esse assunto foram formalizados no quarto trimestre de 2023.

Em maio de 2024, foi firmado Termo de Deliberação entre o Estado de Minas Gerais, a COPASA MG, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, definindo que a COPASA MG será responsável pela contratação e execução do lote 1 (um) das obras de ampliação do sistema Manso, e a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (SEINFRA) será responsável pela contratação e execução dos lotes 2 (dois) e 3 (três) das obras de ampliação do referido sistema.

As obras do lote 1 estão em andamento com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2027, sob a responsabilidade da COPASA MG. Já as obras do lote 2 de responsabilidade da SEINFRA, também em andamento, estão previstas para serem concluídas no segundo semestre de 2027. Em relação à licitação das obras do lote 3, a SEINFRA segue concluindo as etapas de assinatura de contrato do consórcio para emissão da ordem de serviço.

Em relação ao convênio da adutora de transferência, a COPASA MG encontra-se desenvolvendo os projetos de engenharia, com cronograma previsto de conclusão no primeiro semestre de 2026, estando prevista a publicação do edital de obras no ano 2026.

(f) Outros ativos – Valores a Receber EMG

Trata-se de custos decorrentes das contratações especializadas e dos estudos realizados, efetuados com a devida validação do acionista controlador, e que serão integrados à modelagem econômico-financeira da operação de Oferta de Privatização, caso a desestatização se concretize, observando, contudo, eventual atribuição proporcional de custos e despesas decorrentes de eventual oferta pública, sendo preservado os legítimos interesses tanto do acionista majoritário como dos seus múltiplos acionistas minoritários. Na hipótese de a operação não se realizar por decisão final do Acionista Controlador, tais custos serão reembolsados à Companhia, mediante prévia avaliação e validação.

- **COPANOR**

Referem-se aos gastos com os empregados cedidos pela Controladora, bem como rateio de custos e despesas das atividades administrativas prestadas, conforme Termo de Cooperação Técnica Institucional firmado entre as partes.

- **Copasa Patos**

Referem-se aos gastos com os empregados cedidos pela Controladora, bem como rateio de custos e despesas das atividades administrativas e operacionais prestadas, conforme Termo de Cooperação Técnica Institucional firmado entre as partes.

- **Fundação Libertas**

Contribuição pela Patrocinadora referente aos empregados participantes de um dos três planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo salgado e de contribuição definida, administrados pela Fundação Libertas (Nota Explicativa 20).

A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001. As taxas de administração e demais preços foram definidos pelo corpo administrativo da entidade de maneira colegiada, contando com a participação dos assistidos, constituindo, portanto, condições comutativas adequadas.

- **COPASS Saúde**

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados.

A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e regulado por aquela Agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

(i) Acordo de Cooperação para cessão de pessoal

A Companhia, por intermédio de acordos de cooperação, com ônus para a cedente, celebrados em 23 de março de 2022 e 20 de julho de 2022 realiza a cessão de 02 empregados para exercerem, respectivamente, os cargos de Superintendente Executivo e Gerente Administrativo e Financeiro junto à Copass Saúde. Os gastos para a COPASA MG referente a esta cessão, no exercício de 2025 foram de R\$1.660 (R\$1.588 em 2024).

26. Compromissos

A Companhia e suas subsidiárias possuem contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores compromissados com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados a seguir:

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor	Prazo médio contratado em meses
Obrigações dos 10 maiores contratos – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	911.802	29
Obrigações Contratuais – Contratos de arrendamento mercantil fora do escopo do IFRS 16, sendo este o valor esperado de desembolso	23.381	11

27. Seguros

A Companhia e suas subsidiárias possuem contratada apólice de seguro de responsabilidade civil de conselheiros, diretores e/ou administradores de sociedades comerciais, com abrangência no território nacional, para os membros dos Conselhos, da Diretoria Executiva, Diretoria Adjunta Jurídica, Superintendências e Gerência de Contabilidade e Patrimônio, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas no exercício de suas funções, com vigência até 06/2026.

Em agosto de 2025, a Companhia celebrou o I Termo Aditivo de Repique ao contrato referente ao seguro para cobertura de danos causados em suas edificações ou instalações nos locais denominados Regional, Cercadinho, Mutuca e Barreiro. Por meio desse aditivo, foi prorrogada a vigência da apólice por mais 12 (doze) meses, com término previsto para 18 de agosto de 2026.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conseqüentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

28. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia e suas subsidiárias realizaram as seguintes principais atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos de empréstimos capitalizados (Nota Explicativa 10)	112.542	122.882	112.542	122.882
Adições e remensurações de arrendamento mercantil	97.582	50.188	98.312	50.276
Integralização de capital em controlada (Nota Explicativa 9)	300.725	-	-	-
Capitalização da amortização do Direito de Uso do arrendamento	37.706	-	37.706	-

29. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de prestação de serviço de água	5.287.607	5.065.569	5.389.918	5.117.454
Receita de prestação de serviço de esgoto	2.729.152	2.607.904	2.783.759	2.624.246
Resíduos sólidos	5.771	5.590	5.771	5.590
Receitas com controladas	2.037	-	-	-
Receita de construção	885.104	818.058	907.673	847.692
Total receita bruta	8.909.671	8.497.121	9.087.121	8.594.982
Tributos sobre vendas e serviços (PIS/COFINS)	(742.604)	(710.664)	(756.931)	(716.976)
Receita Líquida	8.167.067	7.786.457	8.330.190	7.878.006

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Detalhamento da Receita líquida:				
Receita direta de água	4.735.935	4.528.070	4.826.653	4.574.538
Receita direta de esgoto	2.459.151	2.352.588	2.508.577	2.367.418
Resíduos sólidos	5.064	4.906	5.064	4.906
Receitas com controladas	1.849	-	-	-
Total receita direta	7.201.999	6.885.564	7.340.294	6.946.862
Receita indireta de água	62.429	68.768	64.558	69.385
Receita indireta de esgoto	17.535	14.067	17.665	14.067
Total receita indireta	79.964	82.835	82.223	83.452
Receita de construção	885.104	818.058	907.673	847.692
Receita Líquida	8.167.067	7.786.457	8.330.190	7.878.006

30. Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos Operacionais				
Pessoal	(950.863)	(833.727)	(976.366)	(854.511)
Custos previdenciários	(183.595)	(180.417)	(187.919)	(184.578)
Custos de construção	(885.104)	(818.058)	(907.673)	(847.692)
Materiais gerais	(85.778)	(106.390)	(93.730)	(112.836)
Materiais de tratamento	(130.623)	(126.833)	(135.403)	(130.554)
Serviços de terceiros	(638.490)	(698.666)	(648.969)	(704.536)
Energia elétrica	(633.573)	(613.925)	(655.768)	(627.991)
Despesas gerais	(350.924)	(321.443)	(353.754)	(323.864)
Depreciação e amortização	(812.047)	(708.220)	(837.732)	(719.841)
Créditos tributários	-	-	1.079	954
Reversão (Perdas) de materiais obsoletos	(1.197)	(824)	(1.450)	1.084
	(4.672.194)	(4.408.503)	(4.797.685)	(4.504.365)

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com Vendas				
Pessoal	(159.257)	(162.445)	(159.592)	(162.745)
Custos previdenciários	(26.979)	(30.069)	(27.036)	(30.121)
Materiais gerais	(4.254)	(4.501)	(4.285)	(4.502)
Materiais de tratamento	(31)	(91)	(31)	(91)
Serviços de terceiros	(147.968)	(77.404)	(149.820)	(77.404)
Energia elétrica	(2.661)	(2.725)	(3.009)	(2.725)
Despesas gerais	(4.487)	(3.360)	(4.488)	(3.361)
Depreciação e amortização	(8.393)	(7.254)	(8.455)	(7.253)
	(354.030)	(287.849)	(356.716)	(288.202)
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(212.785)	(214.172)	(214.107)	(214.862)
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas Administrativas				
Pessoal	(292.008)	(364.884)	(306.809)	(368.626)
Custos previdenciários	(63.898)	(54.993)	(64.068)	(55.201)
Materiais gerais	(6.210)	(10.170)	(6.316)	(10.446)
Materiais de tratamento	(12)	(16)	(12)	(16)
Serviços de terceiros	(237.022)	(175.657)	(239.377)	(179.367)
Energia elétrica	(2.264)	(2.072)	(2.529)	(2.318)
Despesas gerais	(33.584)	(26.835)	(33.951)	(27.149)
Depreciação e amortização	(100.135)	(73.760)	(100.252)	(73.911)
Perdas em investimento	-	(260)	-	(260)
	(735.133)	(708.647)	(753.314)	(717.294)
Custos e Despesas				
Pessoal (Nota Explicativa 31)	(1.402.128)	(1.361.056)	(1.442.767)	(1.385.882)
Custos previdenciários (Nota Explicativa 31)	(274.472)	(265.479)	(279.023)	(269.900)
Custos de construção	(885.104)	(818.058)	(907.673)	(847.692)
Materiais gerais	(96.242)	(121.061)	(104.331)	(127.784)
Materiais de tratamento	(130.666)	(126.940)	(135.446)	(130.661)
Serviços de terceiros	(1.023.480)	(951.727)	(1.038.166)	(961.307)
Energia elétrica	(638.498)	(618.722)	(661.306)	(633.034)
Despesas gerais	(388.995)	(351.638)	(392.193)	(354.374)
Depreciação e amortização	(920.575)	(789.234)	(946.439)	(801.005)
Créditos tributários	-	-	1.079	954
Reversão (Perdas) de materiais obsoletos	(1.197)	(824)	(1.450)	1.084
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(212.785)	(214.172)	(214.107)	(214.862)
Perdas em investimento	-	(260)	-	(260)
	(5.974.142)	(5.619.171)	(6.121.822)	(5.724.723)

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Detalhamento dos Custos de Construção:				
Salários e encargos	62.841	63.097	62.841	63.097
Materiais	48.977	52.034	51.363	55.605
Equipamentos	46.171	38.052	46.398	37.970
Serviços de terceiros	664.447	600.950	684.402	627.095
Custos de financiamentos	52.965	63.642	52.965	63.642
Outros	9.703	283	9.704	283
	885.104	818.058	907.673	847.692

31. Gastos com Pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários	(807.819)	(806.373)	(840.916)	(824.114)
Indenizações, substancialmente PDVI	(3.238)	(8.265)	(3.302)	(8.320)
Custos previdenciários	(274.472)	(265.479)	(279.023)	(269.900)
FGTS	(72.854)	(70.486)	(73.972)	(71.577)
Contribuição para plano de pensão	(59.007)	(56.418)	(59.007)	(56.418)
Programa de alimentação	(208.236)	(202.502)	(213.229)	(207.182)
Programa de saúde	(144.921)	(120.815)	(145.958)	(121.797)
Participação dos empregados nos lucros	(76.102)	(71.634)	(76.102)	(71.634)
Outros benefícios	(29.951)	(24.563)	(30.281)	(24.840)
Total (Nota Explicativa 30)	(1.676.600)	(1.626.535)	(1.721.790)	(1.655.782)
Pessoal (Nota Explicativa 30)	(1.402.128)	(1.361.056)	(1.442.767)	(1.385.882)
Custos Previdenciários (Nota Explicativa 30)	(274.472)	(265.479)	(279.023)	(269.900)

32. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras despesas operacionais líquidas estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de multas contratuais	13.206	11.146	13.233	11.170
Doações e subvenções p/investimentos	5.478	7.140	5.478	7.140
Ganho na alienação de bens	36.501	6.789	36.650	6.931
Reversão de provisão não dedutível	126	1.229	126	1.229
Outras receitas	21.945	16.896	22.190	17.060
Total de receita	77.256	43.200	77.677	43.530

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Demandas judiciais e indenizações	(110.110)	(74.382)	(110.827)	(74.545)
Taxa da ARSAE	(61.597)	(60.437)	(62.784)	(61.538)
Despesas com preservação ambiental	(53.367)	(20.736)	(53.367)	(20.736)
Impostos e tributos	(16.200)	(14.079)	(16.587)	(14.344)
Passivo atuarial (Nota Explicativa 20)	191	(10.684)	191	(10.684)
Multas ambientais	(9.141)	(8.950)	(9.971)	(9.123)
Programa regulatório de pesquisa, desenvolvimento e inovação	(6.024)	(3.262)	(6.024)	(3.262)
Outras despesas	(19.062)	(7.967)	(19.617)	(8.040)
Total de despesa	(275.310)	(200.497)	(278.986)	(202.272)
Outras despesas operacionais, líquidas	(198.054)	(157.297)	(201.309)	(158.742)

33. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumarizadas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Juros ativos	28.931	55.525	29.290	56.074
Rendimentos com aplicações financeiras	134.776	111.111	140.671	114.848
Receita de variação monetária e cambial	210.164	62.919	211.063	63.080
Receita de ativos financeiros/outros	181.480	152.911	184.147	154.698
Tributos sobre receita financeira	(14.318)	(12.202)	(14.718)	(12.459)
Ganho com instrumentos derivativos financeiros	37.233	-	37.233	-
Total das receitas financeiras	578.266	370.264	587.686	376.241
Encargos sobre financiamentos	(515.652)	(356.452)	(515.674)	(356.477)
Encargos sobre provisões judiciais	(10.394)	(13.067)	(10.421)	(13.057)
Despesa de variação monetária e cambial	(269.999)	(327.456)	(269.999)	(327.456)
Perda com instrumentos derivativos financeiros	(48.678)	-	(48.678)	-
Outras despesas	(813)	(767)	(828)	(786)
Total das despesas financeiras	(845.536)	(697.742)	(845.600)	(697.776)
Resultado financeiro	(267.270)	(327.478)	(257.914)	(321.535)

34. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 13.303/2016 e no inciso VI do art. 13 do Decreto Estadual nº 47.154/2017, a COPASA MG comunica que os dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo estão no Relatório da Administração.

35. Eventos Subsequentes

a) Processo de desestatização da Companhia

Em 23 de fevereiro de 2026, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou, dentre outras matérias, reforma do estatuto da COPASA MG para, dentre outras alterações, permitir as adequações necessárias à Desestatização, e a criação de ação preferencial de classe especial, de titularidade exclusiva do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 17, §7º, da Lei das S.A. (*golden share*), a qual deverá conferir poder de veto nas deliberações sociais relacionadas a: a) alteração de denominação e sede da COPASA MG;

e b) alteração no limite ao exercício do direito de voto atribuído a acionistas ou grupo de acionistas, disciplinado no estatuto social da COPASA MG, nos termos propostos pela Administração da COPASA MG. O estatuto social reformado na referida AGE está condicionado à liquidação da Oferta de Privatização.

b) Debêntures – anuência de debenturistas ao processo de desestatização (waiver/consent)

Em janeiro de 2026, a Companhia realizou Assembleias Gerais de Debenturistas (AGDs) relacionadas a emissões de debêntures públicas das 14^a, 16^a, 17^a, 18^a, 19^a, 20^a e 21^a emissões, com o objetivo de obter consentimento prévio (*waiver*) para a possibilidade de alienação total ou parcial da participação societária do Estado de Minas Gerais na Companhia, de forma que o Estado deixe de deter, direta ou indiretamente, o controle acionário (“Evento de Desestatização”), sem que tal evento configure hipótese de vencimento antecipado/evento de inadimplemento, nos termos das respectivas escrituras. Os referidos consentimentos foram obtidos em todas as AGDs celebradas, cobrindo todas as obrigações de Debêntures públicas emitidas pela Companhia no tocante ao referido evento. Quanto aos demais credores, as negociações seguem em andamento.

c) Operação com instrumento derivativo

Durante o mês de janeiro de 2026, foram realizadas novas operações de Swap, totalizando o valor nominal de €118.382 mil para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo. Após estas operações, o valor total de hedge contratado totalizou €261.389 mil, correspondendo a 100% do principal dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, eliminando a exposição ao risco cambial.

d) Renúncia do Presidente do Conselho de Administração

Em 12 de fevereiro de 2026, o Sr. Hamilton Amadeo, então Presidente do Conselho de Administração da Companhia, apresentou renúncia ao cargo de membro do referido Conselho, para o qual foi eleito em março de 2022 e reconduzido em abril de 2024. Na mesma data (12/02/26), foi veiculada reportagem na mídia sobre envolvimento do Sr. Hamilton em infrações enquanto administrador de outra sociedade entre os anos de 2010 e 2018. A Companhia não tinha conhecimento desses fatos veiculados, uma vez que, como a reportagem menciona, o processo está em segredo de justiça e envolve sua trajetória profissional em períodos e empresas anteriores à sua chegada à Companhia.

A Companhia ressalta ainda, que todos os procedimentos legais e internos aplicáveis à indicação, recondução e atuação de todos os membros dos órgãos estatutários são regularmente cumpridos, incluindo diligências anuais de integridade e verificações previstas na Lei n.º 13.303/2016. Nesse contexto, todos os *background checks* realizados, considerando as informações disponíveis em dados públicos na data da verificação, não identificaram informações sobre qualquer ação judicial de natureza criminal relacionado ao ex-conselheiro, considerando que dados protegidos por segredo de justiça não são acessíveis nos ritos formais de verificação e consulta.

Após a divulgação jornalística, foi realizada apuração interna de eventuais condutas inapropriadas do Sr. Hamilton, não constatando evidência de quaisquer irregularidades relacionadas à atuação do referido ex-conselheiro na Companhia.

Ressaltamos, ainda, que a Política de Governança Corporativa da Companhia é estruturada em diretrizes que regem a atuação de seus administradores e demais partes interessadas, em conformidade com a Lei n.º 6.404/1976, a Lei n.º 13.303/2016 e demais normativos aplicáveis às companhias abertas de economia mista. Como parte de seu arcabouço de governança, é mantido um Sistema de Gestão de Compliance orientado à prevenção, detecção e combate à corrupção, fraudes, suborno e quaisquer atos lesivos, tanto no âmbito público quanto no privado. Em janeiro de 2025, a Companhia obteve a certificação ISO 37301:2021 – Sistema de Gestão de Compliance, posteriormente recertificada em dezembro de 2025, permanecendo a Companhia comprometida com o aprimoramento contínuo de seus controles internos, práticas de integridade e governança corporativa.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Diretoria, Conselhos e Contador

DIRETORIA EXECUTIVA

Marília Carvalho de Melo
Adriano Rudek de Moura
Cleyson Jacomini de Sousa
Laura Petri Geraldino
Pablo Ferraço Andreão

Diretora-Presidente
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Diretor de Clientes, Comunicação e Sustentabilidade
Diretora de Operações
Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gustavo de Oliveira Barbosa
Carlos Alexandre Jorge da Costa
José Alvim Pereira
Márcia Fragoso Soares
Marília Carvalho de Melo
Rodolfo Torres do Santos

Presidente
Conselheiro
Conselheiro
Conselheira
Conselheira
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Reges Moisés dos Santos
Felipe Magno Parreiras de Sousa
Rafael Caminha Marchesini

Vice-Presidente
Conselheiro
Conselheiro

CONTADOR RESPONSÁVEL

Gabriel Estellita Lins Costa
Contador – CRC/ES – 009433/O-4 T-MG

Ítalo José Cabral Guerra
Superintendente de Controladoria e Finanças

ORÇAMENTO DE CAPITAL

O patamar de gastos previstos para 2026, no âmbito do Programa de Investimentos aprovado pelo Conselho de Administração, visa, prioritariamente, a universalização dos serviços de esgotamento sanitário, conforme preconiza o Novo Marco do Saneamento, segurança hídrica, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ações voltadas à redução de perdas, e retrofit de estações de tratamento de esgoto; iniciativas alinhadas à consecução do objeto social e da missão da Companhia, garantindo sua sustentabilidade e perenidade.

Para 2026, os investimentos previstos pela Copasa em água, esgoto e desenvolvimento empresarial e operacional, para deliberação da Assembleia Geral Ordinária - AGO, totalizam R\$3.100,0 milhões.

Adicionalmente, será submetido à mesma AGO a proposta de investimentos de R\$51,0 milhões, com objetivo de melhorar as condições de infraestrutura da prestação de serviços na área de atuação da COPANOR, tendo como principal fonte de recursos o subsídio oriundo de valor adicional considerado na tarifa da Companhia, conforme estabelecido pelo órgão regulador.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - COAUDI 2025

Ao Conselho de Administração da COPASA MG

1. Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG foi instituído por deliberação do Conselho de Administração em 21 de março de 2018, sendo órgão estatutário, de natureza colegiada, de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação permanente e independente.

A composição, disciplina e o funcionamento do COAUDI estão definidos em Regimento Interno próprio, disponível no *site* institucional da Companhia. No exercício de 2025, o Comitê foi composto por 3 membros, a saber:

- ✓ **Brenda Felícia Vieira da Silveira**, com mandato até julho de 2028;
- ✓ **Roberto Tommasetti**, membro especialista em contabilidade societária, em atendimento ao disposto no art. 25 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 37 do Decreto Estadual nº 47.154/17, com mandato até junho de 2027; e
- ✓ **Rodolfo Torres dos Santos**, membro representante do Conselho de Administração, na qualidade de Coordenador do COAUDI, com mandato até abril de 2026.

O COAUDI tem como principais atribuições assessorar o Conselho de Administração na supervisão dos processos de elaboração das demonstrações financeiras, na avaliação da efetividade dos controles internos e gestão de riscos, no acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, bem como em matérias relacionadas à integridade, à conformidade, à segurança da informação e à governança corporativa.

2. Escopo de atuação e responsabilidades

As atividades do COAUDI são desenvolvidas com base nas informações, documentos e esclarecimentos apresentados pela Administração da Companhia, pelas áreas técnicas responsáveis, pela Auditoria Interna, pela Auditoria Independente, bem como por entidades relacionadas, incluindo subsidiárias, fundações e associações vinculadas.

Compete à Administração da COPASA MG a responsabilidade pela elaboração e pela integridade das demonstrações financeiras, pela gestão de riscos, pela manutenção de sistemas de controles internos eficazes e pela conformidade das operações com normas legais e regulatórias aplicáveis.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles associados às principais áreas de risco da Companhia, atuando com independência na análise, na avaliação e verificação de sua efetividade, bem como na emissão de recomendações e na avaliação da adequação dos critérios de governança adotados. Enquanto compete à Auditoria Independente a emissão de opinião sobre as demonstrações financeiras, em conformidade com as normas profissionais aplicáveis.

3. Principais atividades desenvolvidas em 2025

No decorrer do exercício de 2025, o COAUDI realizou reuniões ordinárias e extraordinárias, inclusive com deliberações por meio eletrônico, mantendo integração contínua com a Administração e com os órgãos de fiscalização e controle, no âmbito de suas atribuições estatutárias.

3.1. Demonstrações financeiras e informações contábeis

No que se refere às demonstrações financeiras e às informações contábeis, o COAUDI:

- ✓ acompanhou a elaboração, análise e divulgação das Informações Contábeis Intermediárias trimestrais da COPASA MG, da subsidiária COPANOR e da SPE Copasa Patos Saneamento;
- ✓ avaliou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2024, bem como acompanhou os trabalhos preparatórios para elaboração das Demonstrações Financeiras referentes a 2025;
- ✓ tomou conhecimento e acompanhou discussões apresentadas pela Administração relacionadas à estrutura de capital, ao cumprimento de *covenants* contratuais e estatutários, a operação de captação de recursos, emissões de debêntures e outros aspectos financeiros relevantes;
- ✓ acompanhou as provisões das contingências judiciais;
- ✓ manteve interlocução permanente com a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, acompanhando o desempenho operacional e financeiro, bem como as perspectivas da Companhia.

3.2. Auditoria Independente - Grant Thornton

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Grant Thornton Auditores Independentes foi responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, bem como pela revisão especial de suas informações trimestrais. Como parte normal de suas atribuições, a Auditoria Independente obteve entendimento dos controles internos relevantes para fins de planejamento de seus procedimentos de auditoria, não tendo, contudo, como objetivo a emissão de opinião sobre a eficácia dos controles internos ou sobre o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

Durante o exercício, o COAUDI, no âmbito dos trabalhos da Auditoria Independente:

- ✓ avaliou o Plano Anual de Trabalhos da Auditoria Independente;

- ✓ acompanhou as revisões trimestrais das informações financeiras da Companhia e suas subsidiárias;
- ✓ monitorou, no exercício de suas atribuições, a independência, o escopo e as conclusões dos trabalhos realizados pela auditoria externa;
- ✓ manifestou-se, quando aplicável, sobre aditivos contratuais relacionados à contratação da auditoria independente.

3.3. Auditoria Interna

No que tange ao acompanhamento das atividades de Auditoria Interna, o COAUDI:

- ✓ acompanhou a execução do Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT 2025;
- ✓ avaliou os relatórios de auditoria, bem como o acompanhamento das recomendações e dos planos de ação decorrentes;
- ✓ demandou e acompanhou os trabalhos relativos a demandas especiais solicitadas pelo Conselho de Administração;
- ✓ apreciou e recomendou o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT 2026, para apreciação do Conselho de Administração;
- ✓ acompanhou os trabalhos relativos ao Canal de Denúncias e aos processos de apuração, no âmbito de suas atribuições.

3.4. Gestão de riscos e controles internos

No âmbito de suas atribuições, o Comitê:

- ✓ acompanhou a Matriz de Riscos Corporativos e sua evolução no exercício, com destaque para os riscos corporativos relacionados à questão Ambiental e à Segurança Cibernética;
- ✓ acompanhou a revisão e a avaliação do nível de criticidade residual de riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de integridade;
- ✓ tomou conhecimento dos casos de violação de limites críticos de riscos, com destaque para aqueles relacionados à Saúde e Segurança do Trabalho;
- ✓ acompanhou o painel consolidado de monitoramento de riscos, bem como os planos de ação associados.

3.5. Integridade, compliance, LGPD e ESG

No que se refere às matérias relacionadas à integridade, à conformidade e à sustentabilidade, o COAUDI, no exercício de 2025:

- ✓ acompanhou as ações do Programa de Integridade e suas métricas;

- ✓ avaliou revisões e propostas de políticas corporativas relacionadas à integridade, a conflitos de interesse, a transações com partes relacionadas e a procedimentos de due diligence;
- ✓ acompanhou as atividades da Superintendência de Compliance, da Ouvidoria, bem como as ações voltadas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD;
- ✓ acompanhou os relatos, informações e iniciativas da Companhia em matéria de sustentabilidade, ESG e desenvolvimento sustentável.

3.6. Fundação Libertas e Copass Saúde

No que se refere às entidades relacionadas, o Comitê:

- ✓ avaliou a razoabilidade dos parâmetros e resultados atuariais dos planos de benefícios administrados pela Fundação Libertas;
- ✓ acompanhou estudos de viabilidade e alternativas relacionadas à migração de planos previdenciários;
- ✓ acompanhou os resultados, os aspectos de governança e os trabalhos de auditoria da Copass Saúde.

3.7. Elegibilidade e governança de administradores

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o COAUDI:

- ✓ avaliou a elegibilidade de membros da Diretoria Executiva e do próprio Comitê, com base nas informações e documentos apresentados;
- ✓ manifestou-se sobre revisões de normas e políticas relacionadas à elegibilidade e às práticas de governança;
- ✓ acompanhou aspectos relacionados à ética, a conflitos de interesse e à transparência.

4. Conclusões

As opiniões e julgamentos do COAUDI baseiam-se nas informações, documentos e esclarecimentos fornecidos pela Administração da Companhia, pelas áreas técnicas responsáveis, pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente.

Com relação:

- ✓ à estrutura de controles internos e à gestão de riscos, o COAUDI considera que são compatíveis com o porte, a complexidade e os riscos dos negócios da Companhia;
- ✓ à Auditoria Interna, não foram identificados desvios relevantes que comprometessem a efetividade dos controles internos;

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

✓ à Auditoria Independente, não foram observadas situações que afetassem sua independência.

Guardadas as limitações inerentes ao escopo de atuação do Comitê, o COAUDI entende que os assuntos relevantes e pertinentes sob sua responsabilidade foram adequadamente acompanhados e discutidos ao longo do exercício de 2025, concluindo que se encontram apropriadas as informações divulgadas pela Companhia, não havendo restrições quanto à apreciação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2026.

Brenda Felícia Vieira da Silveira
Membro do COAUDI

Roberto Tommasetti
Membro do COAUDI

Rodolfo Torres dos Santos
Coordenador do COAUDI

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Relatório da Administração, Notas Explicativas, Orçamento de Capital e demais peças contábeis, relativos ao exercício de 2025.

Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração durante todo o exercício social e à vista do Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., sem ressalva, emitido em 25 de fevereiro de 2026, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas das Notas Explicativas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como as propostas de destinação do Lucro Líquido do exercício de 2025 e do Orçamento de Capital para 2026, estão em condições de serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da COPASA MG.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2026.

Felipe Magno Parreiras de Sousa
Conselheiro Fiscal

Rafael Caminha Marchesini
Conselheiro Fiscal

Reges Moisés dos Santos
Vice-Presidente do Conselho

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES PELOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 e ao inciso II do parágrafo 1º do artigo 31 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretora-Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001-03, declaram que:

1. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., relativamente às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
2. Reviram, discutiram e concordam às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Belo Horizonte-MG, 25 de fevereiro de 2026.

Marília Carvalho de Melo
Diretora-Presidente

Adriano Rudek de Moura
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cleyson Jacomini de Sousa
Diretor de Clientes, Comunicação e Sustentabilidade

Laura Petri Geraldino
Diretora de Operações

Pablo Ferraço Andreão
Diretor de Engenharia e Meio Ambiente